

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



# **Tradução jurídica assistida por computador.**

## **Uma avaliação**

Tânia Isabel Saúde Sobral

Relatório de estágio orientado pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Claudia Fischer,  
especialmente elaborado para a obtenção do grau de Mestre em  
Tradução

2017



## **Agradecimentos**

Agradeço à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Doutora Claudia Fischer, por todo o seu apoio.

Agradeço ao Doutor Marco Neves a excelente oportunidade de aprendizagem que me foi dada.

Agradeço à minha irmã Patrícia por me apoiar todos os dias da minha vida. Sem ela não seria possível.

Agradeço à minha mãe Paula e ao meu pai Carlos por toda a paciência, dedicação e amor.

Agradeço ao João Costa por acreditar em mim e por me obrigar a sair da cama todos os dias.

Agradeço à minha família e às minhas meninas por todo o apoio e amor que me dão.



## **Resumo**

Este trabalho consiste no relatório do estágio curricular realizado durante um semestre na empresa de tradução Eurologos no âmbito do Mestrado em Tradução da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. No decorrer do estágio foram traduzidos textos de diversas áreas de especialidade, recorrendo sempre à utilização do sistema de tradução MemoQ. Contudo, o presente relatório não incide apenas nos resultados obtidos com esta ferramenta, visando, principalmente, debater-se com questões associadas à tradução de textos de Ciências Jurídicas e, nomeadamente, com a pertinência das memórias de tradução para a qualidade e eficácia das traduções em causa.

Tendo como base as traduções realizadas no decorrer do estágio, o presente relatório procura avaliar até que ponto a utilização de memórias de tradução na tradução jurídica é vantajosa. Para tal, partir-se-á de uma caracterização da linguagem jurídica, a par de um estudo da especificidade da sua tradução, para depois enumerar as vantagens e as desvantagens da utilização das memórias de tradução nesta área de especialidade. Com este relatório de estágio procuro sistematizar algumas problemáticas da tradução jurídica no par de línguas inglês-português e espanhol-português e abordar algumas das lacunas sentidas pelos tradutores profissionais no que toca a estudos sobre a utilização de memórias de tradução nesta área de especialidade tão específica.

Palavras-chave: tradução jurídica; memórias de tradução; linguagem jurídica; ferramenta de tradução



## **Abstract**

This internship report was developed during one semester at Eurologos to obtain the Master's Degree in Translation at the Faculty of Letters of the University of Lisbon. During the internship I was given the opportunity to translate texts from diverse fields of expertise, using the translation tool MemoQ. Nevertheless, the following report does not focus only on the results gathered while using this translation tool. The report focuses on the translation issues associated with legal texts and, in particular, on the quality and efficiency of the use of translation memories in this field of expertise.

Using as a reference the translations done during the internship, this report aims to measure to what extent the use of translation memories is effective. Thus, I present an extensive characterization of legal language in order to enumerate the advantages and disadvantages of the use of translation memories in this particular field. My aim is to systematize some legal translation issues in the language pairs English – Portuguese and Spanish – Portuguese, and to address some of the shortcomings encountered by professional translators concerning studies on the use of translation memories in this specific field of expertise.

Keywords: legal translation; translation memories; legal language; translation tool



## Nota Prévia

O presente relatório de estágio foi elaborado na sequência do estágio curricular de Tradução no âmbito do Mestrado em Tradução da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Este foi realizado na empresa de tradução Eurologos e contou com o total de 240 horas de duração repartidas pelo primeiro semestre do ano letivo 2016/2017. A Eurologos é uma empresa de tradução que fornece serviços de tradução jurídica, técnica e financeira e serviços de interpretação para instituições públicas e empresas. A própria empresa designa-se como uma empresa de tradução glocal. Em primeiro lugar, é uma empresa global, pois conta com catorze escritórios espalhados por quatro continentes. Em segundo lugar, é uma empresa local, pois cada texto é traduzido no local onde vai ser utilizado, garantindo assim qualidade linguística e adequação estilístico-cultural. Desde 2006, existem em Portugal dois escritórios Eurologos. Um deles situado em Lisboa, onde realizei o meu estágio curricular, e outro no Porto. O Dr. Marco Neves, responsável pela supervisão do meu estágio curricular, tem o cargo de diretor da Eurologos em Portugal. A direção comercial e supervisão da área da gestão de projetos de tradução está a cargo da Dr.<sup>a</sup> Zélia Neves. A Dr.<sup>a</sup> Ana Sousa é responsável pelo escritório situado no Porto. Não possuindo tradutores *in house*, a Eurologos conta com a colaboração de vários tradutores profissionais *freelancer*. No primeiro dia de estágio foi-me apresentado o método de trabalho da empresa Eurologos pelo Dr. Marco Neves. Foram-me enviados *powerpoints* relativos às normas e regras de funcionamento da Eurologos pela Dr.<sup>a</sup> Zélia Neves. A adjudicação dos projetos foi da responsabilidade da Dr.<sup>a</sup> Zélia Neves, gestora de projetos. Para facilitar a organização dos projetos, os textos a traduzir foram identificados por um código. Esses códigos foram-me sendo enviados por correio eletrónico para que pudesse aceder aos mesmos no *software* de tradução MemoQ e proceder à tradução. Quando finalizava a tradução e a revisão de um projeto de tradução informava a Dr.<sup>a</sup> Zélia Neves através do correio eletrónico. Os projetos de tradução atribuídos tiveram como par linguístico inglês-português e espanhol-português, sendo que o par linguístico inglês-português foi mais frequente. Não obstante, o volume de trabalho

e o domínio da tradução foram variados. Além disso, todas as traduções estiveram sujeitas a um prazo de entrega, a requisitos de clientes e a uma revisão por parte de um tradutor experiente. Os textos traduzidos abrangem os seguintes subdomínios, envolvendo a respetiva linguagem especializada: Ciências Médicas, Comunicação Empresarial, Ciências Económicas, Ciências Jurídicas, Ciências Informáticas. Tendo em conta a especialidade e exigência dos textos, foram utilizados em simultâneo Sistemas de Tradução Assistida por Computador (*i.e.* MemoQ), glossários e documentos de referência da Eurologos. Foram utilizadas memórias de tradução de acordo com cada área de especialidade, de forma a garantir a coerência e a qualidade das traduções realizadas. As memórias de tradução são revistas no final de cada tradução e alteradas sempre que se considerar necessário. Tal procedimento também se aplica aos glossários, que, em alguns casos, são fornecidos pelo cliente ou elaborados especialmente para determinado cliente para que a escolha lexical seja da sua preferência. Desta forma, foi possível validar e garantir a qualidade de todas as entradas dos glossários e das memórias de tradução, tanto de acordo com as opções de tradução da Eurologos, como dos seus clientes. A validação das entradas permitiu assim que, a partir de um trabalho autónomo, as traduções submetidas fossem gradualmente possuindo um estilo e qualidade identitários da empresa Eurologos. Por motivos de sigilo profissional da empresa, aos quais também me comprometo, não será possível apresentar integralmente os textos traduzidos. Registe-se que, nos exemplos fornecidos, procedi à eliminação ou à substituição por letras dos nomes próprios, nomes de empresas ou de palavras que de alguma forma permitissem a sua identificação. Deste modo, apresento, através de segmentos textuais ilustrativos e de tabelas, algumas das questões de tradução com que me deparei e as que considere mais pertinentes.

Considero importante salvaguardar que, neste estágio curricular, foi realizado todo o tipo de tarefas inerentes à profissão do tradutor. Para além da realização de variadas traduções, realizei também inúmeras formatações e transcrições. Estas tarefas assumem uma importância equiparável à tradução em si e são essenciais para o bom desempenho do tradutor.

## Índice

<b>Introdução</b> .....	13
<b>1. A Tradução Técnica e Científica</b> .....	15
<b>1.1.Descrição das atividades realizadas</b> .....	15
<b>1.2.O texto técnico e o texto científico</b> .....	17
<b>1.3.Traduzir o texto técnico</b> .....	18
<b>2. A Tradução Jurídica</b> .....	32
<b>2.1. Tipos de texto jurídico</b> .....	32
<b>2.2. A linguagem jurídica</b> .....	34
<b>2.2.1.Polissemia e sinonímia</b> .....	50
<b>2.2.2.Ambiguidade e vagueza</b> .....	53
<b>2.3.A tradução de documentos oficiais</b> .....	61
<b>2.3.1. A importância da formatação e da edição</b> .....	63
<b>3. A Utilização de <i>CAT tools</i> na Tradução Jurídica</b> .....	65
<b>3.1. Tradução assistida por computador</b> .....	65
<b>3.2. A importância da formatação e da edição</b> .....	73
<b>3.3. <i>CAT tools</i> e tradução jurídica</b> .....	74
<b>Conclusão</b> .....	83
<b>Bibliografia</b> .....	85
<b>Sitografia</b> .....	87
<b>Anexos</b> .....	88



## **Introdução**

A tradução jurídica assume uma grande importância na sociedade moderna e globalizada. De forma a divulgar as normas jurídicas em vigor entre as pessoas abrangidas pelas mesmas, é fundamental que essas mesmas normas sejam traduzidas. Podemos inclusive afirmar que o funcionamento de organismos e empresas internacionais depende em grande parte da tradução. Como exemplo temos a União Europeia, que depende não só da tradução como também da interpretação para que todos os Estados-Membros possam aceder à informação de igual forma.

Como resultado da crescente globalização, as exigências do mercado de tradução são cada vez maiores. Para além de um grande nível de qualidade, é exigida celeridade na entrega dos projetos de tradução. De forma a colmatar as exigências do mercado, são utilizadas ferramentas de tradução, como, por exemplo, a memória de tradução. A utilização das ferramentas de tradução tem vindo a crescer exponencialmente. Hoje em dia, grande parte das empresas de tradução exige que os seus tradutores utilizem ferramentas de tradução.

Como explicitado no presente relatório, a utilização das ferramentas de tradução é mais recorrente na tradução de textos técnicos e científicos, devido às características que estes textos apresentam, nomeadamente a sua natureza factual e determinada por códigos rigorosamente fixados. Por exemplo, o texto literário, objeto essencialmente criativo e original, em que a ambiguidade e a vagueza tendem a evidenciar uma riqueza, não se rege por esta normatividade, tornando a utilização destas ferramentas pouco elegível. O texto jurídico, como sabemos, está englobado na categoria dos textos técnicos. No entanto, ao contrário de outros textos técnicos, o texto jurídico pode, curiosamente, apresentar características geralmente consideradas como exclusivas do texto literário, como, por exemplo, as já referidas ambiguidade e vagueza.

Apesar da crescente utilização de ferramentas e memórias de tradução na tradução jurídica, este tema tem sido, de certa forma, negligenciado pelos Estudos de Tradução. Na pesquisa bibliográfica

exaustiva que efetuei para a realização deste relatório de estágio, apenas me deparei com um artigo científico, da autoria de Míndreci Georgiana (2014), dedicado a este assunto e a que me referirei no desenvolvimento do presente relatório. É mais frequente a bibliografia que dá ênfase à tradução automática (*i.e.* Google Tradutor), mas que no presente relatório não será tida em conta, visto, na realização do estágio, ter recorrido apenas à tradução assistida por computador.

O presente relatório encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à caracterização do texto técnico e científico, focando-se nas questões de tradução associadas ao texto técnico, tipo de texto do qual faz parte o texto jurídico. O segundo capítulo consiste na caracterização do texto jurídico e da respetiva linguagem e na análise dos problemas que este tipo de linguagem pode colocar ao tradutor. O terceiro e último capítulo trata o tema central do presente relatório – a viabilidade da utilização de memórias de tradução no texto jurídico. Em primeiro lugar, são definidas as ferramentas de tradução existentes e as respetivas funcionalidades. Em segundo lugar, é analisada a eficácia das memórias de tradução em tradução jurídica, recorrendo a exemplos práticos das traduções realizadas no decorrer do estágio curricular.

Com o presente relatório pretendo apelar para lacunas sentidas pelos tradutores profissionais no que diz respeito às vantagens e desvantagens da utilização de memórias de tradução na tradução jurídica. Devo, contudo, salvaguardar que o presente relatório consiste numa reflexão que tem como base as traduções realizadas no âmbito do estágio curricular realizado na empresa Eurologos. Desse modo, este relatório de estágio deve ser tomado como uma sistematização ponderada de algumas questões concretas de tradução associadas à utilização de memórias de tradução, podendo vir a ajudar tradutores profissionais e estudantes de tradução a refletir e a encontrar a solução mais adequada para determinado problema de tradução.

## 1. A Tradução Técnica e Científica

### 1.1. Descrição das atividades realizadas

O meu estágio curricular, como acima mencionado, foi realizado na Eurologos – empresa de tradução que fornece serviços de tradução técnica, jurídica e financeira. Desse modo, o trabalho de tradução realizado foi no âmbito da tradução técnica e científica. No decorrer do estágio curricular traduzi 17 textos com um total de 21903 palavras. Os textos traduzidos, de variados subdomínios, apresentavam volumes distintos. Por conseguinte, o prazo de entrega estipulado pela gestora de projetos, Dr.<sup>a</sup> Zélia Neves, variava bastante, visto que também dependia do prazo exigido pelo cliente. Apesar de apenas ter realizado uma revisão de uma tradução da responsabilidade de outro tradutor, a revisão também constituiu uma parte importante do trabalho realizado em estágio, tendo em conta a revisão que realizei de todas as minhas traduções. A tarefa de edição e formatação ocupou também uma parte bastante significativa do tempo de estágio. Realizei um total de 31 formatações de documentos de volume e dificuldade distintos. Os documentos a formatar foram-me enviados pela gestora de projetos, por correio eletrónico. A formatação assume um papel muito importante no método de trabalho da Eurologos. Efetivamente, nesta empresa, um dos primeiros passos a realizar em qualquer projeto de tradução é a formatação. O processo inicia-se com a conversão de um documento em formato não editável (*i.e.* PDF, PowerPoint, etc.) para um documento em formato editável (*i.e.* Word) para que seja possível a aplicação de uma ferramenta de tradução. Depois de um documento PDF ser convertido para um documento Word através de um programa de conversão de texto (*i.e.* Abby Finereader), o texto convertido perde a formatação. É essencial que esse trabalho seja feito antes da tradução, pois facilita bastante o trabalho de tradução através do sistema de tradução assistida por computador MemoQ. Como explicitarei no último capítulo, ao formatar o texto antes de o colocar no *software* de tradução MemoQ, estamos a “limpar” o texto. Ou seja, estamos a eliminar as *tags* que estão a mais e que só iriam tornar o processo mais demorado. Além disso, a formatação também é bastante importante se estivermos a

trabalhar com documentos oficiais, que posteriormente serão certificados e/ou apostilados em notário. Este tema será abordado de forma mais exaustiva nos capítulos 2 e 3.

Os textos traduzidos durante o período do meu estágio tiveram a seguinte distribuição em subdomínios:

<b>Subdomínio</b>	<b>Ciências Jurídicas</b>	<b>Comunicação Empresarial</b>	<b>Ciências Informáticas</b>
Nº. de traduções	6	3	4
Nº. de palavras	6042	1881	9292

Figura 1 – Distribuição de textos traduzidos por subdomínio no par linguístico inglês – português

<b>Subdomínio</b>	<b>Ciências Jurídicas</b>	<b>Ciências Económicas</b>	<b>Comunicação Empresarial</b>
Nº. de traduções	2	1	1
Nº. de palavras	1625	2963	100

Figura 2 – Distribuição de textos traduzidos por subdomínio no par linguístico espanhol – português

Na qualidade de estagiária da empresa Eurologos, recebi textos de diversas áreas de especialidade, o que permitiu algum nível de diversificação de aprendizagem. Como podemos observar, a maior parte dos textos traduzidos diz respeito à área das Ciências Jurídicas. No entanto, não foi apenas pelo volume de trabalho que decidi optar pela área das Ciências Jurídicas. A tradução dos textos jurídicos que me foram adjudicados levantaram algumas questões que considero pertinentes e que me levaram a questionar a utilização das memórias de tradução. Quando resolvi pesquisar mais sobre o assunto, constatei que se trata de um tema algo negligenciado nos Estudos da Tradução. Como tal, optei por me dedicar, neste meu relatório de estágio, à eficácia e viabilidade do uso de memórias de tradução no texto jurídico, com o objetivo de dar um contributo para uma área do saber ainda pouco desenvolvida.

## 1.2. O texto técnico e o texto científico

No mundo moderno e globalizado, a prática da tradução assume cada vez maior importância. A tradução facilitou alguns dos mais importantes avanços tecnológicos e científicos, permitindo a sua partilha entre diversas comunidades linguísticas.

Scientific and technical translation is part of the process of disseminating information on an international scale, which is indispensable for the functioning of our modern society (Pinchuck 1977: 13 *apud* Byrne, 2014: 1).

De acordo com Byrne (2014), o papel da tradução técnica e científica é atualmente mais importante do que nunca. Tradutor técnico profissional desde 1997 e professor de tradução na Dublin City University e na University of Sheffield, Jody Byrne é autor do livro *Scientific and Technical Translation Explained: A Nuts and Bolts Guide for Beginners*, uma obra de referência no âmbito da tradução técnica e científica, na qual me baseio para a redação do presente relatório de estágio. Apesar das semelhanças entre o texto técnico e o texto científico, Byrne (2014) afirma que existem diferenças entre a tradução técnica e a científica. Segundo este autor, a expressão tradução técnica e científica é utilizada de forma abusiva para descrever o mesmo tipo de tradução. No entanto, este fenómeno deve-se ao facto de a tradução técnica e a tradução científica serem agrupadas apenas numa disciplina, levando a que estes tipos de tradução sejam frequentemente confundidos.

So, while a technical text is designed to convey information as clearly and effectively as possible, a scientific text will discuss, analyze and synthesize information with a view to explaining ideas, proposing new theories or evaluating methods (Byrne 2014: 2).

Podemos então concluir que o texto científico e o texto técnico possuem objetivos diferentes. Por conseguinte, o tipo de linguagem e as estratégias de tradução a serem utilizadas serão diferentes em cada tipo de texto. Não obstante, um texto pode possuir características tanto do texto científico como do texto técnico. Pinchuck (1977: 13) identifica três principais categorias de informação que ajudam a definir o tipo de tradução em causa:

1. Os resultados da ciência pura;

2. Os resultados de uma pesquisa científica aplicada levada a cabo com o objetivo de resolver um problema em particular;
3. O trabalho de técnicos, cujo objetivo é produzir um produto ou um processo industrial que possa ser vendido.

No entanto, Pinchuck (1977: 13) afirma que o texto técnico e o texto científico se sobrepõem muitas vezes, tendo em conta que o trabalho dos cientistas de hoje poderá vir a ser a tecnologia de amanhã. Por exemplo, o texto académico é considerado, de forma geral, um texto científico, pois divulga os resultados de um trabalho científico. No entanto, o texto académico também pode ser considerado um texto técnico, tendo em conta que geralmente apresenta terminologia técnica. As bases do texto técnico e científico são frequentemente construídas sobre a mesma informação, sendo que a forma e a estrutura como os textos se apresentam pode mudar (cf. Byrne, 2014: 2).

### **1.3. Traduzir o texto técnico**

A informação técnica pode aparecer em vários locais e em diferentes formatos. Desse modo, apresentar uma definição de texto técnico pode tornar-se complicado. O texto técnico apresenta algumas características que, apesar de não serem exclusivas ao texto técnico, podem ajudar a identificá-lo.

This variety of information shapes the entire nature of individual documents and gives rise to a range of different text types, each of which addresses the particular needs of a particular audience in a particular context (Byrne, 2014: 47).

De acordo com Byrne, a linguagem técnica deve ser o mais clara e unívoca possível. De forma a manter a clareza e a objetividade do texto na tradução, devemos optar por frases declarativas simples. Além disso, a informação deve ser apresentada por ordem cronológica e/ou logicamente ordenada por causa-efeito.

No entanto, o texto técnico também pode conter metáforas. As metáforas são utilizadas para explicar processos complexos ao leitor recorrendo ao conhecimento sobre o mundo que o rodeia. A

metáfora pode ser definida como: “Figura de retórica em que a significação habitual de uma palavra é substituída por outra, só aplicável por comparação subentendida.” (Priberam, 10.05.2017). Não obstante, de acordo com Lakoff/Johnson (2003), a metáfora é muito mais do que uma figura de retórica. Segundo os autores, a metáfora é um instrumento conceptual e não meramente linguístico, em que se compreende um domínio conceptual em termos de outro. De acordo com Byrne, o uso de metáforas é mais comum no texto científico do que no texto técnico. Não obstante, as metáforas também são bastante utilizadas no texto técnico. Byrne dá como exemplo a metáfora *worm screw*, utilizada na área da mecânica. Este nome refere-se a parafusos que, devido à sua forma semelhante a minhocas, adquirem este nome. Byrne acrescenta alguns exemplos de metáforas utilizadas na área da informática. A metáfora *trojan horses*, que em tradução literal para português é “cavalos de Tróia”, refere-se aos vírus (*malwares*) que atuam como o cavalo de Tróia a que Homero faz referência nas suas epopeias, tendo em conta que estes vírus entram no computador e criam uma “porta” para uma possível invasão. Hoje em dia, de forma geral, a geração mais jovem reconhece a aceção de “cavalo de Tróia” referente ao vírus, visto esta já se encontrar convencionalizada, e não conhece a origem desta expressão. Além dos exemplos de metáforas referidos por Byrne, podemos mencionar também as metáforas utilizadas na área da economia. De acordo com Silva (2003), a crise económica tem sido descrita nos *media* através de metáforas como, por exemplo, “Portugal já entrou na tempestade.” (*Expresso*, 22.11.08). Neste caso, a metáfora conceptual é: CRISE É TEMPESTADE. Contudo, neste caso, estamos a dar um exemplo extraído de um artigo de jornal, não considerável um texto técnico. No entanto, estas metáforas também são utilizadas por economistas, que dominam a terminologia técnica:

Isto não é uma tempestade como muitas pessoas falam, não é um fenómeno meteorológico, mas geológico. A paisagem económica está a mudar e as movimentações tectónicas estão a ser maiores do que prevíamos (Dan O’Brien, *Expresso*, 19.01.09).

Lakoff/Johnson (2003) postularam que o nosso pensamento funciona através de metáforas, sendo estas utilizadas constantemente no dia-a-dia por todos os seres humanos. Como tal, podemos afirmar que a metáfora está presente em todos os tipos de texto, sejam estes técnicos ou não.

Uma das características mais reconhecidas, tanto do texto técnico como do texto científico, é a terminologia que o mesmo contém, limitando a sua compreensão a leitores familiarizados com a matéria em questão. De acordo com Byrne, a terminologia técnica é mais reconhecida devido ao contraste entre a simplicidade da linguagem geral e as palavras estranhas e complexas que constam neste tipo de textos. No entanto, Peter Newmark (1988) estima que a terminologia técnica perfaça apenas 5 a 10% da linguagem do texto técnico. Esta estimativa depende sempre do tipo de texto em questão. Por exemplo, no caso das patentes, a terminologia técnica pode perfazer 50% do número total de palavras. Além da terminologia técnica, um texto técnico também pode apresentar abreviaturas e acrónimos. As abreviaturas e os acrónimos também fazem parte da terminologia técnica e podem apresentar vários significados dependendo do assunto, do contexto, ou até mesmo da empresa ou da organização que produz o texto. Não obstante, existem termos que tanto possuem significados gerais como técnicos e que, de igual modo, dependem do contexto e do domínio. Ou seja, estamos perante um caso de polissemia. Byrne apresenta o exemplo da palavra *jumper*. A nível técnico, pode significar uma pequena mola de metal que é usada para criar uma conexão elétrica entre dois terminais num dispositivo elétrico. A nível geral, pode descrever a) uma peça de roupa ou b) uma pessoa a saltar. É essencial que o tradutor saiba fazer esta distinção para que a sua tradução seja fiel ao texto de partida.

De acordo com Byrne, é essencial apresentar a informação de forma clara no texto técnico. No entanto, pode ser complicado transmitir informação técnica exclusivamente em texto corrido. Por vezes, a melhor maneira de transmitir informação é apresentando factos e números numa lista organizada por pontos, em tabela ou mediante um gráfico. Byrne afirma que no texto técnico é mais comum encontrar texto organizado por listas e por tabelas do que no texto científico devido ao seu

objeto, à sua estrutura e ao seu estilo linguístico. Podemos encontrar referências a outros documentos e/ou autores em ambos os tipos de textos. Relativamente ao texto técnico, podem ser referenciadas leis, diretivas e normas, por exemplo. As referências são utilizadas para que a informação possa fluir e para não sobrecarregar o leitor com demasiada informação de uma vez só. No texto científico, as referências são também utilizadas para persuadir o leitor da validade dos argumentos apresentados. Não obstante, Byrne indica que pode ser argumentado que, no texto técnico, a utilização das referências também pode ter esse objetivo, visto que, muitas vezes, são referenciadas leis com o objetivo de provar que determinado produto é seguro e de confiança. Além das referências, são também utilizados gráficos, diagramas, esquemas e outros tipos de representação visual de informação. Este tipo de gráficos e ilustrações são bastante utilizados em textos que tenham como função instruir os leitores, como é o caso do manual de instruções. Para finalizar, Byrne afirma que o texto técnico também pode conter fórmulas, equações e notações científicas. Apesar de ser mais comum no texto científico, a sua utilização é essencial para que o texto possa transmitir informação de forma rigorosa.

Para que todas as características do texto técnico sejam traduzidas da melhor forma, o tradutor deve fazer uma escolha consciente da estratégia de tradução a utilizar em determinada situação. É importante salientar que não existe nenhuma estratégia de tradução exclusiva ao texto técnico, visto que as estratégias de tradução podem ser aplicadas a qualquer tipo de texto. De acordo com Byrne, o que difere é a forma como estas estratégias de tradução são aplicadas. Não obstante, como poderemos verificar no decorrer do presente relatório, existem algumas estratégias de tradução que podem não ser as mais adequadas ao texto jurídico, apesar de este ser considerado um texto técnico. Tal se verifica com maior intensidade quando são aplicadas memórias de tradução ao texto jurídico. Desse modo, a enumeração e a respetiva caracterização das estratégias de tradução no presente relatório é essencial para comprovar esta tese. Na sua obra, Byrne apresenta a teoria de Vinay e Darbelnet (1995), que propõem dois métodos distintos de tradução – a tradução direta e a tradução

oblíqua – no livro *Comparative Stylistics of French and English: A Methodology for Translation*. De acordo com os autores, a tradução direta envolve a utilização de procedimentos diretos que não requerem tanta intervenção da parte do tradutor como a tradução oblíqua e significam um menor afastamento do texto de partida. É importante notar que Vinay e Darbelnet recorrem à denominação de métodos de tradução e procedimentos de tradução. Por sua vez, Chesterman (2002), por exemplo, recorre à denominação de estratégias de tradução. No presente relatório irei utilizar os termos cunhados por Vinay e Darbelnet apenas quando me referir aos procedimentos defendidos pelos mesmos. Vinay e Darbelnet afirmam que existem três procedimentos que fazem parte do método de tradução direta: a tradução literal, o empréstimo e o decalque. **A tradução literal** é muitas vezes confundida com tradução letra a letra devido à sua designação. No entanto, a tradução literal respeita a gramática da língua de chegada quando esta não corresponde à gramática da língua de partida. De acordo com Vinay e Darbelnet, a tradução literal consiste na produção de um texto de partida que representa da forma mais direta possível o conteúdo e as características do texto de chegada, embora obviamente respeitando a gramática da língua do texto de chegada.

Literal, or word for word, translation is the direct transfer of a SL text into a grammatically and idiomatically appropriate TL text in which the translators' task is limited to observing the adherence to the linguistic servitudes of the TL (Vinay e Darbelnet, 1995: 34).

Contrariamente ao esperado, de acordo com Byrne, a tradução literal é muito utilizada no texto técnico. No entanto, esta estratégia de tradução nunca poderá ser utilizada isoladamente num texto técnico. Como mencionado acima, existem características do texto técnico que impossibilitam a utilização desta estratégia de tradução. Por exemplo, de modo a manter a metáfora no texto técnico, não seria adequado utilizar a estratégia de tradução literal. Este também é um aspeto importante e a ter em conta no que diz respeito ao uso de memórias de tradução, visto que existem incompatibilidades na sua utilização aplicada às metáforas, como será comprovado no presente relatório. Neste caso, teria de ser utilizada a estratégia da equivalência, da qual iremos falar em

seguida. Por sua vez, de acordo com Vinay e Darbelnet, o **empréstimo** consiste na transferência de um item lexical da língua de partida para a língua de chegada sem recorrer a qualquer tipo de alteração, exceto nos casos em que os sistemas de escrita e os caracteres são diferentes nas duas línguas, nesse caso ocorrendo a transliteração. O empréstimo é geralmente utilizado nos casos em que, na língua de chegada, não existe nenhuma palavra equivalente para um conceito da língua de partida. Não obstante, de acordo com Byrne, a utilização do empréstimo também pode ter como objetivo causar um efeito no texto de chegada. Por exemplo, o tradutor pode utilizar o empréstimo para tornar o texto de chegada mais exótico e a sua tradução estranhante. Alguns exemplos de empréstimos linguísticos do inglês são: *spray, internet, email, marketing, etc.* Para finalizar a categoria da tradução direta, de acordo com Vinay e Darbelnet, o **decalque** consiste na tradução literal das partes constituintes de uma palavra ou frase da língua de partida para criar um novo termo, ou neologismo, na língua de chegada. De acordo com Byrne, o decalque deve ser utilizado com prudência, visto poder causar estranheza no leitor que nunca havia lido aquela palavra ou frase. Alguns autores condenam mesmo a utilização do decalque ou do neologismo, mas, por vezes, torna-se necessária a sua utilização na ausência de palavras equivalentes na língua de chegada, sendo que existem alguns decalques já convencionados. Temos como exemplo alguns decalques do inglês: “arranha-céus”, “externalização”, “lua de mel”, “cachorro-quente”, etc. Não obstante, apenas devemos criar novos decalques quando devidamente justificados, sendo sempre preferível utilizar um equivalente ou, no caso de não existir, manter como empréstimo (cf. Byrne, 2014: 120).

Por outro lado, a tradução oblíqua, cunhada por Vinay e Darbelnet, requer uma maior intervenção por parte do tradutor. De acordo com Vinay e Darbelnet (1995: 31):

It may, however, also happen that, because of structural or metalinguistic differences, certain stylistic effects cannot be transposed into the TL without upsetting the syntactic order, or even the lexis. In this case it is understood that more complex methods have to be used which at first may look unusual but which nevertheless can permit translators a strict control over the reliability of their work: these procedures are called oblique translation methods.

Vinay e Darbelnet declaram que o método da tradução oblíqua envolve quatro procedimentos que podem ser utilizados quando as características linguísticas e/ou estilísticas do texto de partida não podem ser traduzidas de forma direta, visto a sua utilização poder resultar num texto de chegada inadequado em termos de semântica, estrutura, idiomaticidade e estilo. Em primeiro lugar, Vinay e Darbelnet mencionam o procedimento da **equivalência**. De acordo com os autores, a equivalência é caracterizada pela substituição de elementos do texto de partida por termos correspondentes no texto de chegada de modo a transmitir exatamente o mesmo significado do texto de partida. Enquanto a tradução literal respeita a gramática da língua de chegada, a equivalência foca-se na semântica e na cultura do texto e da língua de chegada. É o caso das expressões fixas, expressões idiomáticas e/ou provérbios, que, ao serem traduzidos recorrendo ao procedimento de tradução literal, se podem tornar incompreensíveis. Temos como exemplo a expressão idiomática “It’s raining cats and dogs”, que pode ser traduzida literalmente como “Está a chover gatos e cães”. Esta expressão, para o público português, não faz sentido. Neste caso, a expressão idiomática pode ser traduzida utilizando a expressão equivalente e convencionada “Está a chover a potes”. No que diz respeito ao texto técnico, este procedimento pode ser utilizado para traduzir rótulos, etiquetas e sinais de aviso. É o caso do sinal de aviso “No Smoking” que tem como equivalente em português “Proibido fumar”. Neste caso, referimo-nos a equivalência interlinguística. Por sua vez, Byrne apresenta os seguintes exemplos de equivalência intralinguística:

- *Danger!* -> *Risk of Death*
- *Wet Paint* -> *Freshly Painted*

Não obstante, o procedimento da equivalência não se aplica apenas a este tipo de questões. A equivalência é um dos procedimentos mais utilizados em textos técnicos, tanto a nível da terminologia como a nível da estrutura das frases. Em segundo lugar, temos a **transposição**. De acordo com Vinay e Darbelnet (1995: 36) “...transposition involves replacing one word class with

another without changing the meaning of the message”. Apesar de este processo aparentar ser complexo, revela-se bastante intuitivo e, por vezes, ocorre de forma natural. A transposição aplica-se quando a tradução da informação contida no texto de partida mantendo as classes de palavras se revela incompreensível e agramatical no texto de chegada. De acordo com Byrne, algumas das transposições são obrigatórias. Por exemplo, o texto de partida pode conter um nome que descreva um processo ou objeto que na língua de chegada não consegue ser transmitido ao leitor recorrendo apenas a um nome. Nesse caso, poderá ser necessário transmitir a informação no texto de chegada através de uma frase descritiva ou de um verbo. Por outro lado, existem transposições que não são obrigatórias e que apenas são utilizadas para tornar o texto de chegada mais fluido. Byrne apresenta os seguintes exemplos:

- Nominalização (nome para verbo): “The regulation of the heating system is carried out by the main computer” vs. “The main computer regulates the heating system”
- Passiva para ativa: “The new standard was approved by all member states” vs. “All member states approved the new standard”.
- Passiva para imperativo: “The safety mechanism is engaged prior to performing maintenance work” vs. “Engage the safety mechanism before carrying out maintenance work”.

Nota: O exemplo da passiva para ativa também pode ser considerado como uma modulação, visto existir uma mudança de perspetiva.

Em terceiro lugar, Vinay e Darbelnet mencionam o procedimento da **modulação**. De acordo com os autores, a modulação consiste no processo de alteração da forma como é transmitida a informação apresentando-a de um ponto de vista diferente, sem prejuízo de sentido. Este procedimento é útil nos casos em que a tradução literal, apesar de resultar num texto correto a nível gramatical, não transmite idiomática e acaba por causar uma estranheza excessiva.

Modulation is a variation of the form of the message, obtained by a change in the point of view. This change can be justified when, although a literal, or even transposed, translation results in a grammatically correct utterance, it is considered unsuitable, unidiomatic or awkward in the TL (Vinay e Darbelnet, 1995: 36).

De acordo com Byrne, existem modulações fixas – principalmente devido às diferenças estruturais entre a língua de partida e a de chegada – e modulações opcionais. As modulações podem envolver a alteração de uma frase afirmativa para uma frase negativa. Byrne apresenta os seguintes exemplos:

- “Never turn off the refrigeration unit” vs. “Leave the refrigeration turned on at all times”.
- “Easy to use” vs. “Not difficult”.
- “Protects against most viruses” vs. “Only allows a few viruses through”.

De acordo com Byrne, outros tipos de modulação são os que envolvem a substituição de conceitos abstratos por conceitos concretos. Por exemplo:

- *Reboot* → *Restart, Start again*
- *Monitor* → *Visual Display Unit (VDU)*

De acordo com Byrne, existem outras modulações possíveis que envolvem a substituição de um conceito “parte pelo todo” ou “todo pela parte”. O autor dá o exemplo de um texto relativo à manufatura de automóveis em que pode ser utilizado *gears* (parte) em substituição a *transmission* (todo).

Em quarto e último lugar, Vinay e Darbelnet mencionam o procedimento da **adaptação**. De acordo com os autores, a adaptação é utilizada como último recurso na tradução técnica, pois pode implicar um desvio significativo do texto de partida para o texto de chegada. Alguns críticos consideram que o procedimento da adaptação está na base da infidelidade e que não deve ser praticado. Em textos jurídicos oficiais, este procedimento é desaconselhado, como poderemos verificar em seguida. Este procedimento deve ser utilizado apenas quando não existe equivalência – seja esta total ou parcial –

entre o texto de partida e o texto de chegada ou quando alguma situação ou aspeto descrito no texto de partida é desconhecido à cultura do texto de chegada.

Adaptation makes use of three key procedures – cultural substitution, paraphrasing and omission – and is used when the ST describes a situation or concept which does not exist in the TL culture or which does not have the same connotations or relevance to members of the TL audience (Byrne, 2014: 123).

De acordo com Byrne, a adaptação pode ser aplicada, por exemplo, a referências a alimentos nas instruções para micro-ondas ou suplementos nutricionais, a caixas de correio ou códigos postais em *sites* e/ou programas informáticos ou até a instituições como câmaras municipais ou autoridades governamentais em documentação relativa a *design* e elaboração de projetos de arquitetura. A utilização da adaptação também é bastante recorrente nos casos em que o texto de partida se encontra escrito de uma forma pouco clara ou até incorreta. Em primeiro lugar, nos casos em que estamos perante uma questão cultural específica do texto de partida, devemos recorrer à **substituição cultural** ou **filtragem cultural**, designação utilizada por Chesterman (2002). Por exemplo, consideremos o caso de um texto técnico de carácter informativo/educativo sobre os diferentes tipos de rios e mares existentes. Não existindo uma equivalência no país do texto de chegada, tendo em conta que se tratam de locais diferentes, poderá ser necessário utilizar como referência um rio ou mar com características semelhantes às descritas no texto de partida no texto de chegada. No entanto, a substituição cultural nem sempre funciona. Nesse caso, devemos recorrer à **paráfrase**, que consiste numa rescrita - utilizando outras palavras - do texto de partida para o texto de chegada. Seria possível recorrer à paráfrase no exemplo acima mencionado descrevendo as características do rio ou mar sem o denominar. Por exemplo, “de modo a evitar a poluição nos rios e mares da sua região deve...”. De acordo com Byrne, este procedimento é bastante útil na tradução do texto técnico pois evita interferências e construções estranhas causadas pela proximidade excessiva relativamente ao texto de partida. No caso de não existir um substituto cultural ou a paráfrase não funcionar em determinado contexto, podemos recorrer à **omissão**. Byrne afirma que a omissão não se aplica a todos os casos e que esta deve ser apenas usada em última instância.

Tendo em conta que o texto técnico tem como objetivo transmitir informação de forma clara, concisa e completa, a omissão apenas deve ser utilizada quando devidamente justificada.

Além dos procedimentos defendidos por Vinay e Darbelnet, existem outros que podem ser aplicados de forma simultânea às anteriormente mencionadas ao texto técnico. Byrne enumera algumas das estratégias mais importantes na tradução do texto técnico: expansão/redução das frases; generalização/particularização; compensação; reestruturação e ligação icónica (*iconic linkage*). De acordo com Byrne, a estratégia da **expansão ou redução** é útil nos casos onde é necessário explicitar ou remover algo desnecessário para corresponder às expectativas do público-alvo do texto de chegada. A expansão pode ser utilizada nos casos em que é necessário explicitar algo que se encontra implícito no texto de partida ou para compensar a falta de conhecimento do público-alvo do texto de chegada relativamente a determinado tópico. A expansão pode consistir na adição de frases explicativas para explicar termos ou afirmações ou na adição de conectores para tornar o texto de chegada mais fluído e inteligível (cf. Byrne, 2014: 124). A utilização desta estratégia pode resultar num maior nível de redundância semântica e/ou num maior número de repetições. Por esse motivo, a utilização desta estratégia de tradução pode revelar-se problemática em alguns tipos de textos, nomeadamente literários. Não obstante, o texto técnico caracteriza-se por ser um texto informativo e explicativo e, como tal, o uso de repetições e de redundância semântica não causa problemas ao público-alvo do texto. De modo a que o tradutor possa decidir se a utilização da expansão se adequa a determinado texto, o tradutor deve ter em conta as expectativas e preferências do público-alvo do texto de chegada, sendo que este fator se aplica a todas as estratégias de tradução existentes. De acordo com Byrne, esta decisão pode revelar-se problemática, visto que existe o risco de privilegiar o texto de partida comparativamente com o texto de chegada ou vice-versa. Como podemos constatar, a redução/contração é o oposto da expansão, consistindo na apresentação da informação de forma menos detalhada que aquela apresentada no texto de partida. Por sua vez, a estratégia da **generalização** ou da **particularização** é motivada pelas mesmas razões

da estratégia de tradução anterior. De acordo com Byrne, a generalização torna a informação presente no texto de partida menos detalhada quando transferida para o texto de chegada. Nos casos em que não existe um termo especializada e/ou específico equivalente na língua do texto de chegada, podemos recorrer à utilização de um termo geral. A generalização também se aplica a casos em que o equivalente do termo utilizado no texto de partida não é familiar ao público-alvo do texto de chegada. Cabe ao tradutor examinar se a estratégia da generalização é a mais adequada, assegurando-se de que não existe risco de tornar o texto de chegada incompreensível ou menos claro para o público-alvo do mesmo. Por outro lado, a particularização ou especificação torna a informação presente no texto de partida mais detalhada quando transferida para o texto de chegada. Pode ser necessário recorrer a esta estratégia quando o texto de partida contém um termo considerado demasiado genérico e não especializado para o público-alvo do texto de chegada, podendo causar ambiguidade e incerteza. Deste modo, o tradutor deve ter um bom conhecimento da área de especialidade do texto em questão e, idealmente, deverá manter a comunicação com o autor e/ou cliente e com um especialista da área para que a sua tradução seja a mais adequada. Outra das estratégias mencionadas por Byrne é a estratégia da **compensação**. De acordo com Byrne, a compensação é uma estratégia de tradução que consiste na introdução de elementos no texto de chegada noutra instância para compensar a perda de elementos e/ou características do texto de partida quando transcritas para o texto de chegada. A estratégia de tradução da compensação é utilizada em casos onde não existe equivalência ou não é possível replicar uma característica do texto de partida no texto de chegada. Como sabemos, a perda é inevitável na realização de uma tradução. Não obstante, cabe ao tradutor compensar essas perdas, equilibrando as perdas e os ganhos. De seguida, Byrne apresenta a estratégia de tradução da **restruturação**. De acordo com o autor, a restruturação consiste na reorganização da estrutura de um texto de modo a ir ao encontro das expectativas do público-alvo do texto de chegada. Como sabemos, no texto técnico, a informação é apresentada numa sequência lógica e por ordem cronológica. Contudo, esta ordem pode ser alterada em função de convenções de outra cultura:

[...] although perceptions of what does and does not constitute a logical or intuitive flow of information are largely culture-independent because they depend on our human cognitive processes, there are instances where cultural expectations and norms take priority and it will be necessary to rearrange the sequence of information in a text (Byrne, 2014: 129).

O tradutor deve, uma vez mais, ter uma boa percepção do enquadramento e expectativas do público-alvo do texto de chegada. De forma geral, o tradutor deve ter um excelente conhecimento da cultura de chegada para que as suas opções de tradução sejam adequadas. Por último, Byrne menciona a estratégia de tradução da **ligação icónica** (*iconic linkage*), cunhada pelo próprio. De acordo com o autor, o objetivo desta estratégia é minimizar a variação, expressando a informação sempre da mesma maneira, para que a tradução seja o mais escorreita possível. O conceito de "usabilidade", enquanto critério de qualidade, reveste-se de grande importância para Byrne:

In certain types of technical texts, particularly those with an instructional function, emphasis is often placed on the usability of the information as a way of measuring the quality of texts. The same also applies when translating these documents. In the case of texts, usability refers to how easily and effectively readers can assimilate and act upon information that is presented to them in texts (Byrne, 2014: 130).

Consideremos que, num texto técnico, a mesma informação é apresentada em três frases distintas e com apenas algumas alterações no vocabulário. A estratégia de tradução da ligação icónica consiste em escolher apenas uma tradução que englobe a informação contida nessas mesmas frases e utilizá-la no texto de chegada. Byrne apresenta como exemplo três frases distintas que contêm exatamente a mesma informação:

- “Always exit the application before disconnecting the storage device from your PC.”
- “The user must never remove the unit from the system without first closing the associated program running on the PC.”
- “To safely remove the drive, you must first close EasyUSB.”

Neste caso, deveremos escolher apenas uma das frases acima apresentadas, de forma a reduzir a variação. De acordo com Byrne, o uso desta estratégia torna o texto mais fácil de seguir, revelando

uma maior usabilidade para o leitor. Em alguns casos, a ligação icónica também pode tornar a utilização de memórias de tradução mais eficiente, visto diminuir a sinonímia. Não obstante, esta estratégia é muitas vezes ignorada pelo tradutor que recorre à utilização de memórias de tradução, correndo o risco de provocar ambiguidades.

## 2. A Tradução Jurídica

### 2.1. Tipos de texto jurídico

By “genre”, or “text type”, we mean each of the specific classes of texts characteristic of a given scientific community or professional group and distinguished from each other by certain features of vocabulary, form and style, which are wholly function-specific and conventional in nature (Alcaraz/Hughes, 2014: 101).

De acordo com Alcaraz/Hughes (2014), é bastante importante que o tradutor identifique o tipo de texto para que possa tomar opções de tradução conscientes, com base nas expectativas pragmáticas, relativas à função e significado do texto. Enrique Alcaraz e Brian Hughes são professores de inglês na Universidade de Alicante, Espanha, e autores de *Legal Translation Explained*, uma obra de referência no âmbito da tradução jurídica e na qual me baseio para a redação do presente relatório de estágio. De acordo com Alcaraz/Hughes, a designação “texto jurídico” é insuficiente, visto que dentro do texto jurídico existem vários tipos de textos com diferentes características e estruturas. No que diz respeito à linguagem jurídica, existem exemplos de géneros escritos (*i.e.* contrato) e géneros orais (*i.e.* sentença em julgamento). No presente relatório de estágio apenas refiro os géneros escritos, visto que apenas trabalhei com este tipo de texto e este ser o objeto do meu estudo. Dentro destes géneros é também possível identificar subgéneros, nomeadamente sentenças de divórcio, sentenças à revelia, sentenças recorridas ou em recurso, etc.

Não obstante, no presente relatório apenas serão identificados os géneros textuais jurídicos, sem recorrer à denominação dos subgéneros. O objetivo da identificação dos vários tipos de texto ou géneros textuais é ajudar o tradutor a compreender que dentro da mesma área de especialidade, existem textos com diferentes características e estruturas, e que a mera designação “texto jurídico” não é suficientemente elucidativa. Alcaraz/Hughes afirmam que a identificação dos géneros textuais ajuda o tradutor a ultrapassar problemas de equivalência lexical (polissemia, sinonímia, etc.),

equivalência sintática (nominalização, passiva, modalidade, ordem das palavras e outras considerações similares), ou equivalência estilística (solenidade, formalidade, figuras de estilo e outros mecanismos retóricos, severidade ou aspereza do tom em declarações orais, etc.). De acordo com Alcaraz/Hughes (2014: 102), os textos pertencentes ao mesmo género devem apresentar as seguintes características:

- a) Função comunicativa semelhante, expressa pela utilização do mesmo verbo performativo.
- b) Macroestrutura semelhante. Por exemplo, formato ou organização estrutural.
- c) Modo discursivo semelhante (narrativo, descritivo, imperativo, etc.) e técnicas discursivas semelhantes que vão de encontro às expectativas discursivas do destinatário.
- d) Organização lexical e sintática semelhantes do conteúdo e a utilização de unidades funcionais e características formais idênticas.
- e) Convenções socio-pragmáticas semelhantes.

Alcaraz/Hughes distinguem três grupos de textos jurídicos. O primeiro grupo engloba os textos no domínio da lei, do direito público e das decisões judiciais. O segundo grupo engloba os textos no domínio do direito civil e privado. O terceiro e último grupo engloba os textos académicos sobre direito. Este último grupo não assume importância no presente relatório, tendo em conta que não foi um dos tipos de textos trabalhados no decorrer do estágio. Dentro do domínio da lei, do direito público e das decisões judiciais temos como exemplos de tipos de texto o diploma universitário, o certificado, a lei (*i.e.* decreto-lei), o relatório jurídico e a sentença. Dentro do domínio do direito civil e do direito privado temos como exemplos de tipos de texto o contrato, a escritura, a apólice de seguro e o testamento. Como já foi referido anteriormente, todos estes textos possuem características e estruturas diferentes, embora pertençam à mesma área de especialidade. Por

consequente, o tradutor deve saber identificar cada tipo de texto, examinando as suas características e estrutura, para poder optar pelas estratégias de tradução mais adequadas.

## 2.2. A linguagem jurídica

A linguagem jurídica existe desde que houve a necessidade de viver em sociedade. Para que tal seja possível, devem existir normas e regras a cumprir, sendo que quem não as cumprir deve ser castigado. A linguagem jurídica, como hoje a conhecemos, difere bastante da linguagem jurídica que os nossos antepassados conheceram, visto que, como esperado, as leis têm vindo a sofrer alterações de modo a adequarem-se às necessidades da sociedade contemporânea. Além dessa necessidade de adequação das leis à sociedade atual, existe também a influência entre sistemas jurídicos distintos, derivada da crescente globalização. Tiersma (2012), tradutor jurídico e co-autor/editor da obra *The Oxford Handbook of Language and Law*, distingue dois sistemas jurídicos distintos: o direito civil e a *common law* (direito comum). De acordo com Tiersma (2012), considera-se que o direito civil que se desenvolveu na Europa Ocidental teve origem no direito romano. Algumas das características do direito romano perduram até hoje, sendo que as mais importantes são a escrita, as normas processuais e o método de categorização e sistematização de conceitos e categorias jurídicas (cf. Tiersma, 2012: 37). Tiersma afirma que foi graças a um grupo de homens – os juristas – que estas características se desenvolveram. Os juristas não eram considerados advogados, mas sim estudiosos das leis e do direito que ofereciam opiniões jurídicas a litigantes, magistrados e juízes. De acordo com Tiersma, muito do que sabemos hoje sobre o direito romano deriva dos comentários escritos pelos juristas nos três primeiros séculos d.C..

Civil law countries thus all share, to a greater or lesser extent, a common legal heritage that began in Rome, was systematized in Byzantium, was re-discovered and elaborated in northern Italy, and then spread throughout much of Europe. They also share some legal concepts, as well as the language needed to refer to those concepts. That language is, for the most part, heavily influenced by the Latin terminology of the *Corpus Juris*. Due to this common heritage, European lawyers “speak the same conceptual language” (Matilla, 2006: 126 *apud* Tiersma, 2012: 38).

De acordo com Tiersma, a *common law*, por sua vez, teve origem em Inglaterra e foi imposta no País de Gales e na Irlanda depois da sua conquista, sendo que o sistema jurídico da Escócia é um sistema jurídico híbrido. Atualmente, a *common law* e a linguagem jurídica inglesa predominam em dezenas de países em todo o mundo devido ao legado do império britânico (cf. Tiersma, 2012: 42).

Como podemos constatar, a linguagem jurídica tem como base a linguagem comum. Por conseguinte, podemos afirmar que a linguagem jurídica é idêntica à linguagem comum, principalmente no que diz respeito à gramática e à maioria do vocabulário utilizado (cf. Matilla, 2012: 50). Não obstante, a linguagem jurídica é uma linguagem especializada e, por esse motivo, possui algumas características que diferem da linguagem comum. De acordo com Heikki E. S. Matilla (2012), professor emérito de Linguística Jurídica e co-autor da obra *The Oxford Handbook of Language and Law*, a linguagem jurídica é caracterizada, de forma geral, pela utilização de termos técnicos, que podem variar em número e natureza consoante os ramos do Direito em questão. Como irei exemplificar através de exemplos, existem muitas outras características inerentes ao texto jurídico para além dos termos técnicos.

Matilla afirma que para compreender a natureza da linguagem jurídica é importante saber distinguir um termo jurídico de um conceito jurídico. Enquanto a palavra “conceito” se refere a figuras abstratas criadas pela mente humana, a palavra “termo” designa o nome dos conceitos. Dessa forma, um termo pode ser definido como a expressão linguística de um conceito pertencente ao sistema teórico de uma língua especializada (cf. Matilla, 2012: 51). Como é evidente, a lei é um conceito abstrato criado pelos seres humanos. Desse modo, a lei é um conceito cultural, ou seja, difere de cultura para cultura. Por esse motivo, alguns conceitos jurídicos estão apenas presentes num único sistema jurídico. Esta divergência depende da interação existente entre os sistemas jurídicos em questão. Matilla apresenta como exemplo a diferença entre *common law* (direito comum) e direito civil. Como mencionado anteriormente, de forma geral, a *common law* é aplicada nos países que têm um passado colonial britânico, enquanto o direito civil se aplica à Europa

Continental e à América Latina. Por motivos históricos, os conceitos jurídicos da *common law* e do direito civil diferem entre si, sendo que, muitas vezes, não existe equivalência entre eles. No entanto, também existem diferenças entre sistemas jurídicos pertencentes à mesma família jurídica, especialmente entre países onde se aplica o direito civil. Matilla apresenta o exemplo de Espanha, país no qual existem regiões que possuem a sua própria lei privada, denominada de *derecho foral*. Desse modo, não existe um termo equivalente a *derecho foral* em qualquer outro sistema jurídico.

Tendo em conta que existem diferentes conceitos jurídicos entre sistemas jurídicos e que, por vezes, não existe equivalência para os mesmos, o tradutor profissional deve ter algum conhecimento dos sistemas jurídicos da língua do texto de partida e do texto de chegada. Alcaraz/Hughes (2014: 2-3) sugerem três passos para a tradução do texto jurídico. Em primeiro lugar, o tradutor deve ter um bom conhecimento dos sistemas jurídicos da língua do texto de partida e do texto de chegada, como mencionado acima. Em segundo lugar, o tradutor deve interpretar o texto começando pelas unidades de significado mais pequenas – os fonemas e os morfemas – até compreender o texto no seu todo. Em terceiro lugar, o tradutor deve examinar o texto no seu todo no que diz respeito ao género ou tipo de texto. Como mencionado na alínea anterior, é bastante importante que o tradutor identifique o tipo de texto para que possa tomar opções de tradução conscientes.

De acordo com Alcaraz/Hughes, as unidades lexicais podem ser divididas em dois grupos: unidades simbólicas e unidades funcionais. As unidades funcionais consistem em palavras ou frases que não aludem de forma direta à realidade ou ao universo de conceitos, mas que servem para interligar as palavras e frases que o fazem. Os deíticos, os artigos, os auxiliares, os modais e outros marcadores sintáticos e morfológicos também pertencem a este grupo. Alcaraz/Hughes (2014: 16) apresentam alguns exemplos de unidades funcionais de domínio jurídico: *subject to, inasmuch as, hereinafter, whereas, concerning, under e in view of*. Por sua vez, as unidades simbólicas ou representacionais incluem todos os termos que se referem a coisas ou ideias presentes no mundo real, físico ou mental. Os termos jurídicos pertencentes a esta categoria podem ser constituídos por uma ou mais

palavras (termos compostos). Alcaraz/Hughes apresentam três subdivisões para este grupo: termos puramente técnicos, termos semi-técnicos ou mistos e termos comuns presentes no texto jurídico. Nesta alínea, apenas menciono os termos puramente técnicos e os termos comuns presentes no texto jurídico, em inglês e em espanhol, seguidos da tradução portuguesa, dado que se trata das línguas de trabalho em questão. Os termos semi-técnicos ou mistos são os termos que causam maior dificuldade ao tradutor, visto que, na sua grande maioria, são termos polissémicos. Como tal, os termos semi-técnicos ou mistos serão apresentados e caracterizados na alínea referente à polissemia.

a) Termos puramente técnicos

Os termos puramente técnicos são aqueles que são encontrados exclusivamente na esfera jurídica e que não têm qualquer aplicação fora dela. Alcaraz/Hughes (2014: 16-17) dão os seguintes exemplos:

- *barrister / abogado* (advogado);
- *counsel / abogado* (advogado);
- *solicitor / representante legal* (advogado);
- *estoppel / doctrina de los actos propios* (ação inegável);
- *mortgage / hipoteca* (hipoteca);
- *breach of official duty / prevaricación* (violação das obrigações oficiais);
- *serve proceedings / notificar la incoación de la demanda; emplazar al demandado* (notificação de atos);
- *refuse leave to appeal / inadmitir un recurso* (recusa do pedido de recurso);
- *bring an action / ejercitar una acción* (intentar uma ação judicial); etc.

Para a tradução destes termos, bem como para a tradução realizada no decorrer do estágio, recorri à utilização de bases de dados terminológicas (*i.e.* IATE), a dicionários *online* (*i.e.* Linguee) e a dicionários jurídicos bilingues (*i.e.* Chaves de Mello, 2008). As unidades lexicais deste tipo possuem apenas um significado e este mantém-se dentro da sua área de especialidade.

Alguns críticos acreditam que uma parte dos termos não devem ser traduzidos devido à sua especificidade e à sua ligação com o sistema jurídico que originou estes termos. *Estoppel*, por exemplo, é deixado por traduzir em dissertações sobre direito comparado por quem não tem a certeza do seu escopo, por quem não aceita a equivalência total noutras línguas ou por quem se encontra determinado a manter este anglicismo ligado à *common law* (cf. Alcaraz/Hughes, 2014: 17).

b) Termos comuns presentes no texto jurídico

Os termos comuns são termos de utilização geral que, como é óbvio, são encontrados em grande quantidade no texto jurídico. Alcaraz/Hughes afirmam que qualquer termo não-técnico pode ser um exemplo de termo comum. Não obstante, afirmam também que, em alguns casos, os termos comuns são traduzidos, noutra língua, para termos puramente técnicos ou termos semi-técnicos. Alcaraz/Hughes (2014: 18) apresentam o exemplo do termo *system*. De forma geral, *system* traduzido para espanhol é “sistema”. No entanto, *legal system* é normalmente traduzido por *ordenamiento jurídico*. Já em português, neste caso, é usual a tradução literal “sistema jurídico”.

Além da utilização de termos técnicos, acima mencionada, de acordo com Alcaraz/Hughes, a linguagem jurídica é caracterizada pela utilização de latinismos como, por exemplo: *causa; ex aequo et bono; culpa in contrahendo*; etc. Matilla afirma que geralmente se considera que o direito civil estabelecido na Europa Ocidental tem como base o direito romano. Não obstante, a utilização de latinismos não se deve apenas ao legado do direito romano, deve-se também ao facto de, na Idade Média, o latim ser considerado a língua da ciência e da educação na Europa. Por esse motivo, os latinismos também se encontram na linguagem jurídica inglesa. A presença dos latinismos deve-se ao facto de o direito inglês se ter desenvolvido a partir de um sistema desenvolvido na Idade Média, período em que o latim, impulsionado pelo poder e prestígio da Igreja Romana, era considerado a língua franca na Europa (cf. Alcaraz/Hughes, 2014: 5). Além disso, o direito romano tinha grande importância na Europa, tornando inevitável a sua influência no direito inglês.

De acordo com Alcaraz/Hughes, o tradutor deve decidir se o latinismo deve ser traduzido tendo como base a prática comum entre os membros da comunidade jurídica do sistema da língua de chegada. Alguns dos latinismos sofreram um decalque para a língua de chegada, como é o caso de *delictum*, que passou a “delito” para a língua portuguesa. Outra das características da linguagem jurídica, nomeadamente da inglesa, é a utilização de termos de origem francesa ou normanda. Esta influência deve-se à invasão normanda de 1066, em que os novos senhores do país trouxeram consigo os seus costumes e a sua língua. A justiça começou a ser aplicada na sua língua nativa – o francês normano. Segundo Alcaraz/Hughes (2014: 6), um dos termos mais utilizado é *damage*, que pode ser traduzido por dano, por exemplo. Podemos apresentar como exemplo a expressão *force majeure*. Neste caso, trata-se de um empréstimo francês para a língua jurídica inglesa. *Force majeure* é geralmente traduzido por “força maior”, tratando-se de um decalque convencionalizado.

79	<b>FORCE MAJEURE</b>	<b>FORÇA MAIOR</b>	Confirmed
----	----------------------	--------------------	-----------

Figura 3 – Exemplo retirado de um contrato: memorando de entendimento.

Nota: Os exemplos apresentados no presente relatório foram retirados do *software* de tradução MemoQ, sistema de tradução assistida por computador utilizado no decorrer do estágio curricular. O número presente na primeira coluna é o número do segmento de tradução e a coluna da direita indica que a tradução foi confirmada. Quando a coluna da direita apresenta percentagens é porque existe concordância com a memória de utilização utilizada, sendo que a percentagem indica o nível de concordância entre a memória de tradução e o texto de partida.

O texto jurídico apresenta também um registo formal. De acordo com Alcaraz/Hughes, para além de apresentar um registo formal, apresenta algumas formulações arcaicas. Atualmente, as formulações arcaicas são pouco frequentes; não obstante, a utilização de advérbios arcaicos ainda é bastante comum. Alcaraz/Hughes (2014: 7) apresentam como exemplos os seguintes advérbios:

- *hereinafter / in what follows / below / en adelante / en lo sucesivo* (doravante / adiante);
- *hereby / as a result of this / por la presente* (pelo presente);
- *thereby / por ello / por cuyo motivo* (deste modo);
- *thereunder / by virtue of which / subsequently / en virtude del mismo* (neste âmbito);

- *whereby / because of which / por donde / por lo cual* (segundo a qual / pela qual);
- *thereunto / in the document or place referred to / al mismo / al documento aludido* ( no documento ou local referido).

16	<b>WHEREAS</b> the <b>VENDOR</b> wishes to commence a "Return and Recycle Program" ( <u>hereinafter</u> referred to as the " <b>PROGRAM</b> ") <u>whereby</u> customers of the <b>VENDOR</b> shall have the opportunity of selling their agreed electronic devices as described in <b>ANNEXURE 'A'</b> to the <b>AGENT</b> against a discount on purchases made by the customer from the <b>VENDOR</b> ;	<b>CONSIDERANDO</b> que o <b>VENDEDOR</b> deseja iniciar um «Programa de Devolução e Reciclagem» ( <u>doravante</u> designado « <b>PROGRAMA</b> ») <u>no qual</u> os clientes do <b>VENDEDOR</b> terão a oportunidade de vender os seus previamente acordados aparelhos eletrónicos, conforme descrito no <b>ANEXO "A"</b> , ao <b>AGENTE</b> em troca de um desconto em compras realizadas pelo cliente ao <b>VENDEDOR</b> ;	Confirmed
----	--	---	-----------

Figura 4 – Exemplo retirado de um contrato: memorando de entendimento.

58	The <b>VENDOR</b> and <b>AGENT</b> <u>hereby</u> agree to operate the <b>PROGRAM</b> strictly in accordance to the steps and operation specified in <b>ANNEXURE "B"</b> and <b>ANNEXURE "C"</b> .	O <b>VENDEDOR</b> e o <b>AGENTE</b> concordam <u>no presente</u> em executar o <b>PROGRAMA</b> de forma rigorosa de acordo com os procedimentos e a execução especificada no <b>ANEXO "B"</b> e no <b>ANEXO "C"</b> .	Confirmed
----	---	---	-----------

Figura 5 – Exemplo retirado de um contrato: memorando de entendimento.

4	I <u>hereby</u> give notice that on 21 June 2016 I recognised/ registered a maintenance order ([1] copy attached{2}) made by Tribunal Judicial da Comarca de XXX.	Notifico, <u>pelo presente</u> , que, no dia 21 de junho de 2016, confirmei/registei uma ordem de pensão de alimentos ([1] cópia em anexo{2}) emitida pelo Tribunal Judicial da Comarca de XXX.	Reviewer 2 confirmed (74%)
---	---	---	----------------------------

Figura 6 – Exemplo retirado de um aviso de registo de uma ordem de pensão de alimentos.

101	<b>SEXTO.-</b> <u>En virtud de todo lo anteriormente expuesto</u> , vistos los artículos citados y demás de general y pertinente aplicación, y no concurriendo ninguna causa imperativa ni facultativa que impida su entrega, procede ejecutar la Orden emitida y en consecuencia acordar la ampliación de la entrega solicitada por Portugal.	<b>SEXTO.-</b> <u>Em virtude de tudo o que o foi exposto anteriormente</u> , vistos os artigos mencionados e os restantes de aplicação geral e pertinente, e não tendo sido apresentada nenhuma causa imperativa nem facultativa que impeça a sua entrega, procede-se à execução do Mandado emitido e, em consequência, ao acordo da ampliação da entrega solicitada por Portugal.	Confirmed
-----	--	--	-----------

Figura 7 – Exemplo retirado de um mandado de detenção europeu.

Além disso, Alcaraz/Hughes (2014: 7) afirmam que o tom arcaico também é conseguido através da utilização de sintagmas preposicionais. São apresentados os seguintes exemplos:

- *pursuant to / en cumprimento de* (conforme);
- *notwithstanding / no obstante / a pesar de* (não obstante);
- *without prejudice to / sin perjuicio de* (sem prejuízo / sem prejudicar).

78	The aggrieved party's remedies in terms of this clause are <u>without prejudice to</u> any other remedies to which it may be entitled to in law.	As medidas de correção da parte lesada nos termos desta cláusula <u>não prejudicam</u> outras medidas de correção a que possa ter direito por lei.	Confirmed
----	--	--	-----------

Figura 8 – Exemplo retirado de um contrato: memorando de entendimento.

Relativamente à gramática e estrutura do texto jurídico, Risto Hiltunen (2012), co-autor de *The Oxford Handbook of Language and Law*, aborda em primeiro lugar as estruturas sintáticas. Hiltunen afirma que o comprimento das frases no texto jurídico tende a ser maior comparativamente a outro tipo de textos. Hiltunen comparou vários tipos de textos técnicos e constatou que o texto jurídico, por norma, contém mais palavras num período. De acordo com Alcaraz/Hughes, a utilização de frases compridas em documentos jurídicos aplica-se a toda a Europa, verificando-se portanto também nas linguagens jurídicas espanhola e portuguesa. Não obstante, Hiltunen afirma que o comprimento da frase no texto jurídico não é necessariamente indicador da complexidade do texto. Uma frase mais curta poderá ser mais difícil de compreender do que uma frase comprida. Por vezes, o que acontece é que o fluxo de informação é interrompido constantemente, sendo mais difícil de processar a informação desse modo. É bastante comum encontrar frases compridas em textos legislativos (*i.e.* decreto-lei), pois estes são escritos para serem lidos como referências para profissionais, sendo considerados uma espécie de texto enciclopédico (cf. Hiltunen, 2012: 65). As frases compridas também se devem à múltipla subordinação e à complexidade da linguagem jurídica. De acordo com Alcaraz/Hughes, os atos processuais e as procurações autenticadas produzidas em Espanha podem apresentar pouca pontuação, tornando as frases muito compridas e confusas. Desse modo, o tradutor deve fazer uma opção que poderá implicar alterações sintáticas:

Translators of these texts must therefore choose between retaining the format (at the risk of incomprehensibility or added ambiguity) and undertaking vigorous breakdown of inconveniently long sentences into their component parts prior to translation. Whichever course is taken, target audience expectations should clearly be paramount for the translator (Alcaraz/Hughes, 2014: 19).

De facto, Hiltunen afirma que na linguagem jurídica predominam as frases complexas compostas por uma oração principal e uma ou mais orações subordinadas, perfazendo cerca de 64% das frases no texto jurídico em estudos realizados em 2001. Os estudos de Hiltunen consistem numa análise das características sintáticas de documentos jurídicos britânicos, sendo que Hiltunen apresenta as percentagens de ocorrência dessas características. Por sua vez, as frases simples, que consistem numa única oração principal, perfazem cerca de 20% da totalidade das frases no texto jurídico. Por outro lado, uma diminuição da percentagem de frases compostas complexas aponta, segundo Hiltunen, para uma tendência de simplificação das frases.

Tendo em conta que a complexidade sintática da linguagem jurídica se centra na hipotaxe (subordinação) ao invés da parataxe (coordenação), é importante definir os tipos de orações subordinadas e a sua respetiva organização em frases. De acordo com os estudos realizados por Hiltunen, acima mencionados, as orações relativas perfazem metade da totalidade das orações subordinadas utilizadas no texto jurídico. Por sua vez, as orações adverbiais perfazem um terço da sua totalidade. O autor afirma que, no que diz respeito à utilização de orações subordinadas na linguagem jurídica inglesa, não existiu nenhuma alteração nas últimas décadas. Podemos verificar que o mesmo se aplica à linguagem jurídica espanhola e portuguesa, visto que o motivo pelo qual a utilização das mesmas se mantém se deve às suas propriedades funcionais.

Relative clauses, for instance, serve the important function of defining or qualifying a particular item in the preceding main clause, or its entire propositional content, while adverbial clauses provide a highly versatile way of expressing a variety of functions that are essential for the content of the law, such as conditions, purposes, reasons, concessions, and consequences (Hiltunen, 2012: 66).

De acordo com Hiltunen, as orações subordinadas podem ocorrer no início, no meio ou no final da frase. De forma geral, as orações subordinadas inseridas a meio da frase são as mais problemáticas a nível sintático. As frases que contêm apenas uma oração a meio da frase não costumam colocar problemas de interpretação, mas, nos casos em que existem múltiplas orações nesta mesma posição, poderá existir alguma dificuldade de interpretação por parte do leitor. Hiltunen (2012: 68) apresenta o seguinte exemplo:

A person who, when riding a cycle, not being a motor vehicle, on a road or other public space, is unfit to ride through drinks or drugs, shall be guilty of an offence.

De acordo com Hiltunen, a inserção de múltiplas orações subordinadas a meio da frase no texto jurídico tem vindo a diminuir. Embora ainda seja recorrente, Hiltunen afirma que a sua diminuição está ligada à necessidade de tornar o texto jurídico mais acessível ao público em geral. A diminuição do comprimento das frases e da inserção de orações subordinadas a meio da frase e, por conseguinte, a diminuição da complexidade da linguagem jurídica, pode estar ligada à *Plain English Campaign* – movimento criado por advogados e grupos de pessoas com interesse na área jurídica com o objetivo de simplificar a linguagem jurídica. Cada vez existe uma maior necessidade de compreender o texto jurídico por parte do público em geral. Como sabemos, o texto jurídico é um tipo de texto que pode revelar-se difícil de compreender devido a todas as características que o definem. Este movimento, apesar de ter sido criado a pensar na linguagem jurídica inglesa, também pode ser aplicado à linguagem jurídica portuguesa, visto que em Portugal também existe a necessidade de simplificar a linguagem para que esta seja acessível a qualquer pessoa. Alcaraz/Hughes argumentam que um sistema jurídico que se preocupe verdadeiramente com a salvaguarda dos direitos do público em geral deve encontrar uma forma de administrar a lei numa linguagem que essas mesmas pessoas consigam compreender.

Por outro lado, de acordo com Alcaraz/Hughes, o exemplo oposto é encontrado em resumos judiciais de factos respeitantes a determinado caso. Neste tipo de texto jurídico, a linguagem

consiste na utilização de frases simples com o intuito de apresentar os factos de forma simplificada. Contrariamente ao esperado, segundo Alcaraz/Hughes, este tipo de escrita pode levantar alguns problemas para o tradutor, pois apresenta uma escassa quantidade de conectores e uma repetição de pronomes e deícticos. Nestes casos, poderá existir a necessidade por parte do tradutor de adicionar conectores e/ou ajustar a estrutura anafórica e catafórica do texto de partida no texto de chegada. Não obstante, é importante referir que, na grande maioria dos casos, o resumo judicial trata-se de linguagem jurídica oral registada na forma escrita. Ora, esta não tendo sido trabalhada ao longo do estágio curricular, não será analisada no presente relatório. Não deixa, contudo, de ser interessante notar a diferença a nível da sintaxe entre a linguagem escrita e a linguagem oral jurídica. Alcaraz/Hughes (2014: 21) apresentam como exemplo uma passagem da secção dos factos apurados de uma sentença:

HIS LORDSHIP said that M-Vatan was an ultra-large crude carrier 370 metres in length and 64 metres in beam. She was probably the largest ship ever salvaged. In July 1985 she was on charter to the National Iranian Tanker Co, engaged on a shuttle service between the oil loading terminal at Kharg Island and Sirri Island. On July 9 she was struck by a missile which caused a fire. The ship was almost fully laden with crude oil owned by the National Iranian Oil Co (NIOC). The explosion blew a large hole in the ship's side. Burning oil flowed out of the ship. The salvors' tug, Salveritas, was at anchor about 48 miles from the casualty. The services rendered involved fire-fighting and 200 miles' towage to Anchorage off Sirri Island.

Alcaraz/Hughes afirmam que outra das características sintáticas da linguagem jurídica é a construção condicional e hipotética. É bastante comum encontrar este tipo de construção no decreto-lei e no contrato, visto que neste tipo de textos devem ser apresentadas várias situações possíveis, cenários factuais e exceções (cf. Alcaraz/Hughes, 2014: 20). Desse modo, a linguagem jurídica é, de forma geral, rica em indicadores sintáticos condicionais e hipotéticos. Estes indicadores podem ser positivos (*if, when, where, whenever, wherever, should, assuming that, etc.*) ou negativos (*unless, failing, should...not, except as, but for, etc.*). De acordo com Alcaraz/Hughes,

o tradutor deve ter em atenção as condições complexas, que podem incluir duas ou três hipóteses, negativas e positivas. Apresento os seguintes exemplos de construções condicionais e hipotéticas:

49	The AGENT will notify the VENDOR within 10 (ten) days from the date of the Packing List <u>if any</u> disallowable non working handsets as described in Clause 2.2 have been received.	O AGENTE notificará o VENDEDOR dentro de 10 (dez) dias a partir da data da Lista de Embalagens <u>se</u> alguns telemóveis inutilizáveis, conforme descrito na Cláusula 2.2, forem recebidos.	Confirmed
----	--	---	-----------

Figura 9 – Exemplo retirado de contrato: memorando de entendimento.

51	No press or other public statement or circular shall be made or issued in connection with this <b>AGREEMENT</b> <u>unless</u> previously approved in writing by the <b>VENDOR</b> and the <b>AGENT</b> .	Não deverá ser envolvida a imprensa nem deverão ser feitos ou publicados comunicados de imprensa a respeito deste <b>ACORDO</b> <u>a menos que</u> aprovado previamente por escrito pelo <b>VENDEDOR</b> e pelo <b>AGENTE</b> .	Confirmed
----	--	---	-----------

Figura 10 – Exemplo retirado de contrato: memorando de entendimento.

68	shall not at any time without the prior written consent of the other party disclose or reveal to any person or party whatsoever either the fact that discussions or negotiations are taking, or have taken, place between the parties or the content of any such discussions or other facts relating to the purpose of the discussions <u>except where</u> compelled by law or any governmental, international or regulatory body.	divulgar ou revelar a nenhum indivíduo ou parte, seja qual for, o facto de que deliberações ou negociações estão em curso ou estiveram em curso entre partes ou o conteúdo de qualquer deliberação ou outros factos relativos ao objetivo das deliberações, <u>exceto quando</u> obrigado pela lei ou por qualquer organismo governamental, internacional ou regulamentador.	Confirmed
----	--	--	-----------

Figura 11 – Exemplo retirado de contrato: memorando de entendimento.

De acordo com Alcaraz/Hughes (2014: 19-20), outra característica sintática da linguagem jurídica é a utilização da voz passiva. Segundo estes autores, a utilização da voz passiva é muitas vezes rejeitada por quem defende a simplicidade da linguagem jurídica, visto que a sua utilização suprime a identidade do agente responsável pela execução da ação. Não obstante, a sua utilização no texto jurídico tem precisamente esse objetivo. Por exemplo, nos casos em que a declaração é universal (“No submissions [by any party] will be accepted after the date stated.”) e nos casos em que o

sujeito está implícito e não existe necessidade de ser mencionado (“Payment must be made within seven days”). O seguinte excerto é um exemplo da utilização da voz passiva:

119	Particípese lo resuelto a la autoridad de emisión, y a la XXX.	O resultado deve ser participado à autoridade de emissão e à XXX.	Confirmed
-----	--	---	-----------

Figura 12 – Exemplo retirado de um mandado de detenção europeu.

A linguagem jurídica também apresenta algumas redundâncias. De acordo com Alcaraz/Hughes, a minuciosidade dos advogados faz com que estes utilizem dois ou até três adjetivos de forma combinada. O tradutor deve examinar se a expressão implica alguma distinção ou se tem apenas o objetivo de enfatizar. Alcaraz/Hughes afirmam que o advogado não é um linguista e, desse modo, algumas repetições podem ser redundantes. Cabe ao tradutor avaliar se se trata realmente de uma redundância e se deve ou não eliminar um dos adjetivos. Não obstante, a utilização de dois ou três adjetivos de forma combinada também consiste num mecanismo de retórica por parte do advogado com o objetivo de convencer o juiz e os jurados da veracidade dos seus argumentos. Alcaraz/Hughes (2014: 10) apresentam os seguintes exemplos: *false and untrue; have and hold; each and every; seriously and gravely; final and conclusive; full, true and correct; nominate, constitute and appoint; etc.* De acordo com Paulo Cunha (2006a: 1):

Os juízes (todo o tribunal, na verdade) assumem uma retórica desde logo denotada pela arquitetura dos lugares de administração da justiça, que se adensa, em círculos concêntricos, desde os espaços exteriores e dos símbolos que os palácios da justiça ostentam nas entradas e corredores, até à decoração e disposição das salas de audiências, passando depois às vestes forenses, e finalmente desembocando na linguagem verbal ritualizada do Direito. Linguagem que, como sabemos e devemos proclamar sempre, tem uma função e uma realidade técnica, e cujo hermetismo não terá sido fruto de uma vontade de ocultar, mas apenas o resultado da *décalage* natural entre a evolução semântica corrente da linguagem comum e a cristalização semântica do léxico dos velhos juristas, a começar pelos romanos.

Como podemos constatar, o direito, nomeadamente o direito civil que se desenvolveu na Europa Ocidental, teve origem no direito romano. O uso de latinismos está intrinsecamente ligado à origem romana do direito – como mencionado na página 33, - tal como o uso da retórica. Não obstante, o uso da retórica vai além das influências do direito romano, possuindo influências do grego.

Toda a ciência do Direito se organiza numa pirâmide de noções tanto quanto possível definidas. No vértice da pirâmide, o Direito em si mesmo, objeto da nova disciplina. Para o definir, para o situar em relação a outras disciplinas, os Romanos utilizaram o contributo da filosofia grega. Eles exploraram sobretudo, segundo cremos, a filosofia de Aristóteles, transmitida na retórica judiciária: porque Aristóteles nas suas Éticas, na sua Política e na sua Retórica, tinha especialmente feito a análise da experiência jurídica das cidades gregas, muito próxima da romana (Villey, 1985: 40-41 *apud* Cunha, 2006b: 1).

De acordo com Cunha (2006 b), no direito romano, as principais funções dos juristas podiam resumir-se a três verbos: *Cavere*, *Agere* e *Respondere*. A primeira função – o *Cavere* – é a da profilaxia. Nesta função, a retórica consiste em convencer o cliente a não descurar a questão e a cumprir as normas e em aconselhar sobre o melhor rumo a tomar. A segunda função – o *Agere* – está intrinsecamente ligada à retórica, na sua forma mais pura. O advogado argumenta para persuadir. De acordo com o autor, esta é a função de excelência do advogado. A terceira função – o *Respondere* – é constituída quer pelas sentenças proferidas pelos juízes quer pelos pareceres emitidos pelos jurisprudentes. Todas as funções dos juristas têm por base a retórica, embora a sua presença seja mais evidente no *Agere*. Não obstante, as funções e, por conseguinte, a retórica, ainda se aplicam aos dias de hoje.

Outra das características da linguagem jurídica é a utilização frequente de verbos performativos.

In speech act theory, performative utterances are those by which the state of affairs expressed by the words comes into being, or those that commit the speaker to carrying out or performing the actions expressed by the words (Austin, 1962 *apud* Alcaraz/Hughes, 2014: 10).

São exemplos de verbos performativos “jurar”, “prometer”, “admitir”, “certificar”, “afirmar”, etc. Devido ao seu carácter vinculativo entre relações jurídicas e decisões judiciais, são frequentemente utilizados no texto em contexto jurídico.

Temos como exemplo os seguintes excertos:

53	The <b>VENDOR</b> shall put in place all of the systems and processes which are required to effectively and successfully operate the <b>PROGRAM</b> and shall undertake an end to end testing process to ensure that the <b>PROGRAM</b> runs smoothly and efficiently as detailed in ANNEXURE “B” and ANNEXURE “C” prior to the official launching of the <b>PROGRAM</b> .	O <b>VENDEDOR</b> deverá <u>implementar</u> todos os sistemas e processos necessários para executar com sucesso o <b>PROGRAMA</b> e deverá realizar um processo de testes para garantir que o <b>PROGRAMA</b> é executado de forma eficiente e fluída, conforme indicado no ANEXO “B” e no ANEXO “C”, antes do lançamento oficial do <b>PROGRAMA</b> .	Confirmed
----	--	--	-----------

Figura 13 – Exemplo retirado de um contrato: memorando de entendimento.

5	Ordering Mr XXX to pay to you <b>125.00 Euro (£99.59)</b> per month for XXX.	Ordena o Sr. XXX a pagar-lhe <b>125,00 Euros (£99,59)</b> por mês para XXX.	Reviewer 2 confirmed
---	--	---	----------------------

Figura 14 – Exemplo retirado de um aviso de registo de ordem de pensão de alimentos.

117	Y para que conste, <u>expido</u> el presente testimonio de legalidad en un folio de papel exclusivo para documentos notariales, serie DC, número XXX, que <u>signo, firmo y rubrico</u> , que <u>he dejado anotado</u> en el Libro Indicador de esta Notaría, bajo el número XXX de orden. ----- -----En Barcelona, a 6 de octubre de dos mil dieciséis. ----- -----	E, para que conste, <u>emito</u> o presente testemunho de legalidade num fólio de papel exclusivo para documentos notariais, série DC, número XXX, que <u>assino e rubrico</u> , que <u>registei</u> no Livro Indicador deste Cartório Notarial, sob o número XXX de ordem. ---- -----Em Barcelona, a 6 de outubro de dois mil e dezasseis. ----- -----	Confirmed
-----	---	---	-----------

Figura 15 – Exemplo retirado de um registo criminal certificado e apostilado.

De acordo com Alcaraz/Hughes, a linguagem jurídica é caracterizada por alterações de registo, apesar de, geralmente, apresentar um registo formal. Essas alterações de registo consistem na utilização de eufemismos e de coloquialismos contemporâneos. Num discurso formal como o discurso jurídico, a utilização de eufemismos é quase inevitável, especialmente nas áreas do direito que dizem respeito aos aspetos mais inóspitos da criminalidade ou de outras atividades ilegais (cf. Alcaraz/Hughes, 2014: 11). Alcaraz/Hughes apresentam o exemplo *gross indecency*, que se refere à prática de atos sexuais explícitos em público. Em Portugal, a prática de atos sexuais explícitos em público denomina-se importunação sexual (*Código Penal*, 1982, Artigo 170.º).

A tradução literal desta expressão para português como "grave indecência" dificilmente transmite esse significado. Como tal, Alcaraz/Hughes aconselham o tradutor a verificar quais são os hábitos linguísticos da comunidade da língua de chegada relativamente à definição do termo e não do seu nome. Alcaraz/Hughes dão também o exemplo de eufemismos encontrados em expressões ornamentadas que invocam a realeza ou a intervenção divina para descrever o que é mundano. Por exemplo, *Act of God*, expressão vulgarmente traduzida para português como "causa natural". Esta expressão é bastante frequente em direito contratual e em casos de seguros e refere-se a um desastre natural que não poderia ter sido previsto. Relativamente à utilização de coloquialismos contemporâneos, Alcaraz/Hughes afirmam que os novos termos do direito inglês não são apenas termos informais, mas que estão bastante próximos da linguagem coloquial inglesa. São apresentados como exemplo os termos *hacking* (*hacking*), *money laundering* (lavagem de dinheiro), *mugging* (roubar), *stalking* (perseguir / *stalking*), etc.

Alcaraz/Hughes afirmam que o estilo e o registo acima listados podem variar se tivermos em consideração o facto de existirem várias pessoas associadas aos processos jurídicos, sendo que grande parte não tem conhecimento de alguns termos técnicos. Ou seja, isto significa que apenas uma pequena percentagem dos termos utilizados são exclusivos à linguagem jurídica, o que pode dificultar a tarefa do tradutor. Os termos técnicos, a sintaxe e a dicção antiquada tornam a linguagem jurídica uma linguagem obscura e de difícil compreensão para o leigo. Como mencionado anteriormente, com o objetivo de tornar a linguagem jurídica mais compreensível para o público em geral, foi desenvolvido o movimento *Plain English Campaign* por advogados e grupos com interesse na área. De acordo com Alcaraz/Hughes, alguns advogados alegam que esta alteração é impossível, visto que as bases do direito consistem em textos do passado. Alegam também que os termos técnicos utilizados garantem uma maior precisão. Por outro lado, de acordo com os autores, não existe interesse em fazer esta alteração por parte de alguns dos advogados, visto que, dessa forma, podem manter o cliente no escuro. Alguns advogados reconhecem que a linguagem jurídica

não está muito longe da mistificação e que este tipo de linguagem os envolve num jogo de poder (cf. Alcaraz/Hughes, 2014: 15).

The need to develop the “special” skills of a lawyer has the effect of excluding non-lawyers from entering into legal discourse, with, it is argued, consequent limits upon the ability of citizens to gain access to justice [...]. Getting past the camouflage is one of the major problems lawyers face in reaching an accurate understanding of a foreign legal system (Holland, 1991: 88-89).

### **2.2.1. Polissemia e sinonímia**

A terminologia jurídica é caracterizada pela polissemia. Ou seja, dentro da mesma cultura jurídica, existem termos que podem designar vários conceitos ao mesmo tempo, dependendo do contexto no qual são usados. A polissemia aplica-se tanto a nível nominal como a nível verbal. De acordo com Matilla, a frequência da polissemia pode ser explicada pelo facto de os sistemas jurídicos sofrerem alterações constantes e influenciarem-se mutuamente.

#### **a) Termos semi-técnicos ou termos mistos**

De acordo com Alcaraz/Hughes, os termos semi-técnicos ou termos mistos são compostos por palavras e frases pertencentes à linguagem comum que adquiriram um significado técnico por analogia no contexto da atividade jurídica (cf. Alcaraz/Hughes, 2014: 17). Estes termos são considerados termos polissémicos, visto possuírem vários significados. Para o tradutor, estes termos são mais difíceis de identificar e, por conseguinte, de traduzir. De acordo com Alcaraz/Hughes, estes termos são bastante mais numerosos do que os termos puramente técnicos e o seu número encontra-se em constante crescimento devido às alterações das leis. Além disso, são termos semanticamente mais complexos, devido à sua grande variedade de significados. Alcaraz/Hughes afirmam que estes termos também podem levantar algumas questões de conotação, ambiguidade e sinonímia parcial. Além disso, o facto de estes termos dependerem do contexto também pode causar

alguma dificuldade de interpretação. Alcaraz/Hughes (2014: 18) apresentam o exemplo da palavra *issue*:

- i. “The testator died without *issue*”, *i.e.* “offspring, children” (descendência)
- ii. “The parties could not agree on the *issue*”, *i.e.* “disputed point” (questão)
- iii. “The passport was *issued* by the Liverpool office”, *i.e.* “give out” (emitido)
- iv. “Parties must wait for process to *issue* from the court”, *i.e.* “be served” (citado/notificado)

Outros exemplos encontrados nos documentos traduzidos são:

22	This <b>AGREEMENT</b> shall commence on the signature date hereof by the <u>party</u> last signing and shall continue for a period of two (2) years and may be extended by mutual agreement between the <u>parties</u> for a further period of three (3) years on the same terms and conditions as contained in this agreement.	O presente <b>ACORDO</b> entra em vigor na data de assinatura da última <u>parte</u> e vigorará por um período de dois (2) anos e poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as <u>partes</u> por um período de três (3) anos nos mesmo termos e condições presentes neste acordo.	Confirmed
----	---	--	-----------

Figura 17 – Exemplo retirado de um contrato: memorando de entendimento.

*Party* é um termo polissêmico que também pode ser traduzido por “festa”, “partido”, etc. Neste caso, tendo em conta que o exemplo foi retirado de um contrato, facilmente conseguimos verificar que a tradução mais adequada é a acima apresentada.

Vejamos agora o exemplo da palavra *policy*:

21	However, we also operate in an industry regulated by <u>policy</u> .	No entanto, também operamos numa indústria regulada por <u>apólices</u> .	Confirmed
----	--	---	-----------

Figura 18 – Exemplo retirado de uma recusa de sinistro.

O termo *policy* é um termo polissêmico. À primeira vista, poderia ser traduzido por “políticas”, contudo, em função do contexto, a tradução correta é “apólice”.

Além dos exemplos acima apresentados, apresento o exemplo do termo *claim*, que, no mesmo documento, apresenta dois significados distintos:

8	I write about your husband's recent travel insurance <u>claim</u> and refer to your conversation with our Customer Care team on the 8 <sup>th</sup> August 2013.	Escrevo-lhe na sequência do recente <u>pedido</u> de ativação do seguro de viagem do seu marido e remeto para a conversa com a nossa equipa de Apoio ao Cliente ocorrida no dia 8 de Agosto de 2013.	Confirmed (101%)
---	--	--	------------------

Figura 19 – Exemplo retirado de uma recusa de sinistro.

9	As you are already aware, we have extensively considered XXX's medical history and the events resulting in his hospitalisation in Portugal and regrettably advise that his <u>claim</u> falls outside the terms and conditions of his travel insurance policy.	Como é do seu conhecimento, examinámos extensivamente o historial clínico de XXX e os eventos que resultaram na sua hospitalização em Portugal e lamentamos informá-la de que o seu <u>sinistro</u> não está abrangido pelos termos e condições da sua apólice de seguro de viagem.	Confirmed
---	--	---	-----------

Figura 20 – Exemplo retirado de uma recusa de sinistro.

22	We hope you understand that all of our <u>claims</u> must be assessed against the terms and conditions of their original policy.	Esperamos que compreenda que todos os nossos <u>pedidos</u> devem ser avaliados de acordo com os termos e condições da apólice original.	Confirmed
----	--	--	-----------

Figura 21 – Exemplo retirado de uma recusa de sinistro.

Este caso em específico pode levantar mais problemas ao tradutor, visto que ambos os significados são possíveis no mesmo contexto. Este é um exemplo em que a utilização de memórias de tradução pode portanto não se revelar vantajosa, visto que a memória de tradução e o glossário associado ao *software* de tradução pode sugerir apenas uma das traduções possíveis. Polissémia gera, assim, um risco de tradução incorreta quando o tradutor se apoia e confia nas memórias de tradução.

Podemos constatar que os termos semi-técnicos são os termos que causam mais dificuldade ao tradutor por se tratar de termos polissémicos. Para que o tradutor consiga identificar o seu significado, é essencial que identifique em primeiro lugar em que contexto o termo é utilizado.

De acordo com Matilla, a sinonímia, o oposto da polissemia, ocorre quando vários termos expressam um único conceito ou conceitos idênticos. Como mencionado anteriormente, o texto jurídico contém muitas expressões compostas por dois ou mais nomes e/ou adjetivos que possuem significados idênticos. Matilla (2012: 53) apresenta os seguintes exemplos: *acknowledge* e *confess*; *act* e *deed*; *will* e *testament*. No entanto, de forma geral, a sinonímia é apenas parcial. De acordo com Matilla, a sinonímia não apresenta apenas desvantagens. As lacunas de sentido podem ser preenchidas recorrendo à utilização em simultâneo de vários quase sinónimos para abarcar o sentido do texto de partida.

É importante referir que a polissemia e a sinonímia não são exclusivas à linguagem jurídica. Podemos encontrar termos polissémicos e sinonímia em vários tipos de texto, técnico ou outro. Não obstante, a polissemia é bastante frequente no texto jurídico e pode constituir um problema de tradução para o tradutor do mesmo.

### **2.2.2. Ambiguidade e vagueza**

Contrariamente ao que se poderia prever, a linguagem jurídica apresenta ambiguidade e vagueza. Conforme mencionado no primeiro capítulo, o texto técnico deve apresentar a informação de forma clara, objetiva, coerente e coesa. Não obstante, no texto jurídico, podemos verificar que a informação nem sempre é apresentada desse modo. A ambiguidade e a vagueza são bastante comuns em textos literários, textos criativos e textos humorísticos, que nem sempre pressupõem clareza e objetividade. No que diz respeito a estas características, o texto jurídico e o texto literário podem ser considerados semelhantes. No presente relatório, irei apresentar exemplos de ambiguidade e vagueza apresentados no artigo “O impacto da ambiguidade na construção de textos” (2014) da autoria de Madalena Colaço e Anabela Gonçalves, professoras na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Na construção de qualquer texto de especialidade é essencial que exista clareza. De acordo com Madalena Colaço (2016: 3) no artigo “Clareza textual”: “a clareza do texto é a qualidade que garante a eficácia do texto, no sentido em que conduz a uma interpretação adequada por parte do leitor”. Colaço e Gonçalves (2014) afirmam que existem alguns fatores que podem prejudicar a clareza do texto, entre os quais: agramaticalidade, vagueza e ambiguidade. De acordo com as autoras, a agramaticalidade consiste em “sequências linguísticas que não respeitam as regras da língua, cuja existência é intrínseca à própria língua, não sendo, em caso algum, impostas do exterior” (Colaço e Gonçalves, 2014: 2). Colaço e Gonçalves (2014) apresentam o seguinte exemplo de agramaticalidade, em que não existe concordância entre o sujeito e o verbo:

- A gente devemos escrever textos claros.

Podemos reconhecer que esta frase é malformada. Não obstante, conseguimos interpretar o sentido da mesma. Ou seja, a agramaticalidade não prejudica necessariamente a capacidade de interpretação de uma frase. A vagueza, por sua vez, também não causa problemas de interpretação, mas leva a uma interpretação imprecisa. Colaço e Gonçalves (2014: 2) apresentam o seguinte exemplo de vagueza:

- Segundo várias testemunhas, milionários russos terão pago a membros da tripulação do Costa Concordia para garantirem um lugar nos primeiros barcos salva-vidas. (*Diário de Notícias*, 26/01/2012)

De facto, a expressão *várias* é vaga, pois pode referir-se a um número diferente consoante os falantes. Como mencionado anteriormente no presente relatório, o texto jurídico e judiciário deve ser um texto claro e objetivo. A vagueza, por sua vez, pode revelar-se um obstáculo no que diz respeito à construção de um texto claro e objetivo. Colaço e Gonçalves (2014: 2) apresentam outro exemplo de vagueza:

- Com o processo de insolvência pretende-se, essencialmente, evitar que a crise da devedora cause danos graves: prevenir o incumprimento e, se já houve incumprimento, para além de compensar os lesados, prevenir danos maiores. (Acórdão do Tribunal da Relação de Évora)

Não obstante, de acordo com Colaço e Gonçalves (2014), a existência de vagueza neste tipo de textos é inevitável. Em primeiro lugar, a vagueza é propriedade da língua comum. Em segundo lugar, porque a utilização de expressões vagas confere ao juiz liberdade na aplicação da lei, tendo em conta as particularidades do caso (cf. Colaço e Gonçalves, 2014: 3). A vagueza, além de inevitável, pode também ser propositada. Ao existirem várias interpretações da mesma frase, existe a possibilidade de contornar a lei da forma mais favorável em determinado contexto. No entanto, de acordo com as autoras, a utilização de termos vagos deve ser evitada em textos desta natureza, pois pode levar a interpretações subjetivas e indesejadas. Temos como exemplo um excerto retirado de um contrato de trabalho:

- As funções a exercer pelo Segundo Contratante e que constituem a atividade contratada ao abrigo do presente contrato serão as seguintes:
  - a. Atendimento telefónico
  - b. Informações e encaminhamento de clientes
  - c. Marcações de consultas e exames
  - d. Outras tarefas similares

Como podemos observar, “Outras tarefas similares” é uma expressão vaga, em que não são definidas as outras tarefas que podem ter de ser realizadas. Temos também como exemplo o seguinte excerto:

90	7.2.5 <u>acts of authority</u> , whether lawful or unlawful, apart from <u>acts</u> from which the party seeking relief has assumed the risk by virtue of any other provisions of this <b>AGREEMENT</b> ;	7.2.5 <u>atos de autoridade</u> , sejam estes legais ou ilegais; além de <u>atos</u> assumidos pela parte que procura assistência e que assumiu o risco de outras disposições no presente <b>ACORDO</b> ;	Confirmed
----	---	---	-----------

Figura 22 – Exemplo retirado de um contrato: memorando de entendimento.

Por outro lado, como mencionado anteriormente, a ambiguidade poderá levantar alguns problemas de interpretação. Podemos afirmar que uma expressão é ambígua quando pode ser interpretada de

diferentes formas. De acordo com Colaço e Gonçalves (2014), em certos casos, a ambiguidade pode não ser relevante do ponto de vista comunicativo. Em alguns casos, o contexto pode permitir desambiguar a expressão. A interpretação correta também pode ser identificada através do nosso conhecimento pragmático, que elimina opções não coerentes. Não obstante, os casos mais problemáticos são aqueles em que isso não acontece. Existem vários tipos de ambiguidade: ambiguidade lexical, ambiguidade estrutural ou sintática, ambiguidade referencial e ambiguidade de escopo.

De acordo com Colaço e Gonçalves (2014), a ambiguidade lexical resulta da ocorrência de palavras polissêmicas ou de palavras que estabelecem uma relação de homonímia.

A existência de palavras com significados diversos é uma realidade linguística à qual as línguas de especialidade, tal como a língua geral, não pode fugir. E a verdade é que, como referimos anteriormente, a sua presença nem sempre conduz a situações de real ambiguidade, uma vez que a interpretação adequada é obtida por recurso a elementos presentes no texto ou na situação em que este é produzido. No entanto, a exigência de clareza do texto obriga o seu autor a assegurar-se de que tais elementos estão efetivamente presentes e de que são suficientes para permitir uma interpretação sem equívocos (Colaço e Gonçalves, 2014: 3).

De acordo com Alcaraz/Hughes, devemos distinguir os termos polissémicos dos termos homónimos. Segundo os autores, duas palavras são consideradas homónimas quando têm formas idênticas mas significados diferentes pois possuem raízes diferentes. Alcaraz/Hughes (2014: 37-38) apresentam o exemplo da palavra *conviction*, associada ao verbo *convict*. Devido à sua semelhança fonética, pode ser confundido por *convince*, que não possui o mesmo significado. A ambiguidade lexical levanta, assim, problemas de tradução, sendo que não afeta necessariamente as mesmas unidades nas diferentes línguas. É o caso da sinonímia interlinguística. Temos como exemplo a frase seguinte, em que a palavra “conheceu” pode ser traduzida para inglês como *meet* ou *know*, não causando problemas de tradução a nível intralinguístico.

- O João conheceu a Maria. (*meet, know*)

De acordo com Alcaraz/Hughes, os termos polissémicos e/ou homónimos podem ser considerados um tipo de falso cognato ou falso amigo. Os falsos cognatos, ou falsos amigos, consistem em termos que apresentam uma forma semelhante na língua de partida e na língua de chegada mas que não possuem o mesmo significado, pelo menos na sua totalidade (cf. Alcaraz/Hughes, 2014: 42).

A ocorrência de falsos cognatos é bastante frequente no texto técnico e pode levantar alguns problemas de tradução. Alcaraz/Hughes (2014: 42) apresentam o exemplo de *arrest*, que não é equivalente a *arrestar* ou *arresto* em espanhol. Em português, podemos apresentar como exemplos: *realize* e *realizar*, *eventually* e *eventualmente*, etc. A maioria dos falsos cognatos foram encontrados nas traduções de espanhol – português, devido à grande semelhança entre línguas. Temos como exemplo:

60	Que en el procedimiento de OEDE N° 144/15 aparecen los <u>particulares</u> que <u>fotocopiados</u> son del tenor literal siguiente:	Que no procedimento MDE N° 144/15 aparecem os <u>dados</u> que <u>reproduzidos</u> têm o seguinte teor literal:	Confirmed
----	---	---	-----------

Figura 23 – Exemplo retirado de mandado de detenção europeu.

78	TERCERO.- En <u>escrito</u> del Ministerio Fiscal se expuso la inexistencia de motivos legales que impidieran la entrega de la <u>reclamada</u> .	TERCEIRO.- No <u>documento</u> do Ministério Público expôs-se a inexistência de motivos legais que impediram a entrega da <u>procurada</u> .	Confirmed
----	---	--	-----------

Figura 24 – Exemplo retirado de mandado de detenção europeu.

Na figura 23, apresento como exemplos as palavras *particulares* e *fotocopiados*. Estes são exemplos de falsos amigos, visto que são palavras que existem na língua portuguesa mas que não possuem o mesmo significado. O mesmo se aplica à figura 24, em que são apresentadas como exemplos as palavras *escrito* e *reclamada*. No caso da palavra *escrito*, apesar de o seu significado ser facilmente compreendido pelos falantes de língua portuguesa, o termo correto a utilizar é *documento*.

Por sua vez, a ambiguidade estrutural ou sintática resulta da possibilidade de atribuição de mais do que uma estrutura sintática a uma combinação de palavras, conduzindo a mais do que uma

interpretação (cf. Colaço e Gonçalves, 2014: 5). Colaço e Gonçalves apresentam o seguinte exemplo de ambiguidade estrutural:

- A testemunha descobriu que a arguida desviava dinheiro quando o diretor da empresa se encontrava no estrangeiro.

Neste caso, a oração temporal pode identificar o momento em que a testemunha descobriu a situação relatada – a testemunha fez a descoberta quando o diretor da empresa se encontrava no estrangeiro – ou o momento em que a arguida desviava dinheiro – a arguida desviava dinheiro quando o diretor da empresa se encontrava no estrangeiro. De acordo com Colaço e Gonçalves (2014), são possíveis duas relações estruturais distintas, conduzindo a duas interpretações distintas. Muitos dos casos de ambiguidade estrutural podem ser resolvidos com a alteração da ordem das palavras na frase. Neste caso em concreto, Colaço e Gonçalves (2014) sugerem a alteração da posição da oração temporal:

- A testemunha descobriu, quando o diretor da empresa se encontrava no estrangeiro, que a arguida desviava dinheiro.
- A testemunha descobriu que, quando o diretor da empresa se encontrava no estrangeiro, a arguida desviava dinheiro.

De acordo com Alcaraz/Hughes, os falsos cognatos não se aplicam apenas a nível lexical. Segundo os autores, também existem falsos cognatos a nível sintático. Ou seja, existem determinadas estruturas sintáticas semelhantes na forma na língua de partida e na língua de chegada que não possuem o mesmo significado. Os autores apresentam como exemplo a frase “I have been his sole agent for twenty years” que pode ser traduzida literalmente para espanhol como “He sido...”. Não obstante, “he sido” indica que o falante deixou de ocupar essa posição. Neste caso, é necessário utilizar a estratégia de tradução da equivalência: “Soy su agente desde hace 20 años.”.

Em seguida, temos a ambiguidade referencial. A ambiguidade referencial resulta de diferentes relações referenciais que se podem estabelecer entre posições numa frase ou em diferentes frases (cf. Colaço e Gonçalves, 2014: 6). As autoras apresentam o seguinte exemplo:

- O juiz inquiriu um amigo da arguida cujo nome não foi revelado.

Podemos observar que existe ambiguidade referencial, pois os falantes podem ficar em dúvida se o nome que não foi revelado foi o do amigo da arguida ou o da arguida. Colaço e Gonçalves apresentam duas alternativas, cada uma delas representando uma das duas interpretações possíveis da frase anterior:

- O juiz inquiriu um amigo da arguida, não tendo o nome desta sido revelado.
- O juiz inquiriu um amigo da testemunha, não tendo o nome daquele sido revelado.

Por último, de acordo com Colaço e Gonçalves (2014: 6):

A ambiguidade de uma expressão pode ainda resultar de diferentes possibilidades de construir a interpretação das combinações de palavras que nela ocorrem.

Este tipo de ambiguidade está ligada à semântica e é geralmente designada por ambiguidade de escopo ou ambiguidade semântica. Colaço e Gonçalves (2014) apresentam o seguinte exemplo de ambiguidade semântica:

- É que a conduta imputada pela acusação à arguida não se reconduz a um único ato.

No exemplo anterior, existem duas interpretações possíveis. “Um único ato” pode ser interpretado como apenas um ato ou como nenhum ato. Neste caso, a causa da ambiguidade é a presença da expressão *um único* numa frase negativa. A eliminação da ambiguidade, de acordo com as autoras, consiste na substituição da expressão ambígua por outra que apenas possua uma das interpretações.

- É que a conduta imputada pela acusação à arguida não se reconduz a apenas um ato.

- É que a conduta imputada pela acusação à arguida não se reconduz a nenhum ato.

Apresento como exemplo um caso de ambiguidade estrutural retirado de um dos documentos traduzidos no âmbito do estágio curricular:

72	The <b>VENDOR</b> acknowledges that the <b>AGENT</b> has the exclusive ownership, right, title and interest in the <b>EXTRANET</b> and the <b>PROGRAM</b> and all intellectual property incorporated therein <u>from time to time</u> and that it shall make use of same in accordance with the provisions of this <b>AGREEMENT</b> and will not, at any time, cause to be done any act or thing contesting or in any way impairing or intending to impair any part of that ownership, right, title and interest.	O <b>VENDEDOR</b> reconhece que o <b>AGENTE</b> tem direitos exclusivos de propriedade sob a <b>EXTRANET</b> , sob o <b>PROGRAMA</b> e toda a propriedade intelectual incorporada no mesmo <u>de tempos a tempos</u> e que deverá fazer uso dos seus direitos de acordo com as cláusulas deste <b>ACORDO</b> e não irá, em qualquer momento, causar dano, contestar, prejudicar ou tentar prejudicar qualquer parte da propriedade.	Confirmed
----	---	---	-----------

Figura 25 – Exemplo retirado de um contrato: memorando de entendimento.

Este é um caso de ambiguidade potencial, visto que a sua interpretação pode ser inferida recorrendo ao senso comum e ao conhecimento do mundo. Neste caso, a oração temporal “de tempos a tempos” pode significar que o “**AGENTE**” tem direitos exclusivos sobre a *Extranet* de tempos a tempos ou que, de tempos a tempos, a propriedade intelectual é incorporada na *Extranet*. Tendo em conta o teor do documento, podemos verificar que a segunda opção é a interpretação correta, visto que não faria sentido que o “**AGENTE**” apenas possuísse direitos exclusivos sobre a *Extranet* de tempos a tempos.

Como mencionado anteriormente, o texto jurídico, englobado no texto técnico, deve ser construído de forma rigorosa e clara. Desse modo, a sua redação e revisão deve ser realizada com atenção, para que não constem elementos que prejudiquem a clareza e compreensão do texto. Não obstante, por vezes, as expressões ambíguas com que nos deparamos são utilizadas de forma intencional. Tal como mencionado pelas autoras relativamente à vagueza, as ambiguidades dão liberdade de

interpretação da lei e da sua aplicação ao juiz e ao advogado. Por isso se afirma que a mensagem do texto jurídico é obscura, pois pode ter várias interpretações de acordo com diferentes falantes. Como Colaço e Gonçalves (2014) indicam, as ambiguidades devem ser evitadas na escrita de um texto jurídico. Não obstante, se o tradutor tiver em mãos um texto jurídico com algumas ambiguidades para traduzir, este deve analisar e interpretar as ambiguidades existentes e deve manter a ambiguidade. Esta questão pode levantar problemas de tradução, pois o tradutor pode identificar apenas uma das possibilidades no texto de partida. Desse modo, apenas uma das possibilidades será expressa na tradução, sendo que poderá ser exatamente aquela que o autor do texto não pretendia transmitir. Ou, por outro lado, se a ambiguidade for intencional, apenas será preservada uma das hipóteses e, desse modo, o texto não cumpre a sua função. A utilização de memórias de tradução pode revelar-se pouco viável no que diz respeito a esta questão, pois a memória de tradução poderá “sugerir” apenas a tradução de uma das possibilidades existentes no texto, visto que uma tradução similar realizada anteriormente poderá estar presente na memória de tradução. Perante este problema de tradução, o tradutor deve ler o texto em questão com atenção e deve examiná-lo exaustivamente.

### **2.3. A tradução de documentos oficiais**

A tradução jurídica implica que sejam traduzidos, na sua grande maioria, documentos oficiais que necessitam de certificação e/ou de apostila. Para a tradução destes documentos é necessário que o tradutor tenha alguns cuidados especiais, visto que estes documentos estão sujeitos a normas e regras que devem ser cumpridas e, principalmente, porque podem determinar uma decisão jurídica sobre o destino de alguém. De acordo com Roberto Asensio (2003), professor de tradução na Universidade de Granada e autor de *Translating Official Documents*, não existe uma norma universal para a tradução de documentos oficiais. Na Europa, existem países em que a profissão do tradutor é regulamentada e noutros não. De acordo com Asensio (2003), em Espanha, por exemplo, a profissão é regulamentada mas a sua prática não. Por sua vez, em Portugal, a profissão do tradutor

ainda não é regulamentada, não existindo Ordem de Tradutores. Como tal, não existem tradutores ajuramentados, como existem em alguns países. Os tradutores ajuramentados são tradutores reconhecidos pela Ordem de Tradutores que possuem autoridade para certificar a sua própria tradução. Não existindo tradutores ajuramentados em Portugal, as traduções são autenticadas ou certificadas por um notário ou advogado. Uma tradução certificada consiste num documento notarial que certifica a identidade da pessoa que se apresenta como tradutor. A tradução certificada é composta por uma declaração, pelo original e pela tradução, sendo que cada um dos documentos deve ser assinado e carimbado pelo tradutor e notário. No caso de não ser possível utilizar o original, deve ser feita uma fotocópia certificada, visto que uma fotocópia simples pode não ser aceite. Existem vários tipos de certificação, sendo assim essencial determinar qual o tipo mais aconselhável para determinado documento. Em primeiro lugar, temos a tradução certificada em notário em Portugal, que é apenas válida em Portugal, sendo que no estrangeiro poderá não ser aceite. Em segundo lugar, a tradução certificada em notário, em Portugal, mas com a certificação traduzida para a língua do país de destino da tradução ou para inglês. Em terceiro lugar, a tradução certificada em notário, em Portugal, com Apostila da Convenção de Haia. Esta é solicitada na Procuradoria-Geral da República e certifica a legalidade do documento notarial junto de entidades de países que assinaram a dita convenção de Haia. Em último lugar, a tradução certificada na embaixada do país de destino da tradução. Este tipo de certificação é essencial para países que não assinaram a convenção de Haia que regula a apostila. Em alguns casos, os países exigem certificação em notário, uma certificação intermédia numa Câmara de Comércio ou no Ministério dos Negócios Estrangeiros português e ainda a certificação em Embaixada. Não obstante, é necessário saber qual o país de destino para saber que tipo de certificação se aplica.

Contrariamente à opinião do público em geral, a tradução certificada não assegura a qualidade da tradução. A certificação apenas certifica legalmente a autoria da tradução, pois qualquer pessoa pode dirigir-se a um notário ou advogado para certificar uma tradução. De acordo com Asensio

(2003), pode existir o risco de as traduções certificadas não serem aceites pela autoridade administrativa (destinatário) devido a secções omitidas e a dados alterados ou incorretos. Em Portugal, visto não possuímos Ordem de Tradutores, a fidelidade e a qualidade da tradução nunca é atestada e não existem normas para tal. Normalmente, o que acontece é que é apenas comparado o tamanho e o formato do texto original e do texto de chegada, visto que o notário e o advogado até podem não possuir qualquer conhecimento das línguas em questão. De acordo com Asensio (2003), outro aspeto importante da tradução de documentos oficiais é a confidencialidade. O tradutor deve assinar uma declaração em como se compromete a não partilhar o conteúdo dos documentos a traduzir pertencentes ao cliente. Este aspeto é ainda mais pertinente no caso dos textos jurídicos e legislativos, em que são abordados assuntos que requerem alguma sensibilidade.

De acordo com as indicações da Eurologos, o aspeto mais importante na tradução de documentos oficiais é a fidelidade, pois não pode ser feita qualquer adaptação ou omissão. De acordo com Asensio (2003), a estratégia de tradução literal é bastante usada neste tipo de textos. Temos como exemplo o caso dos nomes de instituições que, de acordo com o autor e com as indicações da Eurologos, devem ser mantidas mas com a respetiva tradução em parênteses retos logo de seguida.

### **2.3.1. A importância da formatação e da edição**

A formatação e a edição, como mencionado anteriormente, assumem uma grande importância no que diz respeito à tradução de documentos oficiais. Para que o texto de chegada seja equivalente ao texto de partida a nível do formato e estrutura, é necessário editar e formatar o texto. De acordo com as indicações dadas pela Eurologos, o mais importante é que o texto de chegada seja entregue ao cliente com um aspeto cuidado. Para que isso se verifique, as indicações dadas são: harmonizar os tipos de letra e tamanhos; harmonizar os espaços entre linhas e parágrafos; ligar o texto das várias páginas (exceto na tradução para certificação); corrigir as quebras de secção; colocar as notas de rodapé existentes no texto de partida no rodapé do texto de chegada, para que não se perca formatação; criar os cabeçalhos e rodapés e mantê-los como no original; colocar os textos e as

tabelas fora das caixas de texto que não forem necessárias, etc. Estas indicações, apesar de simples, podem resultar num trabalho de algumas horas em textos com muitas figuras e tabelas. Não obstante, são necessários cuidados adicionais na edição e formatação de documentos oficiais para certificação. Em primeiro lugar, o texto de cada página fica em cada página. Ou seja, o texto contido na primeira página do texto de partida deve estar contido na primeira página do texto de chegada. Em segundo lugar, devemos inserir indicações relativas a todos os elementos gráficos (carimbos, assinaturas, etc.). Ou seja, não devemos replicar os elementos gráficos, correndo o risco de fraude, mas devemos sempre deixar a indicação da sua presença. Por exemplo, no caso da assinatura, devemos inserir a indicação “[Assinatura]”. Tal como o texto legível deve estar assinalado na sua totalidade, o texto ilegível também. Esta é uma opção de último recurso, pois devemos tentar sempre perceber o que está escrito nos documentos. Em caso de texto muito importante, pode ser preferível contactar o cliente e pedir esclarecimentos. Por vezes, pode ser útil fazer procuras em documentos semelhantes (textos paralelos). Não sendo possível descodificar, devemos inserir a indicação “[Texto ilegível]” ou “[Ilegível]”. Relativamente aos erros ortográficos ou de outro tipo encontrados no texto, também é preferível contactar o cliente para saber se existe a possibilidade de entregar um novo original corrigido. Não sendo possível, apenas devemos corrigir os mesmos se estes se tratarem de erros ortográficos e erros gramaticais. Se se tratar de um erro relativo à informação de um cliente – uma morada incorreta, por exemplo – não podemos corrigir e terá de ser enviado um novo original corrigido. No caso de indicações do número de linha, devemos reproduzi-las e acertar as linhas com o número. O mais importante é manter, de forma simples e uniforme, toda a informação do texto, disposta da mesma maneira. Assim, o tipo de letra pode ser diferente do original, mas os negritos, itálicos, maiúsculas, etc. têm de ser mantidos.

### 3. A Utilização de *CAT tools* na Tradução Jurídica

#### 3.1. Tradução assistida por computador

A tradução assistida por computador tem vindo a tornar-se essencial para tradutores profissionais, sejam estes *freelancers* ou *in house*. Atualmente, a maioria das empresas de tradução exige a sua utilização em qualquer projeto de tradução e grande parte dos clientes já se encontra consciencializada do uso deste tipo de ferramentas. O mercado de tradução está a tornar-se cada vez mais exigente e competitivo, solicitando prazos curtos, preços baixos mas excelente qualidade, surgindo, assim, a necessidade de recorrer a ferramentas de tradução que permitam auxiliar o tradutor. De acordo com Sara Mendes (2013: 1), em “Ferramentas de Tradução Assistida por Computador”:

O tradutor tem, muitas vezes, de dividir o seu tempo de trabalho por vários projetos em simultâneo, repartindo a sua atenção por textos com características diferentes. Neste contexto, assegurar a qualidade do texto final pode ser mais difícil, dadas as possíveis diferenças em termos de tipo de discurso, terminologias e exigências estilísticas inerentes a cada texto. As ferramentas informáticas de apoio à tradução surgem para ajudar o tradutor em algumas destas tarefas, tornando o seu trabalho mais coerente e fácil de gerir, logo, mais cómodo. O tradutor tem assim ao seu dispor uma nova forma de trabalhar em que deixa de partir do zero a cada nova tradução.

De acordo com Mendes (2013) é no século XX que surgem os primeiros recursos linguísticos em formato eletrónico (*i.e.* dicionários monolingues e bilingues, terminologias, glossários, etc.) Segundo a autora, no mesmo século inicia-se também a investigação nos campos da inteligência artificial e da linguística computacional (*i.e.* sistemas de tradução automática, sistemas de reconhecimento e síntese da fala, etc.) e o desenvolvimento de ferramentas informáticas especialmente concebidas para a tradução (*i.e.* sistemas de memórias de tradução, sistemas de gestão terminológica, sistemas de localização, etc.).

A partir desse momento, a utilização deste tipo de recursos e ferramentas tem vindo a aumentar exponencialmente. De acordo com Quah (2006: 7), são utilizados vários termos para descrever as ferramentas de tradução:

- *Machine translation* (MT) – Tradução automática (TA);
- *Machine-aided/assisted human translation* (MAHT);
- *Human-aided/assisted translation* (HAMT);
- *Computer-aided/assisted translation* (CAT) – Tradução assistida por computador (TAC);
- *Machine-aided/assisted translation* (MAT);
- *Fully automatic high-quality (machine) translation* (FAHQT/FAHQMT).

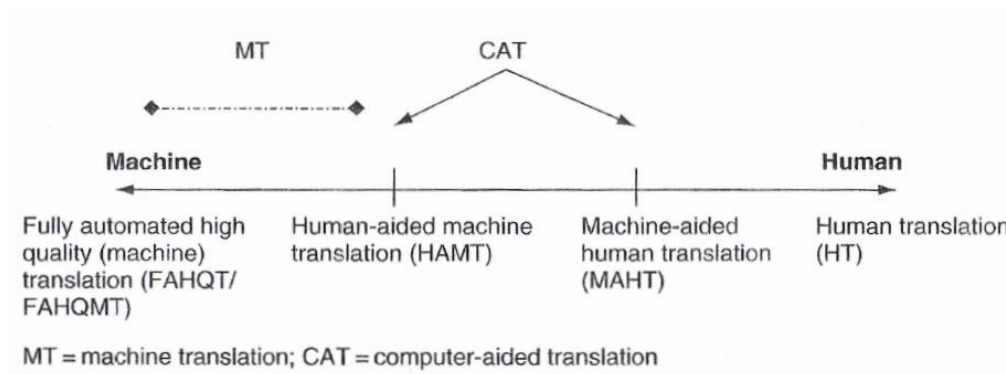


Figura 26 – Classificação de tipos de tradução (Hutchins & Somers, 1992: 148 *apud* Quah, 2006: 7)

Apesar de esta classificação não contemplar todas as ferramentas multifuncionais que hoje em dia existem, serve como ponto de referência na classificação da tradução no que diz respeito à tecnologia. Não obstante, os termos mais utilizados nos Estudos de Tradução são Tradução Automática (TA) e Tradução Assistida por Computador (TAC). No presente relatório, apenas será tomada em conta a tradução assistida por computador, visto ter recorrido apenas a esse tipo de ferramenta de tradução em todos os projetos realizados no decorrer do estágio curricular. No entanto, é importante distinguir entre os dois tipos de ferramentas de tradução.

De forma geral, a tradução automática consiste na tradução realizada na sua totalidade por uma máquina graças à sistematização do conhecimento linguístico. Quah (2006) afirma que, quando surgiu, o termo tradução automática se referia apenas a sistemas automáticos de tradução sem qualquer tipo de envolvimento humano. *The European Association of Machine Translation* define tradução automática como “the application of computers to the task of translating texts from one natural language to another” (<http://www.eamt.org/mt.php>). De acordo com Craciunescu, Gerding-Salas & Stringer-O’Keeffe (2004: 5), autoras do artigo “Machine Translation and Computer-Assisted Translation: a New Way of Translating?”:

MT aims at assembling all the information necessary for translation in one program so that a text can be translated without human intervention. It exploits the computer's capacity to calculate in order to analyse the structure of a statement or sentence in the source language, break it down into easily translatable elements and then create a statement with the same structure in the target language. It uses huge plurilingual dictionaries, as well as corpora of texts that have already been translated. As mentioned, in the 1980s MT held great promises, but it has been steadily losing ground to computer-assisted translation because the latter responds more realistically to actual needs.

No entanto, de acordo com Quah, existem outras definições de tradução automática que incluem intervenção humana: “the attempt to automate all or part of the process of translating from one human language to another” (Arnold, 1994: 1 *apud* Quah, 2006: 9). A intervenção humana é essencial, na medida em que se verifica que, após a realização de uma tradução recorrendo a um sistema de tradução automática (*i.e.* Google Tradutor), são necessárias várias revisões rigorosas a nível sintático e lexical.

It is important to stress that automatic translation systems are not yet capable of producing an immediately useable text, as languages are highly dependent on context and on the different denotations and connotations of words and word combinations. It is not always possible to provide full context within the text itself, so that machine translation is limited to concrete situations and is considered to be primarily a means of saving time, rather than a replacement for human activity. It requires post-editing in order to yield a quality target text (Craciunescu, Gerding-Salas & Stringer-O’Keeffe, 2004: 5).

Como mencionado anteriormente no presente relatório, Míndreci Georgiana, Prof.<sup>a</sup> Doutora na Universidade Constantin Brâncoveanu, é autora do artigo “Computer-assisted Translation Risks and Threats in Legal Texts”. Apesar de o título se referir à tradução assistida por computador, o artigo científico apresenta o estudo de um caso de tradução jurídica da língua romena para a língua inglesa em que se recorre ao Google Tradutor (ferramenta de tradução automática). Georgiana (2014) apresenta as traduções obtidas através desta ferramenta, concluindo que o texto obtido requer uma revisão profunda a todos os níveis. Como mencionado, no decorrer do estágio curricular foi utilizado um sistema de tradução assistida por computador (*i.e.* MemoQ), que contém ferramentas de tradução, como as memórias de tradução e os glossários, que asseguram uma tradução de maior qualidade.

In practice, computer-assisted translation is a complex process involving specific tools and technology adaptable to the needs of the translator, who is involved in the whole process and not just in the editing stage. The computer becomes a workstation where the translator has access to a variety of texts, tools and programs: for example, monolingual and bilingual dictionaries, parallel texts, translated texts in a variety of source and target languages, and terminology databases. Each translator can create a personal work environment and transform it according to the needs of the specific task. (Craciunescu, Gerding-Salas & Stringer-O'Keeffe, 2004: 11).

As ferramentas de tradução assistidas por computador, vulgarmente denominadas *CAT tools*, encontram-se implementadas nos *softwares* de tradução, como é o caso do MemoQ, do SDL Trados, Wordfast, OmegaT, etc. Apesar de algumas funcionalidades e de os acessos aos mesmos poderem diferir entre si, todos eles contêm as ferramentas de tradução essenciais. Como o nome indica, estas ferramentas são assistidas por computador mas a eficácia das mesmas parte da intervenção humana. O tradutor deve gerir estas ferramentas de acordo com o projeto de tradução em questão. Por exemplo, se o tradutor tiver em mãos um projeto na área do direito, o tradutor deve utilizar memórias de tradução e glossários na área do direito.

CAT uses a number of tools to help the translator work accurately and quickly, the most important of which are terminology databases and translation memories. In effect, the computer offers a new way of approaching text processing of both the source and target text. Working with a digital document gives us non-sequential access to information so that we can use it according to our needs. It becomes easy to analyse the sentences of the source text, to verify the context in which a word or a text is used, or to create an inventory of terms, for example. Likewise, any part of the target text can be modified at any moment and parallel versions can be produced for comparison and evaluation. All these aspects have profound implications for translation, especially in terms of assessing the results, since the translator can work in a more relaxed way because of the greater freedom to make changes at any time while the work is in progress (Craciunescu, Gerding-Salas & Stringer-O'Keeffe, 2004: 5).

A utilização de memórias de tradução tem vindo a aumentar exponencialmente visto que é uma ferramenta de tradução que, quando utilizada de forma correta, pode revelar-se muito útil para o tradutor. De acordo com Craciunescu, Gerding-Salas & Stringer-O'Keeffe, uma memória de tradução consiste numa base de dados na qual o tradutor armazena traduções para mais tarde reutilizar no mesmo texto ou em textos distintos. O programa, neste caso o MemoQ, regista pares de línguas: o segmento da língua de partida combinado com o segmento da língua de chegada. Se posteriormente surgir algum segmento da língua de partida idêntico ou similar, a memória de tradução irá encontrar o respetivo segmento traduzido e irá sugeri-lo para a nova tradução. O tradutor pode aceitar a sugestão sem fazer qualquer tipo de alteração, pode alterá-la se considerar que não se adequa ou pode rejeitá-la. A maioria destes *softwares* de tradução apresenta a percentagem da correspondência entre os dois segmentos da língua de partida, como é o caso do MemoQ. Quando o texto de partida é exatamente igual àquele que se encontra na memória de tradução, obtemos um *exact match* e a correspondência será de 100%. Quando o texto de partida e o anterior e o segmento seguinte são idênticos ao que se encontra na memória de tradução, obtemos um *context match*, e a correspondência será de 101%. Quando o texto é o mesmo, mas os números, as *tags*, a formatação ou a pontuação são diferentes, a correspondência será de 95% a 99%. Por sua vez, quando a correspondência é inferior a 100%, obtemos o chamado *fuzzy match*.

De acordo com Craciunescu, Gerding-Salas & Stringer-O'Keeffe (2004: 13), as memórias de tradução possuem uma maior utilidade quando aplicadas a textos com as seguintes características:

- Homogeneidade terminológica: O significado dos termos não varia. Ou seja, ausência de polissemia.
- Homogeneidade fraseológica: As ideias ou ações são expressas ou descritas recorrendo às mesmas palavras.
- Frases curtas e simples: Aumentam a probabilidade de repetição e reduzem a ambiguidade.

Como podemos observar pelas características acima apresentadas, o tipo de texto mais indicado é o texto técnico, onde, por norma, o grau de repetição é alto e existe coerência terminológica. Não obstante, como já pudemos constatar, existem exceções, que irei detalhar adiante no presente relatório.

Uma memória de tradução pode ser utilizada de duas maneiras:

1. No modo interativo: O texto a ser traduzido aparece no ecrã, dividido por segmentos, e o tradutor seleciona os segmentos um a um para traduzir. Ao selecionar o segmento, o programa procura segmentos idênticos ou semelhantes na memória de tradução e apresenta traduções possíveis numa janela em separado. Como acima mencionado, o tradutor pode aceitar, alterar ou rejeitar as sugestões.
2. No modo automático: O programa processa de forma automática o texto de partida e insere nos segmentos do texto de chegada as traduções que encontra na memória de tradução. Este modo de utilização é útil nos casos em que existem muitas repetições, evitando ter de tratar cada segmento em separado. Não obstante, os segmentos poderão ser sempre alterados.

De acordo com Craciunescu, Gerding-Salas & Stringer-O'Keeffe, de forma geral, um sistema de memórias de tradução é composto pelos seguintes elementos:

- a) Um editor de tradução, que protege a formatação do texto de chegada.
- b) Um localizador de segmentos de texto.
- c) Uma ferramenta terminológica para gerir dicionários.
- d) Um sistema de análise automática para novos textos.
- e) Uma ferramenta estatística que indica a percentagem e o número de palavras traduzidas e a traduzir, as línguas de trabalho, etc.

As principais vantagens da utilização de memórias de tradução residem na diminuição do tempo de trabalho e na homogeneização dos termos utilizados. De acordo com Mendes (2013: 3):

As ferramentas de tradução assistida por computador constituem uma vantagem para o tradutor na medida em que permitem a otimização da sua produtividade (pela automatização dos processos, pela reutilização da informação resultante de traduções anteriores e pelo aproveitamento da estrutura e do formato dos documentos originais), a melhoria da homogeneidade em termos de estilo e de terminologia entre textos semelhantes, e resultados de alta qualidade, já que se trata de reaproveitamento de traduções feitas por um tradutor humano.

Além das memórias de tradução, o glossário também assume grande importância nos sistemas de tradução assistida por computador. Esta ferramenta de tradução encontra-se inserida nos sistemas de tradução assistida por computador. No caso do MemoQ, esta ferramenta é designada por *term base* (base terminológica). Um glossário é uma base de dados onde podemos guardar termos e as respetivas traduções. Um termo é uma palavra ou expressão relativa à área ou ao assunto do documento a traduzir. Ao traduzir uma frase que contém um ou mais termos do glossário, o MemoQ reconhece-os, destaca-os, e sugere a respetiva tradução com apenas um clique do rato. Não obstante, tal como no caso das memórias de tradução, a sua utilidade depende da intervenção do ser humano. Para que o glossário se revele de utilidade, é necessário que o tradutor selecione os termos que deseja guardar e que os organize consoante a área de especialidade.

Outra das ferramentas de tradução assistida por computador é a concordância, que tem uma função semelhante à do glossário. De acordo com Mendes (2013: 11), a concordância “permite ao tradutor

selecionar uma ou mais palavras de um segmento do texto fonte para que o sistema recupere pares de segmentos que contenham os itens selecionados”. De acordo com Craciunescu, Gerding-Salas & Stringer-O’Keeffe, a concordância é especialmente útil na tradução de textos especializados que possuem vocabulário e expressões fixas. Uma das vantagens da sua utilização é a coerência terminológica. Não obstante, de acordo com Craciunescu, Gerding-Salas & Stringer-O’Keeffe, a concordância não se revela vantajosa quando aplicada a textos literários, visto estes possuírem termos polissêmicos e linguagem metafórica.

Concordances are particularly valuable for translating specialized texts with fixed vocabulary and expressions that have a clearly defined meaning. They ensure terminological consistency, providing the translator with more control over the text, irrespective of length and complexity. However, they are not so helpful to literary translators, who are constantly faced with problems relating to the polysemic and metaphorical use of language (Craciunescu, Gerding-Salas & Stringer-O’Keeffe, 2004: 12).

É importante notar que existem algumas diferenças entre o tradutor *freelancer* e o tradutor *in house* no que diz respeito à utilização das ferramentas de tradução assistidas por computador. O tradutor *freelancer* cria as suas próprias *term bases* e memórias de tradução ou utiliza as do cliente, no caso de o cliente possuir e solicitar a sua utilização. O tradutor *in house*, por sua vez, utiliza as *term bases* e memórias de tradução que lhe são fornecidas pela empresa de tradução, que podem pertencer à empresa ou pertencer a um cliente da empresa. De qualquer modo, o tradutor *in house*, ao realizar a tradução utilizando uma memória de tradução, está a contribuir para a mesma. Não obstante, o tradutor deve seguir a memória de tradução e o glossário que lhe são entregues para determinado projeto de tradução – excluindo, como é compreensível, eventuais erros com que se possa deparar. No decorrer do estágio curricular na empresa de tradução Eurologos, os códigos dos projetos de tradução foram-me enviados pela gestora de projetos por correio eletrónico, para que pudesse aceder aos mesmos no *software* de tradução MemoQ, nos quais já havia sido previamente inserida(s) a(s) memória(s) de tradução e a(s) *term base(s)*.

Podemos afirmar que, no caso do tradutor *in house*, existe menos liberdade no ato de traduzir quando recorre à utilização de ferramentas de tradução assistidas por computador.

### **3.2. A importância da formatação e da edição**

Como mencionado anteriormente no presente relatório, a formatação e a edição ocuparam uma parte bastante significativa do estágio curricular. Desse modo, considero importante referir a sua importância. No capítulo anterior, referi a importância da formatação e da edição na tradução de textos jurídicos. Além da sua importância no que diz respeito à tradução jurídica, a formatação e edição é essencial na tradução assistida por computador. Como mencionado, no decorrer do estágio curricular, a formatação e edição foi realizada sempre em primeiro lugar. Este procedimento deve-se ao facto de alguns documentos necessitarem de conversão de formato ou, em último caso, de passarem por um programa de OCR. Os *softwares* de tradução assistida por computador, como é o caso do MemoQ, não aceitam o formato PDF. Nestes casos, especialmente quando é necessário recorrer a um programa de OCR, a formatação do documento altera-se. É necessário comparar o documento original com o documento obtido após a conversão para que seja possível obter uma formatação semelhante à do original. No caso dos documentos em que é necessário recorrer a um programa de OCR, que pode ocorrer quando o PDF se encontra protegido ou quando o documento é uma imagem, é necessária uma formatação e edição mais detalhada. O OCR – Reconhecimento Óptico de Caracteres – é uma tecnologia que permite converter diferentes tipos de documentos, como textos digitalizados, arquivos em PDF e imagens capturadas com câmara digital em dados pesquisáveis e editáveis. A utilização do programa de OCR pode resultar em alguns cortes de texto e de imagem, sendo necessária a reescrita do texto. Além disso, a formatação fica completamente alterada, sendo que podem surgir espaços a mais, avanços ou recuos dos parágrafos, erros ortográficos devido ao mau reconhecimento dos caracteres, imagens não reconhecidas, etc. Ao colocar um documento convertido num *software* de tradução assistida por computador sem realizar a formatação e edição, surgem *tags* desnecessárias. As *tags*, ou etiquetas, representam a formatação

que o sistema de tradução assistida por computador, neste caso o MemoQ, não consegue apresentar visualmente. É o caso de alguns espaços, negritos, itálicos, etc. Para que a formatação se mantenha, é essencial preservar as etiquetas. O processo torna-se mais demorado e menos confortável se cada segmento possuir muitas etiquetas. Assim, é essencial reduzir o máximo possível o seu número. A realização da formatação e da edição de texto em primeiro lugar evita a presença de *tags* espúrias e torna o processo de tradução assistida por computador mais célere e produtivo.

### **3.3. *CAT tools* e tradução jurídica**

Como mencionado anteriormente, as principais vantagens da utilização de memórias de tradução residem na diminuição do tempo de trabalho e na homogeneização dos termos utilizados. Não obstante, a utilização de ferramentas de tradução não apresenta o mesmo grau de viabilidade para todos os tipos de textos. Como citado anteriormente, de acordo com Craciunescu, Gerding-Salas & Stringer-O'Keeffe (2004: 13), as memórias de tradução possuem uma maior utilidade quando aplicadas a textos que apresentam homogeneidade terminológica, ou seja, que não contêm polissemia; homogeneidade fraseológica, em que se recorra às mesmas palavras; e frases curtas e simples, pois aumentam a possibilidade de repetição e reduzem a possibilidade de ambiguidade. Tendo em conta estas características, podemos afirmar que a utilização de ferramentas de tradução se adequa ao texto técnico, visto que este deve ser o mais claro e unívoco possível. De acordo com Byrne (2014: 2), "...a technical text is designed to convey information as clearly and effectively as possible...". Na mesma linha, de acordo com Colaço e Gonçalves (2014), na construção de qualquer texto de especialidade é essencial que exista clareza. Para que o texto técnico seja claro não deve existir agramaticalidade, vagueza e ambiguidade (cf. Colaço e Gonçalves, 2014: 1-2). Contudo, como mencionado no primeiro capítulo, o texto jurídico é considerado um texto técnico, pois apresenta terminologia técnica. Não obstante, o texto jurídico apresenta algumas características que não vão ao encontro do texto técnico. Podemos verificar que, de forma geral, algumas das técnicas de tradução do texto técnico não se aplicam ao texto jurídico. É o caso da adaptação e da

omissão. Na grande maioria dos casos, o texto jurídico é um documento oficial que, ao ser traduzido, carece de certificação e/ou apostila. Por esse motivo, a tradução deve seguir, dentro do possível, o texto de partida.

O recurso a ambiguidades e polissemia no texto jurídico leva a que a utilização de ferramentas de tradução assistida por computador, como a memória de tradução e o glossário, se torne menos viável. De acordo com Byrne (2014: 18), a utilização de memórias de tradução possui pouca utilidade em textos como o publicitário e comercial:

CAT tools are only suited to particular types of texts in particular subject areas. As such, they do not feature as prominently in the work of all translators. Taking translation memory tools as an example, it is clear that, because they can only reuse existing translations, they are only of use when translating texts which contain a lot of repetition or which will be updated frequently. It is unlikely that such tools would be very useful when translating literary, marketing, or commercial texts. In fact, they are most commonly used in technical translation where the nature of documents means that there is frequently a high proportion of repetition and where new product releases require existing documents to be updated.

Como podemos verificar, esta dificuldade também se aplica à utilização de glossários e concordâncias. De acordo com Byrne (2014: 18): “Similarly, terminology management systems are at their most useful in situations where there is a large amount of terminology which must be used consistently”. Na mesma linha, como citado anteriormente, de acordo com Craciunescu, Gerding-Salas & Stringer-O’Keeffe, as concordâncias possuem maior utilidade quando aplicadas em textos com vocabulário fixo e em expressões com significado unívoco. Desse modo, as autoras afirmam que o uso de concordâncias não possui tanta utilidade para os tradutores literários, visto que se deparam constantemente com problemas de polissemia e de uso de linguagem metafórica. (cf. Craciunescu, Gerding-Salas & Stringer-O’Keeffe, 2004: 12).

No que diz respeito à ambiguidade, como abordado no capítulo anterior, podemos verificar que existem vários problemas de tradução associados, especialmente quando envolve a tradução assistida por computador. Existem quatro tipos de ambiguidade: ambiguidade lexical, ambiguidade

estrutural ou sintática, ambiguidade referencial e ambiguidade de escopo. Como mencionado, as ambiguidades podem ser involuntárias ou podem ser propositadas, com o objetivo de proporcionar maior liberdade na aplicação da lei. O tradutor deve examinar o texto e verificar se se trata de uma ambiguidade acidental ou propositada, pois consoante esse fator, o tradutor deve fazer uma opção. A utilização de memórias de tradução pode levantar alguns problemas na medida em que pode sugerir uma tradução que não se adequa ao(s) significado(s) que o autor do texto determinou, visto que não tem como determinar a intenção do autor. A figura 25, apresentada no capítulo anterior na página 60, contém um exemplo de ambiguidade estrutural.

Como mencionado, este é um caso de ambiguidade potencial, visto que a sua interpretação pode ser inferida recorrendo ao senso comum e ao conhecimento do mundo. Neste caso, a oração temporal “de tempos a tempos” pode significar que o “**AGENTE**” tem direitos exclusivos sobre a *Extranet* de tempos a tempos ou que, de tempos a tempos, a propriedade intelectual é incorporada na *Extranet*. Tendo em conta o teor do documento, podemos verificar que a segunda opção é a interpretação correta, visto que não faria sentido que o “**AGENTE**” apenas possuísse direitos exclusivos sobre a *Extranet* de tempos a tempos, inferência que a simples memória de tradução não pode realizar.

Apesar de grande parte das ambiguidades ser apenas potencial, existem casos de ambiguidade que efetivamente podem levantar problemas de interpretação. No entanto, não foram encontrados casos de ambiguidade deste tipo nos textos jurídicos traduzidos no âmbito do estágio curricular. Como tal, baseio-me nos exemplos descritos por Colaço e Gonçalves (2014).

Tomemos como exemplo a ambiguidade semântica presente na seguinte frase:

- É que a conduta imputada pela acusação à arguida não se reconduz a um único ato.

No exemplo anterior, existem duas interpretações possíveis. “Um único ato” pode ser interpretado como apenas um ato ou como nenhum ato. Neste caso, a causa da ambiguidade é a presença da

expressão *um único* numa frase negativa. A eliminação da ambiguidade, de acordo com as autoras, consiste na substituição da expressão ambígua por outra que apenas possua uma das interpretações.

- É que a conduta imputada pela acusação à arguida não se reconduz a apenas um ato.
- É que a conduta imputada pela acusação à arguida não se reconduz a nenhum ato.

A tradução da primeira frase recorrendo à utilização de ferramentas de tradução assistida por computador pode levantar alguns problemas. Neste caso, não existe contexto. No entanto, podemos verificar que existem duas interpretações possíveis para “um único ato”. Ao recorrermos à utilização de uma memória de tradução, apenas será sugerida uma das possibilidades (ou nenhuma das possibilidades, no caso da memória de tradução não possuir uma tradução anterior idêntica ou semelhante). Considerando que a sugestão apresentada seria “a single act”, a segunda possibilidade de interpretação não se encontraria abrangida. Nestes casos, o tradutor poderá ter a tendência de aceitar a sugestão sem notar que se encontra perante uma frase ambígua. É essencial que o tradutor esteja consciencializado da possível presença de ambiguidades no texto jurídico.

No que diz respeito à polissemia, podemos verificar através dos exemplos apresentados que esta característica do texto jurídico levanta alguns problemas de tradução. Foi apresentado no capítulo anterior o exemplo do termo *claim* que, no mesmo texto, apresenta dois significados e, por conseguinte, duas traduções diferentes. O termo *claim* é um exemplo de termo polissémico. A utilização de ferramentas de tradução, como a memória de tradução e o glossário, pode levantar alguns problemas, visto que estas ferramentas podem sugerir apenas uma tradução para dois significados distintos. Consideremos as figuras 19, 20 e 21, apresentadas na página 52. Ao traduzir a recusa de sinistro, o glossário apresentou uma sugestão de tradução para *claim*: sinistro. No entanto, como podemos verificar nas figuras 19 e 21, a tradução correta no contexto é “pedido(s)”.

Vejamos o exemplo mencionado anteriormente da palavra *policy*:

21	However, we also operate in an industry regulated by <u>policy</u> .	No entanto, também operamos numa indústria regulada por <u>apólices</u> .	Confirmed
----	--	---	-----------

Figura 18 – Exemplo retirado de uma recusa de sinistro.

O termo *policy* é um termo polissémico. À primeira vista, poderia ser traduzido por “políticas”, contudo, em função do contexto, a tradução correta é “apólices”. Neste caso, o glossário apresentou ambas as possibilidades. Tendo em conta apenas a frase, a desambiguação seria difícil. Contudo, considerando que o texto se refere a sinistros, a tradução correta é “apólices”. Ainda assim, esta frase levantou alguns problemas, visto que a palavra “políticas” também se encontra presente na linguagem jurídica.

Apresento o exemplo da palavra polissémica *timbre*:

60	Esta Apostilla certifica únicamente la autenticidad de la firma, la calidad en que el signatario del documento haya actuado y, en su caso, la identidad del sello o <u>timbre</u> del que el documento público esté revestido.	Esta Apostila certifica unicamente a autenticidade da assinatura, a qualidade em que o signatário do documento atuou e, dependendo do caso, a identidade do selo ou <u>carimbo</u> presente no documento público.	Confirmed (100%)
----	--	---	------------------

Figura 28 – Exemplo retirado de um registo criminal certificado e apostilado.

A palavra *timbre* possui dois significados na língua espanhola, sendo que pode referir-se ao carimbo ou ao timbre da voz. Neste caso, o tradutor pode não se aperceber de que a palavra é de facto polissémica, visto que ambos os significados são de áreas de especialidade opostas. É também o caso da palavra *party* – exemplo apresentado no capítulo anterior – que pode ser traduzido por “festa” ou “parte”. De forma geral, este tipo de polissemia não causa problemas ao tradutor.

Além da ambiguidade e da polissemia, o texto jurídico é também caracterizado pela utilização de frases compridas e pelo uso da retórica. A utilização de frases compridas pode estar também na origem das ambiguidades estruturais e referenciais. Por norma, as frases são compostas por uma oração principal e uma ou mais orações subordinadas, sendo mais difícil estabelecer cadeias

referenciais. Temos como exemplo a seguinte frase complexa, composta por uma oração principal e várias orações subordinadas:

67	<p>divulge any information in relation to the other party's affairs or business or method of carrying on business or any other information which it may have obtained as a result of this <b>AGREEMENT</b>, including the contents of this <b>AGREEMENT</b>, other than to its officers, directors, employees, agents, representatives, attorneys, accountants, consultants and financial and legal advisors who are in each case required in the course of their duties to receive and consider the same and who shall be made aware of its obligations to observe the same restrictions on the use of the such information as are contained in this <b>AGREEMENT</b> and in respect of whom its confidentiality undertakings as contained in this <b>AGREEMENT</b> shall apply and it shall take such steps in order to enforce such obligations on the part of its officers, directors, employees, agents, representatives, attorneys, accountants, consultants and financial and legal advisors ; and</p>	<p>divulgar informação relativa a assuntos, negócios ou método de trabalho da outra parte ou qualquer outra informação que possa ter sido obtida como resultado do presente <b>ACORDO</b>, incluindo o conteúdo do presente <b>ACORDO</b>, além dos seus funcionários, diretores, colaboradores, agentes, representantes, advogados, contabilistas, consultores e assessores financeiros e jurídicos que, em cada caso, recebem e consideram essas mesmas informações no curso das suas funções, devendo, então, receber informação acerca das suas obrigações para poderem cumprir as restrições da utilização de tais informações contidas no presente <b>ACORDO</b> e, a respeito de quem tem as suas informações confidenciais contidas no presente <b>ACORDO</b>, as mesmas restrições devem ser aplicadas e deverá ser seguido o procedimento para aplicar tais obrigações aos funcionários, diretores, colaboradores, agentes, representantes, advogados, contabilistas, consultores e assessores financeiros e jurídicos da parte ; e</p>	Confirmed
----	---	---	-----------

Figura 26 – Exemplo retirado de um memorando de entendimento

Estas características, juntamente com a utilização de arcaísmos, tornam o texto jurídico um texto de difícil interpretação, podendo também o tradutor correr o risco de provocar ambiguidades no caso de não interpretar o texto de forma correta.

Apesar de o texto jurídico apresentar características que tornam a utilização das ferramentas de tradução assistida por computador pouco compatível, devemos ter em conta que este tipo de texto possui repetições, termos técnicos e apresenta um modelo que, de forma geral, é seguido pelos seus

autores. Ao invés da polissemia e da ambiguidade, estas características potenciam o sucesso da utilização de ferramentas de tradução.

No decorrer do estágio curricular, foram realizadas traduções de textos das mais diversas áreas de especialidade. Como mencionado, dentro do texto jurídico existem diferentes tipos de texto, que apresentam características e modelos diferentes. O sucesso da utilização de ferramentas de tradução assistida por computador na tradução jurídica depende também dos tipos de textos jurídicos em questão. A título de exemplo, no âmbito do estágio curricular foi traduzida uma certidão de casamento e uma certidão de nascimento. Tendo em conta que estes documentos seguem de forma rigorosa um modelo convencionado, verifiquei que apenas foi necessário alterar os dados pessoais. A memória de tradução em questão contém a tradução de certidões de casamento e nascimento traduzidos anteriormente, existindo, desse modo, correspondências exatas que permitem o reaproveitamento da tradução, resultando numa diminuição do tempo de trabalho. A certidão de casamento e nascimento, com as respetiva tradução, encontra-se em Anexos. Devido à confidencialidade, os dados pessoais foram substituídos pela letra “X”.

Por sua vez, também podemos apresentar como exemplo o documento de aviso de registo de uma ordem de pensão de alimentos. Neste texto, foram obtidas correspondências de 101% e 100% em quase todos os segmentos.

9	By ordering payments to be made to the court (if not so payable).	Através da ordem para que os pagamentos sejam feitos ao tribunal (se não forem pagáveis desta forma).	Reviewer 2 confirmed (101%)
10	By an order being made for payment of a sum of money off arrears of maintenance in addition to the sums due under the order	Através de uma ordem para o pagamento de um montante em dinheiro para liquidação dos valores de pensão de alimentos em atraso, acrescido dos montantes devidos no âmbito desta ordem	Reviewer 2 confirmed (101%)

Figura 27 – Exemplo retirado de um aviso de registo de uma ordem de pensão de alimentos.

Estas correspondências devem-se ao facto de a memória de tradução conter traduções anteriores deste tipo de documento e de este apresentar uma estrutura e modelo fixo. É importante notar que a utilização de ferramentas de tradução não apresenta utilidade na primeira utilização. A sua utilidade apenas é notada após a tradução de vários textos pertencentes à mesma área de especialidade, visto que para existirem sugestões de tradução é necessário que existam traduções armazenadas na memória de tradução. Quanto mais textos forem traduzidos, maior será a memória de tradução e, por conseguinte, mais sugestões serão apresentadas. Do mesmo modo, um glossário sem entradas não tem utilidade. É necessário que o tradutor registre entradas no glossário sempre que realizar uma tradução, avaliando se o termo em questão deve constar no mesmo.

Por outro lado, a utilização de ferramentas de tradução nos textos jurídicos que não seguem um modelo convencionado, como é o caso do contrato, pode não se revelar tão útil. A título de exemplo, podemos verificar que na tradução do memorando de entendimento (contrato), foram obtidas poucas correspondências. Desta forma, existiu pouco aproveitamento de traduções anteriores, exigindo um maior trabalho de digitação. Apesar de o texto ser composto por expressões fixas e repetições, o contrato é um tipo de texto em que podem constar diversas cláusulas conforme o pretendido. O memorando de entendimento e a respetiva tradução encontra-se em Anexos, com as devidas alterações de forma a cumprir a confidencialidade exigida.

Vejamos o seguinte exemplo:

44	The <b>AGENT</b> shall ensure that the Extranet is fully operational during trading hours of the <b>VENDOR'S</b> stores and shall be responsible for the maintenance and updates of the Extranet.	O <b>AGENTE</b> deverá assegurar-se de que a <i>Extranet</i> se encontra completamente operacional durante o horário de funcionamento das lojas do <b>VENDEDOR</b> e será responsável pela manutenção e pelas atualizações da <i>Extranet</i> .	Confirmed
----	---	---	-----------

Figura 29 – Exemplo retirado de um memorando de entendimento.

Podemos constatar que o texto em questão contém um elevado nível de especificidade, tratando-se de um entendimento entre duas partes (empresas) relativamente à compra de telemóveis antigos a clientes da loja na troca de vales de desconto na mesma. Tendo em conta essa especificidade, como comprovado, não existem traduções anteriores para reaproveitamento. Foi também o caso da tradução de uma recusa de sinistro ao segurado, em que foram apresentadas as justificações da recusa personalizadas e tendo em conta a situação do cliente em questão. Na tradução dos textos em questão foi necessário fazer uma pesquisa mais alargada, devido à falta de correspondências. Por conseguinte, o tempo despendido na tradução de ambos os textos foi maior.

Para que seja possível contornar a incompatibilidade entre as ferramentas de tradução assistidas por computador e o texto jurídico, é essencial que o tradutor analise o texto previamente e utilize de forma correta estas ferramentas. De acordo com Mendes (2013: 6), o tradutor deve verificar se:

- i. Um dado texto é adequado a integrar uma memória de tradução, *i.e.* se os segmentos que o compõem, o tipo de linguagem, etc., são passíveis de ocorrer noutros trabalhos futuros e, assim, de ser reutilizados;
- ii. Uma dada expressão tem carácter de especialidade para ser registada numa base de dados terminológica para posterior utilização.

## **Conclusão**

O presente relatório de estágio teve como objetivo avaliar a utilização de ferramentas de tradução assistida por computador na tradução jurídica. Para tal, comecei por apresentar uma caracterização do texto técnico, no qual se enquadra o texto jurídico. De seguida, apresentei uma caracterização da linguagem jurídica, exemplificando com exemplos retirados de traduções realizadas no âmbito do estágio curricular na Eurologos. Através da caracterização do texto técnico e do texto jurídico, podemos comprovar que, apesar de o texto jurídico ser considerado um texto técnico, possui algumas características que divergem do texto técnico. No âmbito do tema do relatório de estágio, as características mais importantes e relevantes são a polissemia e a ambiguidade. Para finalizar, apresentei uma caracterização das ferramentas de tradução e, recorrendo aos exemplos previamente citados, concluí que a sua utilização pode revelar-se pouco compatível, principalmente no que diz respeito à polissemia e à ambiguidade.

Como citado, as ferramentas de tradução assistida por computador possuem maior utilidade no texto técnico, que se caracteriza por ter uma linguagem clara, unívoca e que possui repetições e termos especializados. Não obstante, como podemos constatar, o texto jurídico apresenta ambiguidades e polissemia, o que pode comprometer a eficácia das ferramentas de tradução.

Apesar da incompatibilidade entre o texto jurídico e a utilização de ferramentas de tradução no que diz respeito à ambiguidade e polissemia, o tradutor pode contornar este obstáculo detetando as suas ocorrências, realizando uma boa interpretação do texto e efetuando uma revisão cuidada, particularmente nas passagens em que elas ocorrem. Visto que possui muitas repetições e frequentemente segue modelos convencionados, o texto jurídico é um bom candidato ao uso de ferramentas de tradução assistida por computador.

Em suma, com a realização do presente relatório de estágio, concluí que, apesar de as ferramentas de tradução assistida por computador – como é o caso da memória de tradução e do glossário – revelarem grande utilidade, devemos conhecer bem as características do texto jurídico, nomeadamente as que podem gerar problemas de tradução, analisar o texto em questão e aplicar estas ferramentas de forma crítica e consciente, como se a ferramenta de tradução não existisse.

## Bibliografia

Alcaraz, E., & Hughes, B. (2014). *Legal translation explained*. London: Routledge.

Asensio, R. M. (2003). *Translating Official Documents*. Manchester: St. Jerome.

Byrne, J. (2014). *Scientific and Technical Translation Explained: A Nuts and Bolts Guide for Beginners*. London: Routledge.

Chesterman, Andrew e Emma Wagner (2002). *Can Theory Help Translators?* Manchester: St. Jerome. pp. 57-79.

Colaço, M. (2016). “Clareza textual” [Artigo cedido pela autora].

Colaço, M. e Gonçalves, A. (2014). “O impacto da ambiguidade na construção de textos” [Artigo cedido pelas autoras].

Craciunescu, O., Gerding-Salas, C. & Stringer-O’Keeffe, S. (2004) “Machine Translation and Computer-Assisted Translation: A New Way of Translating?”, *Translation Journal*, Volume 8, No.3, July 2004. Consultado a 03-05-2017 em <http://translationjournal.net/journal/29computers.htm>.

Cunha, P. (2006a). “Dialética tópica e Retórica Jurídicas” in *Percurso Constitucional. Pensar o Direito Constitucional e o seu Ensino*. São Paulo: CEMOROC- EDF-FEUSP, Escola Superior de Direito Constitucional, Editora Mandruvá.

Cunha, P. (2006b). “Retórica e Hermenêutica nas Origens do Direito” in *Percurso Constitucional. Pensar o Direito Constitucional e o seu Ensino*. São Paulo: CEMOROC- EDF-FEUSP, Escola Superior de Direito Constitucional, Editora Mandruvá.

Georgiana, M. (2014). “Computer-assisted Translation Risks and Threats in Legal Texts” in *Management Strategies*. Pitesti: Universidade Constantin Brâncoveanu.

Goyos Júnior, Durval de Noronha (2000). *Noronha’s Legal Dictionary/Noronha Dicionário Jurídico: English-Portuguese-English/Inglês-Português-Inglês*. 4.<sup>a</sup> edição. São Paulo, Observador Legal Editora Ltda.

- Herbst, R., Readett, A. G., & Ammann, R. (2002). *Dictionary of commercial, financial and legal terms*. Thun, Switzerland: Translegal.
- Hiltunen, R. (2012). “The Grammar and Structure of Legal Texts” in *The Oxford Handbook of Language and Law*. Oxford: Oxford University.
- Holland, J. (1991). *Learning Legal Rules*, London: Blackstone Press.
- Hornby, A. S. (2015). *Oxford advanced learners dictionary of current English*. Oxford: Oxford University Press.
- Lakoff, G., & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Mattila, Heikki E. S. (2012) “Legal Vocabulary”, in *The Oxford Handbook of Language and Law*. Oxford: Oxford University.
- Mello, M. C. (2008). *Dicionário jurídico: Português-Inglês e Inglês-Português*. Lisboa: Dinalivro.
- Mendes, S. (2013). “Ferramentas de Tradução Assistida por Computador” [Artigo cedido pela autora].
- Newmark, P. (2003). *A Textbook of Translation*. Pearson Education Limited.
- Pinchuck, I. (1977). *Scientific and technical translation*. A. Deutsch.
- Quah, C. K. (2006). *Translation and Technology*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Silva, Augusto Soares (2003). “O poder cognitivo da metáfora e da metonímia”, *Revista Portuguesa de Humanidades* 7, Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, 13.
- Tiersma, P. (2012) “A History of the Language of the Law” in *The Oxford Handbook of Language and Law*. Oxford: Oxford University Press.
- Tiersma, P. M. & Solan, L. M., Eds. (2012). *The Oxford Handbook of Language and Law*. Oxford: Oxford University Press.
- Vinay e Darbelnet, (1995). *Comparative Stylistics of French and English. A methodology for translation*, rev. ed. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.

## Sitografia

<http://www.linguee.pt>

<http://www.priberam.pt>

<http://www.iate.europa.eu>

<http://www.jurilingue.gddc.pt>

<http://www.eamt.org>

## Anexos

### I. Contrato: Minuta de Entendimento – Original e tradução

<b>Memorandum of Agreement.docx</b> <b>CAUTION: Do not change segment ID or source text</b> <b>V7.8.159 MQ789911 93dec73-8f59-42a2-ab95-6404748aebb8</b>				
ID	English (United Kingdom)	Portuguese (Portugal)	Comment	Status
1	<b>MEMORANDUM OF AGREEMENT</b>	<b>MEMORANDO DE ENTENDIMENTO</b>		Confirmed
2	made and entered into	realizado e estabelecido		Confirmed
3	by and between	por e entre		Confirmed
4	XXX	XXX		Confirmed
5	<b>Administrativo, Lda</b>	<b>Administrativo, Lda</b>		Confirmed
6	<b>(“VENDOR”)</b>	<b>(«VENDEDOR»)</b>		Confirmed
7	and	e		Confirmed
8	<b>XXX</b>	<b>XXX</b>		Confirmed
9	<b>(“AGENT”)</b>	<b>(«AGENTE»)</b>		Confirmed
10	\[Assinatura]	\[Assinatura]		Confirmed (99%)
11	An agreement made on this the 1 <sup>st</sup> day of July of the year 2010, by and between:	É celebrado o presente acordo no dia 1 de Julho de 2010 por e entre:		Confirmed
12	XXX, a company duly incorporated, registered and existing under the laws of Portugal, with registered offices at XXX	XXX, uma empresa devidamente constituída e registada de acordo com as leis existentes em Portugal, com sede na XXX		Confirmed
13	XXX (hereinafter referred to as the “VENDOR”)	XXX (doravante designada «VENDEDOR»)		Confirmed
14	XXX a company duly incorporated, registered and existing under the laws of United Kingdom, with registered offices at XXX (hereinafter referred to as the “AGENT”)	XXX uma empresa devidamente constituída e registada de acordo com as leis existentes no Reino Unido, com sede em XXX (doravante designado como «AGENTE»)		Confirmed (61%)
15	<b>PREAMBLE</b>	<b>PREÂMBULO</b>		Confirmed
16	<b>WHEREAS</b> the <b>VENDOR</b> wishes to commence a "Return and Recycle Program" (hereinafter referred to as the " <b>PROGRAM</b> ") whereby customers of the <b>VENDOR</b> shall have the opportunity of selling their agreed electronic devices as described in <b>ANNEXURE ‘A’</b> to the <b>AGENT</b> against a discount on purchases made by the customer from the <b>VENDOR</b> ;	<b>CONSIDERANDO</b> que o <b>VENDEDOR</b> deseja iniciar um «Programa de Devolução e Reciclagem» (doravante designado « <b>PROGRAMA</b> ») no qual os clientes do <b>VENDEDOR</b> terão a oportunidade de vender os seus previamente acordados aparelhos eletrónicos, conforme descrito no <b>ANEXO “A”</b> , ao <b>AGENTE</b> em troca de um desconto em compras realizadas pelo cliente ao <b>VENDEDOR</b> ;		Confirmed

17	<b>AND WHEREAS</b> the <b>PROGRAM</b> shall be communicated to the <b>VENDOR'S</b> customers as a value added service which can be seen that the <b>VENDOR</b> is taking an approach to reduce the number of unused mobile phone handsets in the market which will have a positive effect on the environment and which will also have a monetary benefit for the <b>VENDOR'S</b> customer;	<b>E CONSIDERANDO</b> que o <b>PROGRAMA</b> deverá ser comunicado aos clientes do <b>VENDEDOR</b> como um serviço de valor acrescentado que pode ser entendido como uma abordagem do <b>VENDEDOR</b> para reduzir o número de telemóveis não utilizados no mercado, o que terá um efeito positivo no ambiente e para o cliente do <b>VENDEDOR</b> que também beneficiará monetariamente;	Confirmed
18	<b>AND WHEREAS</b> the <b>PROGRAM</b> shall provide the <b>VENDOR</b> with new revenue streams and shall assist the <b>VENDOR</b> in acquiring new customers and retaining existing customers;	<b>E CONSIDERANDO</b> que o <b>PROGRAMA</b> deverá proporcionar ao <b>VENDEDOR</b> novos fluxos de receita e auxiliar o <b>VENDEDOR</b> a adquirir novos clientes e a manter os clientes existentes;	Confirmed
19	<b>AND WHEREAS</b> the <b>PROGRAM</b> shall be executed jointly by the <b>VENDOR</b> and the <b>AGENT</b> on the terms and conditions hereinafter set forth.	<b>E CONSIDERANDO</b> que o <b>PROGRAMA</b> deverá ser executado conjuntamente pelo <b>VENDEDOR</b> e pelo <b>AGENTE</b> nos termos e condições aqui estabelecidos.	Confirmed
20	<b><u>NOW THEREFORE THE PARTIES HERETO HAVE AGREED AS FOLLOWS:</u></b>	<b><u>POR CONSEQUENTE, AS PARTES CONCORDAM COM O SEGUINTE:</u></b>	Confirmed
21	<b>TERM OF THE AGREEMENT</b>	<b>CONDIÇÕES DO ACORDO</b>	Confirmed
22	This <b>AGREEMENT</b> shall commence on the signature date hereof by the party last signing and shall continue for a period of two (2) years and may be extended by mutual agreement between the parties for a further period of three (3) years on the same terms and conditions as contained in this agreement.	O presente <b>ACORDO</b> entra em vigor na data de assinatura da última parte e vigorará por um período de dois (2) anos e poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes por um período de três (3) anos nos mesmo termos e condições presentes neste acordo.	Confirmed
23	Either of the parties shall have the right to cancel this <b>AGREEMENT</b> at any time by giving the other party two (2) months written notice of same.	Ambas as partes poderão denunciar livremente o presente <b>ACORDO</b> , em qualquer momento, mediante a entrega de uma notificação por escrito com dois (2) meses de antecedência.	Confirmed
24	The termination/expiration of this <b>AGREEMENT</b> , for whatever reason, shall not affect the rights of either of the parties that may have accrued before the	A cessação/expiração do presente <b>ACORDO</b> , independentemente da causa, não deverá afetar os direitos de ambas as partes que possam ter sido auferidos antes da cessação/expiração	Confirmed

	termination/expiration of this <b>AGREEMENT</b> and/or which specifically or by their nature survive the termination/expiration of this <b>AGREEMENT</b> .	do presente <b>ACORDO</b> e/ou que especificamente ou pela sua natureza subsistirem à cessação/expiração do presente <b>ACORDO</b> .		
25	<b>OPERATION OF THE PROGRAM</b>	<b>EXECUÇÃO DO PROGRAMA</b>		Confirmed
26	The steps and operation of the <b>PROGRAM</b> are detailed and specified in <b>ANNEXURE “B”</b> attached hereto.	Os procedimentos e a execução do <b>PROGRAMA</b> estão detalhados e especificados no <b>ANEXO “B”</b> do presente protocolo.		Confirmed
27	The Agent will place cartons at agreed outlets for the collection of the returned handsets.	O Agente colocará caixas de papelão nos estabelecimentos previamente acordados para proceder à recolha dos telemóveis não utilizados.		Confirmed
28	\[Assinatura]	\[Assinatura]		Confirmed (99%)
29	The mobile phone handsets which shall be collected by the <b>VENDOR</b> as detailed in <b>ANNEXURE “B”</b> will	Os telemóveis, que deverão ser recolhidos pelo <b>VENDEDOR</b> , conforme detalhado no <b>ANEXO “B”</b> , devem		Confirmed
30	turn on and off, and be complete with battery;	ligar, desligar e carregar a bateria completamente;		Confirmed
31	have no screen damage (cracks, missing text, damaged pixels) NB: the Vendor will ensure that store staff check that screens on touch screen phones are in working order;	ter o ecrã intacto (sem fissuras, sem texto em falta, sem pixéis danificados) NB: o Vendedor assegurar-se-á de que os colaboradores da loja verificam se os ecrãs dos telemóveis com ecrã táctil estão em ordem;		Confirmed
32	be a genuine OEM handset and not a counterfeit	ser telemóveis OEM autênticos (Fabricante do Equipamento Original) e não uma falsificação		Confirmed
33	Handsets that do not comply with 2.3.1, 2.3.2 and 2.3.3 will be disallowed for payment.	Os telemóveis que não cumpram com as cláusulas 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.3 não serão autorizados a pagamento.		Confirmed
34	The <b>AGENT</b> will provide a logistics facility whereby an agreed date will be set out for the collection of the complete boxes / incomplete boxes from the <b>VENDOR’S</b> store/s.	O <b>AGENTE</b> providenciará uma instalação logística na qual será definida uma data acordada por ambos para a recolha das caixas completas / incompletas das lojas do <b>VENDEDOR</b> .		Confirmed
35	The <b>AGENT</b> will ensure that there will be at least 1 (ONE) collection per month of mobile phone handsets from the <b>VENDOR’S</b> store/s.	O <b>AGENTE</b> assegurar-se-á de que existe, pelo menos, 1 (UMA) recolha por mês dos telemóveis das lojas do <b>VENDEDOR</b> .		Confirmed
36	The <b>AGENT</b> will provide an Extranet, branded XXX, for the retail employees to use at point of sale at the <b>VENDOR’S</b> store/s.	O <b>AGENTE</b> providenciará uma <i>Extranet</i> , com a marca XXX, para os colaboradores utilizarem no ponto de venda da(s) loja(s) do <b>VENDEDOR</b> .		Confirmed

37	This system will allow for the capturing of returned handsets.	O sistema permitirá a recolha dos telemóveis entregues.		Confirmed
38	User names and passwords will be set up and provided to each outlet by the Agent marketing.	Os nomes de utilizador e as palavras-chave serão definidas e fornecidas a cada estabelecimento pelo departamento de marketing do Agente.		Confirmed
39	Training for use on the system will be given by the Agent.	A formação para a sua utilização em sistema será administrada pelo Agente.		Confirmed
40	The steps and use of the Extranet are detailed in ANNEXURE “C” annexed hereto.	O procedimento e a utilização da <i>Extranet</i> encontra-se detalhada no ANEXO “C” do presente acordo.		Confirmed
41	The AGENT will provide pricing for handsets via the Extranet specified above.	O AGENTE providenciará o preço para os telemóveis através da <i>Extranet</i> acima mencionada.		Confirmed
42	It is specifically recorded that the level of pricing shall be in the sole and absolute discretion of the AGENT as same is linked to market pricing conditions of second hand mobile phones.	Está registado especificamente que o nível do preço deverá estar de acordo com o único e exclusivo critério do AGENTE, visto que o mesmo tem conhecimento das condições de preços do mercado de telemóveis em segunda mão.		Confirmed
43	This Extranet will allow the VENDOR’S nominated management to enter a section with full reporting capabilities which will provide information relating to handset returns and revenue status.	A <i>Extranet</i> permitirá que o gerente nomeado do VENDEDOR aceda a uma secção com relatórios completos que fornecerão informação relativamente à entrega dos telemóveis e ao fluxo de receita.		Confirmed
44	The AGENT shall ensure that the Extranet is fully operational during trading hours of the VENDOR’S stores and shall be responsible for the maintenance and updates of the Extranet.	O AGENTE deverá assegurar-se de que a <i>Extranet</i> se encontra completamente operacional durante o horário de funcionamento das lojas do VENDEDOR e será responsável pela manutenção e pelas atualizações da <i>Extranet</i> .		Confirmed
45	The AGENT shall manage the PROGRAM through provision of detailed reports per batch of handsets being received and reconciled.	O AGENTE deverá gerir o PROGRAMA através da disponibilização de relatórios detalhados por cada lote de telemóveis recebidos e conciliados.		Confirmed
46	The handsets shall be collected every two (2) weeks from each store of the VENDOR.	Os telemóveis devem ser recolhidos de duas (2) em duas (2) semanas em cada loja do VENDEDOR.		Confirmed
47	The AGENT shall supply each store with a purchase order that will be equal to 110% of the value of each working handset detailed on the printed Packing List.	O AGENTE deverá fornecer a cada loja um pedido de compra equivalente a 110% do valor de cada telemóvel funcional indicado na Lista de Embalagens impressa.		Confirmed

48	This purchase order shall be provided to the <b>VENDOR</b> within five (5) days from the date of the Packing List, with a payment for any monies due thirty (30) days from the date of the purchase order directly into the bank account of the <b>VENDOR</b> .	Este pedido de compra deverá ser fornecido ao <b>VENDEDOR</b> dentro de cinco (5) dias a partir da data da Lista de Embalagem, com o pagamento de qualquer montante, no prazo de trinta (30) dias a partir da data do pedido de compra, diretamente na conta bancária do <b>VENDEDOR</b> .		Confirmed
49	The <b>AGENT</b> will notify the <b>VENDOR</b> within 10 (ten) days from the date of the Packing List if any disallowable non working handsets as described in Clause 2.2 have been received.	O <b>AGENTE</b> notificará o <b>VENDEDOR</b> dentro de 10 (dez) dias a partir da data da Lista de Embalagens se alguns telemóveis inutilizáveis, conforme descrito na Cláusula 2.2, forem recebidos.		Confirmed
50	The <b>VENDOR</b> will issue a credit note within 5 (five) days of such notification for each disallowed handset equal in value to that stated on the purchase order.	O <b>VENDEDOR</b> emitirá uma nota de crédito no prazo de 5 (cinco) dias após a notificação para cada telemóvel inutilizável com um valor equivalente ao indicado no pedido de compra.		Confirmed
51	No press or other public statement or circular shall be made or issued in connection with this <b>AGREEMENT</b> unless previously approved in writing by the <b>VENDOR</b> and the <b>AGENT</b> .	Não deverá ser envolvida a imprensa nem deverão ser feitos ou publicados comunicados de imprensa a respeito deste <b>ACORDO</b> a menos que aprovado previamente por escrito pelo <b>VENDEDOR</b> e pelo <b>AGENTE</b> .		Confirmed
52	<b>FURTHER OBLIGATIONS OF THE PARTIES</b>	<b>OBRIGAÇÕES FUTURAS DAS PARTES</b>		Confirmed
53	The <b>VENDOR</b> shall put in place all of the systems and processes which are required to effectively and successfully operate the <b>PROGRAM</b> and shall undertake an end to end testing process to ensure that the <b>PROGRAM</b> runs smoothly and efficiently as detailed in <b>ANNEXURE “B”</b> and <b>ANNEXURE “C”</b> prior to the official launching of the <b>PROGRAM</b> .	O <b>VENDEDOR</b> deverá implementar todos os sistemas e processos necessários para executar com sucesso o <b>PROGRAMA</b> e deverá realizar um processo de testes para garantir que o <b>PROGRAMA</b> é executado de forma eficiente e fluída, conforme indicado no <b>ANEXO “B”</b> e no <b>ANEXO “C”</b> , antes do lançamento oficial do <b>PROGRAMA</b> .		Confirmed
54	The <b>VENDOR</b> and <b>AGENT</b> shall procure such licenses and authorisations (if any) as may be required to lawfully operate the <b>PROGRAM</b> .	O <b>VENDEDOR</b> e o <b>AGENTE</b> deverão obter essas licenças e autorizações (se existirem) conforme possam ser requeridas para executar legalmente o <b>PROGRAMA</b> .		Confirmed
55	\\[Assinatura]	\\[Assinatura]		Confirmed (99%)
56	The <b>VENDOR</b> and <b>AGENT</b> shall utilise their best endeavours to promote, extend and grow the business generated by the <b>PROGRAM</b> .	O <b>VENDEDOR</b> e o <b>AGENTE</b> deverão unir todos os esforços para promover, expandir e aumentar o negócio gerado pelo <b>PROGRAMA</b> .		Confirmed

57	The <b>VENDOR</b> shall arrange for the items which it receives from its customers to be stored safely and securely until they are collected by the <b>AGENT</b> .	O <b>VENDEDOR</b> deverá organizar os itens que recebe dos seus clientes para estes serem armazenados de forma segura até que sejam recolhidos pelo <b>AGENTE</b> .		Confirmed
58	The <b>VENDOR</b> and <b>AGENT</b> hereby agree to operate the <b>PROGRAM</b> strictly in accordance to the steps and operation specified in <b>ANNEXURE “B”</b> and <b>ANNEXURE “C”</b> .	O <b>VENDEDOR</b> e o <b>AGENTE</b> concordam no presente em executar o <b>PROGRAMA</b> de forma rigorosa de acordo com os procedimentos e a execução especificada no <b>ANEXO “B”</b> e no <b>ANEXO “C”</b> .		Confirmed
59	The <b>VENDOR</b> shall ensure that its staff both at management, consulting, supervisory and store level are fully trained in respect of the operation of the <b>PROGRAM</b> so as to ensure maximum service levels and time efficiency when transacting with the <b>VENDOR’S</b> customer.	O <b>VENDEDOR</b> deverá garantir que todos os seus colaboradores, estejam eles a nível da administração, da consultoria, da supervisão ou da loja, estão completamente formados relativamente à execução do <b>PROGRAMA</b> de forma a assegurar níveis máximos de serviço e eficiência a nível do tempo ao realizar transações com o cliente do <b>VENDEDOR</b> .		Confirmed
60	The <b>AGENT</b> shall not disclose customer data to any third party not related to this <b>AGREEMENT</b> and will also ensure that any customer data left in the handset will be deleted and destroyed.	O <b>AGENTE</b> não deverá divulgar dados do cliente a nenhuma terceira parte que não esteja relacionada com o presente <b>ACORDO</b> e assegurar-se-á também de que qualquer dado do cliente no telemóvel será eliminado e destruído.		Confirmed
61	The <b>VENDOR</b> shall advertise the <b>PROGRAM</b> at its own cost extensively and in a manner which shall ensure that customers of the <b>VENDOR</b> are aware of the <b>PROGRAM</b> , its benefits, operation and advantages.	O <b>VENDEDOR</b> deverá publicitar o <b>PROGRAMA</b> exclusivamente às suas custas e de forma a garantir que os clientes do <b>VENDEDOR</b> estão cientes dos benefícios, da execução e das vantagens do <b>PROGRAMA</b> .		Confirmed
62	The <b>VENDOR</b> and <b>AGENT</b> shall utilise their best endeavours to ensure that mobile phone handsets accepted by the <b>PROGRAM</b> are not stolen.	O <b>VENDEDOR</b> e o <b>AGENTE</b> deverão unir todos os esforços para garantir que os telemóveis aceites pelo <b>PROGRAMA</b> não são roubados.		Confirmed (68%)
63	The <b>AGENT</b> shall service large corporate customers of the <b>VENDOR</b> directly in respect of the purchase of and payment for handsets procured from such large corporate customers.	O <b>AGENTE</b> deverá prestar serviço direto às grandes empresas clientes do <b>VENDEDOR</b> a respeito da compra e do pagamento dos telemóveis adquiridos através de tais grandes empresas clientes.		Confirmed
64	The <b>AGENT</b> shall be obliged to collect a maximum number of 5000 mobile phone handsets per	O <b>AGENTE</b> deverá, obrigatoriamente, recolher um número máximo de 5000 telemóveis		Confirmed

	month.	por mês.		
65	<b>CONFIDENTIALITY</b>	<b>CONFIDENCIALIDADE</b>		Confirmed
66	Each of the parties hereto undertakes that it will not at any time without the prior written consent of the other party:	Cada uma das partes do presente protocolo assume que, sem o consentimento da outra parte, não irá, em qualquer momento:		Confirmed
67	divulge any information in relation to the other party's affairs or business or method of carrying on business or any other information which it may have obtained as a result of this <b>AGREEMENT</b> , including the contents of this <b>AGREEMENT</b> , other than to its officers, directors, employees, agents, representatives, attorneys, accountants, consultants and financial and legal advisors who are in each case required in the course of their duties to receive and consider the same and who shall be made aware of its obligations to observe the same restrictions on the use of the such information as are contained in this <b>AGREEMENT</b> and in respect of whom its confidentiality undertakings as contained in this <b>AGREEMENT</b> shall apply and it shall take such steps in order to enforce such obligations on the part of its officers, directors, employees, agents, representatives, attorneys, accountants, consultants and financial and legal advisors ; and	divulgar informação relativa a assuntos, negócios ou método de trabalho da outra parte ou qualquer outra informação que possa ter sido obtida como resultado do presente <b>ACORDO</b> , incluindo o conteúdo do presente <b>ACORDO</b> , além dos seus funcionários, diretores, colaboradores, agentes, representantes, advogados, contabilistas, consultores e assessores financeiros e jurídicos que, em cada caso, recebem e consideram essas mesmas informações no curso das suas funções, devendo, então, receber informação acerca das suas obrigações para poderem cumprir as restrições da utilização de tais informações contidas no presente <b>ACORDO</b> e, a respeito de quem tem as suas informações confidenciais contidas no presente <b>ACORDO</b> , as mesmas restrições devem ser aplicadas e deverá ser seguido o procedimento para aplicar tais obrigações aos funcionários, diretores, colaboradores, agentes, representantes, advogados, contabilistas, consultores e assessores financeiros e jurídicos da parte ; e		Confirmed
68	shall not at any time without the prior written consent of the other party disclose or reveal to any person or party whatsoever either the fact that discussions or negotiations are taking, or have taken, place between the parties or the content of any such discussions or other facts relating to the purpose of the discussions except where compelled by law or any governmental, international or regulatory body.	divulgar ou revelar a nenhum indivíduo ou parte, seja qual for, o facto de que deliberações ou negociações estão em curso ou estiveram em curso entre partes ou o conteúdo de qualquer deliberação ou outros factos relativos ao objetivo das deliberações, exceto quando obrigado pela lei ou por qualquer organismo governamental, internacional ou regulamentador.		Confirmed
69	The provisions of par. 4.1 and 4.2	As disposições nas cláusulas 4.1 e 4.2		Confirmed

	above shall not apply in the event where either of the parties hereto are compelled by an order of court and/or any relevant laws to disclose information.	não deverão ser aplicadas no caso de qualquer uma das partes do presente acordo ser compelida por ordem do tribunal e/ou por qualquer lei relevante a divulgar informação.		
70	<b>INTELLECTUAL PROPERTY</b>	<b>PROPRIEDADE INTELECTUAL</b>		Confirmed
71	\[Assinatura]	\[Assinatura]		Confirmed (99%)
72	The <b>VENDOR</b> acknowledges that the <b>AGENT</b> has the exclusive ownership, right, title and interest in the <b>EXTRANET</b> and the <b>PROGRAM</b> and all intellectual property incorporated therein from time to time and that it shall make use of same in accordance with the provisions of this <b>AGREEMENT</b> and will not, at any time, cause to be done any act or thing contesting or in any way impairing or intending to impair any part of that ownership, right, title and interest.	O <b>VENDEDOR</b> reconhece que o <b>AGENTE</b> tem direitos exclusivos de propriedade sob a <b>EXTRANET</b> , sob o <b>PROGRAMA</b> e toda a propriedade intelectual incorporada no mesmo de tempos a tempos e que deverá fazer uso dos seus direitos de acordo com as cláusulas deste <b>ACORDO</b> e não irá, em qualquer momento, causar dano, contestar, prejudicar ou tentar prejudicar qualquer parte da propriedade.		Confirmed
73	In connection with such use, the <b>VENDOR</b> shall in no way represent that it has any ownership in same or in any registration thereto.	Por conseguinte, o <b>VENDEDOR</b> não deverá, de forma alguma, representar que possui os mesmos direitos de propriedade mencionados no presente protocolo.		Confirmed
74	<b>BREACH</b>	<b>INFRAÇÃO</b>		Confirmed
75	If either party breaches any provision of this <b>AGREEMENT</b> and remains in breach for a period of 30 ( <b>THIRTY</b> ) days after delivery of written notice from the other party requiring rectification of the breach (or such extended period as may be reasonably required and agreed by the parties in writing) then other party shall be entitled at that party's option:-	Se qualquer uma das partes infringir uma das cláusulas do presente <b>PROTOCOLO</b> e permanecer em infração por um período de 30 ( <b>TRINTA</b> ) dias depois da outra parte ter efetuado a entrega da notificação por escrito a requerer a retificação da infração, (ou pelo período acordado de forma justa por ambas as partes por escrito) a outra parte deverá ter o direito a optar por:		Confirmed
76	to claim the immediate specific performance of all or any of the defaulting party's obligations under this <b>AGREEMENT</b> ; or	reivindicar a execução específica imediata de todas as obrigações da parte estabelecidas neste <b>ACORDO</b> ; ou		Confirmed
77	either as an alternative to a claim for specific performance or upon the abandonment of such a claim to cancel this <b>AGREEMENT</b> by delivering written notice of such cancellation to the defaulting party and the cancellation shall	em alternativa à reivindicação da execução específica imediata ou aquando do abandono de tal reivindicação, cessar o presente <b>ACORDO</b> mediante entrega de notificação por escrito da cessação à parte faltosa produzindo efeito na		Confirmed

	take effect on the delivery of the cancellation notice.	entrega da notificação.		
78	The aggrieved party's remedies in terms of this clause are without prejudice to any other remedies to which it may be entitled to in law.	As medidas de correção da parte lesada nos termos desta cláusula não prejudicam outras medidas de correção a que possa ter direito por lei.		Confirmed
79	<b>FORCE MAJEURE</b>	<b>FORÇA MAIOR</b>		Confirmed
80	Neither of the Parties shall be liable for a failure to perform any of its obligations insofar as it proves:	Nenhuma das partes deverá ser responsável por uma infração na execução das suas obrigações na medida em que prove:		Confirmed
81	7.1.1 that the failure was due to an impediment beyond its control;	7.1.1 que a infração se deveu a um impedimento fora do seu controlo;		Confirmed
82	7.1.2 that it could not reasonably be expected to have taken the impediment and its effects upon the party's	7.1.2 que não foi razoavelmente possível prever o impedimento e as respetivas implicações relativamente		Confirmed
83	ability to perform into account at the time of the conclusion of this <b>AGREEMENT</b> ; and	à capacidade de executar da parte no momento do término do presente <b>ACORDO</b> ; e		Confirmed
84	7.1.3 that it could not reasonably have avoided or overcome the impediment or at least its effects.	7.1.3 que não foi razoavelmente possível evitar ou suprir o impedimento ou, pelo menos, as respetivas implicações.		Confirmed
85	7.2[1]An impediment, as aforesaid, may result from events such as the following, this enumeration not being exhaustive:	7.2[1]Um impedimento, conforme supracitado, pode ocorrer em resultado de eventos como os seguintes, sem que a enumeração seja exaustiva:		Confirmed
86	7.2.1 war, whether declared or not, civil war, civil violence, riots and revolutions, acts of sabotage;	7.2.1 guerra, seja esta declarada ou não; guerra civil, violência civil, motins e revoluções, atos de sabotagem;		Confirmed
87	7.2.2 natural disasters such as violent storms, cyclones, earthquakes, tidal waves, floods, destruction by lightning;	7.2.2 catástrofes naturais, tais como: tempestades, ciclones, terremotos, maremotos, inundações e destruição causada por raios;		Confirmed
88	7.2.3 explosions, fires, destruction of machines, factories and any kind of installations;	7.2.3 explosões, incêndios, destruição de máquinas, fábricas e qualquer tipo de instalações;		Confirmed
89	7.2.4 boycotts, strikes and lock-outs of all kinds, go-slows, occupation of factories and premises and work stoppages;	7.2.4 boicotes, greves e bloqueios de qualquer tipo, greves de zelo, ocupação de fábricas e instalações e interrupções de trabalho;		Confirmed
90	7.2.5 acts of authority, whether lawful or unlawful, apart from acts from which the party seeking relief has assumed the risk by virtue of any other provisions of	7.2.5 atos de autoridade, sejam estes legais ou ilegais; além de atos assumidos pela parte que procura assistência e que assumiu o risco de outras disposições no presente		Confirmed

	this <b>AGREEMENT</b> ;	<b>ACORDO</b> ;		
91	7.2.6 declining market conditions.	7.2.6 condições desfavoráveis do mercado.		Confirmed
92	7.3 Relief from liability for non-performance by reason of the provisions of this clause shall commence on the date upon which the party seeking relief gives Notice of the impediment relied upon and shall terminate upon the date upon which such impediment ceases to exist; provided that if such impediment continues for a period of more than ninety (90) days either of the Parties shall be entitled to terminate this <b>AGREEMENT</b> .	7.3 Desvinculação de responsabilidade por incumprimento devido às disposições nesta cláusula entrarem em vigor na data em que a parte que procura assistência entregar a notificação do impedimento em que se apoia e cessará na data em que tal impedimento deixa de existir; no caso de tal impedimento continuar por um período de mais de noventa (90) dias, ambas as Partes estão autorizadas a cessar este <b>ACORDO</b> .		Confirmed
93	\[Assinatura]	\[Assinatura]		Confirmed (99%)
94	<b>NON-COMPETITION / EXCLUSIVITY</b>	<b>NÃO CONCORRÊNCIA / EXCLUSIVIDADE</b>		Confirmed
95	The <b>VENDOR</b> shall not during the term of this <b>AGREEMENT</b> engage in any other activity which may directly or indirectly compete with the <b>PROGRAM</b> and the business created as a result thereof.	O <b>VENDEDOR</b> não deverá, durante a duração do presente <b>ACORDO</b> , envolver-se em qualquer outra atividade que possa concorrer direta ou indiretamente com o <b>PROGRAMA</b> e com o negócio com origem no mesmo.		Confirmed
96	<b>DISPUTE RESOLUTION AND ARBITRATION</b>	<b>RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E ARBITRAGEM</b>		Confirmed
97	Any disputes relating to any matter arising out of this <b>AGREEMENT</b> or the interpretation thereof and which cannot be resolved amongst the parties shall be referred to arbitration.	Quaisquer litígios relativos a qualquer assunto decorrente do presente <b>ACORDO</b> ou à interpretação do mesmo e que não possam ser resolvidas entre as partes devem ser encaminhados para arbitragem.		Confirmed
98	Such arbitration proceedings shall be held in Lisbon, Portugal in accordance with the Portuguese arbitration laws applicable and in force at that time immediately and with a view to its being completed within THIRTY (30) calendar days after it is demanded.	Tais procedimentos de arbitragem devem ter lugar de forma imediata em Lisboa, Portugal, de acordo com as leis da arbitragem portuguesa aplicáveis e em vigor no momento e tendo em vista a conclusão dos procedimentos no prazo de TRINTA (30) dias consecutivos depois de estes terem sido solicitados.		Confirmed
99	No clause in this <b>AGREEMENT</b> which refers to arbitration shall mean or be deemed to mean or interpreted to mean that either of the <b>PARTIES</b> shall be precluded	Nenhuma cláusula referente à arbitragem neste <b>ACORDO</b> deverá significar que qualquer das <b>PARTES</b> deverá ser impossibilitada de obter uma medida provisória numa questão		Confirmed

	from obtaining interim relief on an urgent basis from a court of competent jurisdiction pending the decision of the arbitrator.	de urgência a partir de um tribunal na jurisdição competente enquanto a decisão do árbitro se encontra pendente.		
<u>100</u>	<b>WHOLE AGREEMENT</b>	<b>TOTALIDADE DO ACORDO</b>		Confirmed
<u>101</u>	This <b>AGREEMENT</b> constitutes the whole agreement between the <b>PARTIES</b> and supersedes all prior verbal or written agreements or understandings or representations by or between the <b>PARTIES</b> regarding the subject matter of this <b>AGREEMENT</b> , and the <b>PARTIES</b> will not be entitled to rely, in any dispute regarding this <b>AGREEMENT</b> , on any terms, conditions or representations not expressly contained in this <b>AGREEMENT</b> .	O presente <b>ACORDO</b> constitui a totalidade do acordo entre as <b>PARTES</b> e suplanta todos os entendimentos, representações ou acordos verbais ou por escrito anteriores, por ou entre as <b>PARTES</b> relativamente ao assunto do presente <b>ACORDO</b> ; e as <b>PARTES</b> não estarão autorizadas a confiar em quaisquer litígios relativos ao presente <b>ACORDO</b> em qualquer termo, condição ou representação que não esteja expressamente contida no <b>ACORDO</b> .		Confirmed
<u>102</u>	<b>VARIATIONS/WARRANTIES /WAIVER</b>	<b>ALTERAÇÕES/GARANTIAS/ DERROGAÇÃO</b>		Confirmed
<u>103</u>	11.1No variation of or addition to this <b>AGREEMENT</b> will be of any force or effect unless reduced to writing and signed by or on behalf of the <b>PARTIES</b> .	11.1Nenhuma alteração ou adição ao presente <b>ACORDO</b> terá qualquer força ou efeito, exceto se for posta por escrito e assinada por ou em nome das <b>PARTES</b> .		Confirmed
<u>104</u>	11.2Neither party to this <b>AGREEMENT</b> has given any warranty or made any representation to the other party, other than any warranty or representation which may be expressly set out in this <b>AGREEMENT</b> .	11.2Nenhuma das partes do presente <b>ACORDO</b> deu uma garantia ou uma representação à outra parte, além das garantias ou representações que possam estar expressamente definidas no presente <b>ACORDO</b> .		Confirmed
<u>105</u>	11.3No indulgence, leniency or extension of a right, which either of the Parties may have in terms of this agreement, and which either party ("the grantor") may grant or show to the other party, shall in any way prejudice the grantor, or preclude the grantor from exercising any of the rights that it has derived from this Agreement, or be construed as a waiver by the grantor of that right.	11.3Nenhuma indulgência, clemência ou extensão de um direito que ambas as Partes possam possuir nos termos deste acordo e que, qualquer uma das partes («o outorgante»), possa outorgar ou apresentar à outra parte, prejudicarão ou impossibilitarão o outorgante de exercer os direitos decorrentes deste Acordo ou serem considerados como uma derrogação pelo outorgante desse direito.		Confirmed
<u>106</u>	No waiver on the part of either party to this <b>AGREEMENT</b> of any rights arising from a breach of any provision of this	Nenhuma renúncia de qualquer das partes do presente <b>ACORDO</b> relacionada com qualquer direito decorrente de uma infração de uma		Confirmed

	<b>AGREEMENT</b> will constitute a waiver of rights in respect of any subsequent breach of the same or any other provision.	disposição do presente <b>ACORDO</b> constituirá uma renúncia de direitos a respeito de uma violação subsequente da mesma ou de qualquer outra disposição.		
<u>107</u>	<b>ASSIGNMENT, CESSION AND DELEGATION</b>	<b>ATRIBUIÇÃO, CESSAÇÃO E DELEGAÇÃO</b>		Confirmed
<u>108</u>	Neither of the parties shall be entitled to assign, cede, delegate or transfer let or otherwise dispose of in any manner whatsoever any rights, obligations, share or interest acquired in terms of this <b>AGREEMENT</b> , in whole or in part, to any other third party or person without the prior written consent of the other party.	Nenhuma das partes deverá ser responsável por atribuir, ceder, delegar, transferir ou, caso contrário, descartar, sob qualquer forma, direitos, obrigações, ações ou interesses adquiridos nos termos deste <b>ACORDO</b> , no todo ou em parte, a qualquer terceira parte ou pessoa sem entregar consentimento prévio por escrito à outra parte.		Confirmed
<u>109</u>	<b>SEVERABILITY</b>	<b>DIVISIBILIDADE</b>		Confirmed
<u>110</u>	In the event that any of the terms of this <b>AGREEMENT</b> are found to be invalid, unlawful or unenforceable, such terms will be severable from the remaining terms, which will continue to be valid and enforceable.	Caso qualquer termo do presente <b>ACORDO</b> seja considerado inválido, ilegal ou inexecutável, tais termos serão salvaguardados dos restantes termos, que continuaram válidos e executáveis.		Confirmed
<u>111</u>	\[Assinatura]	\[Assinatura]		Confirmed (99%)
<u>112</u>	<b>RELATIONSHIP</b>	<b>RELAÇÃO</b>		Confirmed
<u>113</u>	This <b>AGREEMENT</b> does not constitute either of the Parties an agent or legal representative of the other for any purposes whatsoever and neither of the Parties shall be entitled to act on behalf of, or to represent the other unless duly authorised thereto in writing.	O presente <b>ACORDO</b> não estabelece como nenhuma das Partes um agente ou representante legal da outra sob nenhum propósito e nenhuma das Partes deverá ter a responsabilidade de representar ou atuar em nome da outra, exceto se devidamente autorizado por escrito no presente protocolo.		Confirmed
<u>114</u>	Nothing in this <b>AGREEMENT</b> shall be construed as making the parties partners or render any party liable for any of the debts or obligations of the other party.	Nada no presente <b>ACORDO</b> deverá ser entendido como uma criação de uma parceria entre partes ou como uma entrega de responsabilidade a uma das partes das dívidas ou obrigações da outra parte.		Confirmed
<u>115</u>	AS WITNESS whereof the Parties or persons duly authorised on their behalf have executed this Agreement the day and year before written.	TESTEMUNHO que as Partes ou que as pessoas devidamente autorizadas pelas mesmas executaram o presente Protocolo no dia e ano acima escrito.		Confirmed
<u>116</u>	\[Assinatura] \[Assinatura]	\[Assinatura] \[Assinatura]		Confirmed
<u>117</u>	<b>Vendor Signature</b>	<b>Assinatura do vendedor</b>		Confirmed

118	Vendor name:	Nome do vendedor:		Confirmed
119	Vendor Job Title:	Cargo do vendedor:		Confirmed (65%)
120	<b>Agent Signature</b>	<b>Assinatura do agente</b>		Confirmed
121	Agent Name:	Nome do agente:		Confirmed (73%)
122	Agent Job Title:	Cargo do agente:		Confirmed (65%)
123	<b>Witness Signature:</b>	<b>Assinatura da testemunha:</b>		Confirmed
124	Witness Name:	Nome da testemunha:		Confirmed (65%)
125	<b>Witness Signature:</b>	<b>Assinatura da testemunha:</b>		Confirmed
126	Witness Name:	Nome da testemunha:		Confirmed
127	\[Assinatura]	\[Assinatura]		Confirmed (99%)
128	XXX Page 2	XXX Página 2		Confirmed
129	XXX Page 1	XXX Página 1		Confirmed
130	XXX Page 2	XXX Página 2		Confirmed
131	XXX Page 4	XXX Página 4		Confirmed
132	XXX Page 3	XXX Página 3		Confirmed
133	XXX Page 5	XXX Página 5		Confirmed
134	XXX Page 6	XXX Página 6		Confirmed
135	XXX Page 7	XXX Página 7		Confirmed

II. Certidão de casamento e de nascimento: Original e tradução

<b>Marriage_Certificate.pdf.docx</b> <b>CAUTION: Do not change segment ID or source text</b> <b>V7.8.159 MQ789911 fb4759b6-77a4-4575-ad30-227aab75ecfb</b>				
<b>ID</b>	<b>English (United Kingdom)</b>	<b>Portuguese (Portugal)</b>	<b>Comment</b>	<b>Status</b>
1	<b>WARNING:</b>	<b>AVISO:</b>		Confirmed (99%)
2	IT'S A FELONY TO COPY OR REPRODUCE THIS CERTIFICATE – STATE STATUTE 69.24(1)	A CÓPIA OU REPRODUÇÃO DESTA CERTIDÃO CONSTITUI UM CRIME - LEI ESTATAL 69.24(1)		Confirmed
3	<b>WARNING:</b>	<b>AVISO:</b>		Confirmed
4	IT'S A FELONY TO COPY OR REPRODUCE THIS CERTIFICATE – STATE STATUTE 69.24(1)	A CÓPIA OU REPRODUÇÃO DESTA CERTIDÃO CONSTITUI UM CRIME - LEI ESTATAL 69.24(1)		Confirmed
5	<b>XXX CERTIFICATE OF VITAL RECORD</b>	<b>CERTIDÃO DE REGISTO VITAL DE XXX</b>		Confirmed (83%)
6	<b>STATE OF XXX</b>	<b>ESTADO DE XXX</b>		Confirmed (93%)
7	<b>DEPARTMENT OF HEALTH SERVICES</b>	<b>DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE</b>		Confirmed (99%)
8	<b>ORIGINAL CERTIFICATE OF MARRIAGE</b>	<b>CERTIDÃO DE CASAMENTO ORIGINAL</b>		Confirmed (80%)
9	<b>STATE FILE DATE:</b>	<b>DATA DE ARQUIVO DE ESTADO:</b>		Confirmed (80%)
10	AUGUST 29, 2016	29 de agosto de 2016		Confirmed (98%)
11	<b>STATE FILE NUMBER:</b>	<b>NÚMERO DO FICHEIRO DE ESTADO:</b>		Confirmed (80%)
12	XXX	XXX		Confirmed (99%)
13	GROOM	NOIVO		Confirmed (67%)
14	CURRENT NAME - First	NOME PRÓPRIO ATUAL - Primeiro		Confirmed (80%)
15	XXX	XXX		Confirmed (73%)
16	Middle	Segundo		Confirmed (100%)
17	XXX	XXX		Confirmed (99%)
18	Last	Apelido		Confirmed (99%)
19	XXX	XXX		Confirmed
20	BIRTH NAME – First	NOME PRÓPRIO - Primeiro		Confirmed (80%)
21	XXX	XXX		Confirmed
22	Middle	Segundo		Confirmed
23	XXX	XXX		Confirmed
24	Last	Apelido		Confirmed
25	XXX	XXX		Confirmed
26	DATE OF BIRTH	DATA DE NASCIMENTO		Confirmed
27	XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX		Confirmed (99%)
28	4.	4.		Confirmed (100%)
29	RESIDENCE - STATE	RESIDÊNCIA - ESTADO		Confirmed (73%)
30	XXX	XXX		Confirmed (65%)
31	COUNTY	CONDADO		Confirmed (100%)
32	XXX	XXX		Confirmed

33	CITY VILLAGE OR TOWNSHIP	CIDADE, VILA OU MUNICÍPIO		Confirmed (65%)
34	XXX	XXX		Confirmed
35	7.	7.		Confirmed (100%)
36	BIRTHPLACE - STATE	LOCAL DE NASCIMENTO - ESTADO		Confirmed (73%)
37	XXX	XXX		Confirmed
38	8.	8.		Confirmed
39	MOTHER'S BIRTH NAME – First	NOME PRÓPRIO DA MÃE - Primeiro		Confirmed (80%)
40	XXX	XXX		Confirmed
41	Middle	Segundo		Confirmed
42	XXX	XXX		Confirmed (73%)
43	Last	Apelido		Confirmed
44	XXX	XXX		Confirmed
45	9.	9.		Confirmed (100%)
46	FATHER'S BIRTH NAME - First	NOME PRÓPRIO DO PAI - Primeiro		Confirmed (80%)
47	XXX	XXX		Confirmed (98%)
48	Middle	Segundo		Confirmed
49	XXX	XXX		Confirmed
50	Last	Apelido		Confirmed
51	XXX	XXX		Confirmed
52	BRIDE	NOIVA		Confirmed
53	10.	10.		Confirmed (100%)
54	CURRENT NAME-First	NOME PRÓPRIO ATUAL-Primeiro		Confirmed (73%)
55	XXX	XXX		Confirmed (73%)
56	Middle	Segundo		Confirmed
57	Last	Apelido		Confirmed
58	XXX	XXX		Confirmed
59	11.	11.		Confirmed
60	BIRTH NAME - First	NOME PRÓPRIO - Primeiro		Confirmed (99%)
61	XXX	XXX		Confirmed
62	Middle	Segundo		Confirmed
63	Last	Apelido		Confirmed
64	XXX	XXX		Confirmed
65	12.	12.		Confirmed
66	DATE OF BIRTH	DATA DE NASCIMENTO		Confirmed
67	XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX		Confirmed
68	13.	13.		Confirmed (100%)
69	RESIDENCE - STATE	RESIDÊNCIA - ESTADO		Confirmed
70	XXX	XXX		Confirmed
71	14.	14.		Confirmed
72	COUNTY	CONDADO		Confirmed
73	XXX	XXX		Confirmed
74	15.	15.		Confirmed
75	CITY VILLAGE OR TOWNSHIP	CIDADE, VILA OU MUNICÍPIO		Confirmed
76	XXX	XXX		Confirmed
77	16.	16.		Confirmed

78	BIRTHPLACE – COUNTRY	LOCAL DE NASCIMENTO - PAÍS	Confirmed (73%)
79	PORTUGAL	PORTUGAL	Confirmed (100%)
80	17.	17.	Confirmed (100%)
81	MOTHER'S BIRTH NAME – First	NOME PRÓPRIO DA MÃE - Primeiro	Confirmed
82	XXX	XXX	Confirmed
83	Middle	Segundo	Confirmed
84	Last	Apelido	Confirmed
85	XXX	XXX	Confirmed
86	18.	18.	Confirmed (100%)
87	FATHER'S BIRTH NAME – First	NOME PRÓPRIO DO PAI - Primeiro	Confirmed (99%)
88	XXX	XXX	Confirmed (73%)
89	Middle	Segundo	Confirmed
90	Last	Apelido	Confirmed
91	XXX	XXX	Confirmed
92	19.	19.	Confirmed
93	LICENSE DATE	DATA DA LICENÇA	Confirmed (73%)
94	XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX	Confirmed (99%)
95	20.	20.	Confirmed (100%)
96	LICENSE COUNTY	CONDADO DA LICENÇA	Confirmed (73%)
97	XXX	XXX	Confirmed
98	21.	21.	Confirmed (100%)
99	DATE OF MARRIAGE	DATA DO CASAMENTO	Confirmed (100%)
100	XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX	Confirmed (99%)
101	22.	22.	Confirmed (100%)
102	COUNTY OF MARRIAGE	CONDADO DO CASAMENTO	Confirmed (94%)
103	XXX	XXX	Confirmed
104	23.	23.	Confirmed (100%)
105	CITY VILLAGE OR TOWNSHIP OF MARRIAGE	CIDADE, VILA OU MUNICÍPIO DO CASAMENTO	Confirmed (77%)
106	XXX (CITY)	XXX (CIDADE)	Confirmed (73%)
107	24.	24.	Confirmed (100%)
108	OFFICIANT NAME	NOME DO OFICIANTE:	Confirmed (73%)
109	XXX	XXX	Confirmed
110	25.	25.	Confirmed (100%)
111	OFFICIANT ADDRESS	MORADA DO OFICIANTE:	Confirmed (73%)
112	XXX	XXX	Confirmed (69%)
113	26.	26.	Confirmed (100%)
114	ADULT WITNESS 1 TO CEREMONY	TESTEMUNHA ADULTA DA CERIMÓNIA 1	Confirmed
115	XXX	XXX	Confirmed (73%)
116	27.	27.	Confirmed (100%)
117	ADULT WITNESS 2 TO CEREMONY	TESTEMUNHA ADULTA DA CERIMÓNIA 2	Confirmed (99%)
118	XXX	XXX	Confirmed (94%)
119	NO AMENDMENTS PRESENT	SEM ALTERAÇÕES PRESENTES	Confirmed (71%)

120	I certify that this document contains a true and correct reproduction of facts on file with the XXX Vital Records Office.	Certifico que este documento contém uma reprodução verdadeira e correta dos factos em arquivo do instituto de registos vitais de XXX.		Confirmed
121	\\[Código de barras: XXXXXXXX]	\\[Código de barras:XXXXXXXX]		Confirmed (65%)
122	\\[Assinatura]	\\[Assinatura]		Confirmed
123	XXX	XXX		Confirmed
124	XXX COUNTY REGISTER OF DEEDS	CONSERVADORA DO CONDADO DE XXX		Confirmed
125	{1}14721207{2}{3} Date Issued:	{1}14721207{2}{3} Data de emissão:		Confirmed (80%)
126	SEPTEMBER 01, 2016{1}	01 de setembro de 2016{1}		Confirmed (97%)
127	\\[Carimbo:	\\[Carimbo:		Confirmed (100%)
128	LOCAL REGISTRAR XXX] \\[Carimbo:	CONSERVATÓRIA LOCAL DE XXX] \\[Carimbo:		Confirmed (65%)
129	ESTADO DE XXX]	ESTADO DE XXX]		Confirmed (65%)
130	THIS CERTIFICATE HAS A BLUE/PINK/BLUE BACKGROUND ON THE FACE AND TWO RAISED SEALS – THE PAPER CONTAINS A VISIBLE CHAIN LINK WATERMARK – HOLD TO LIGHT TO VERIFY PRESENCE	ESTA CERTIDÃO APRESENTA UM FUNDO AZUL/ROSA/AZUL NA FACE E DOIS CARIMBOS OFICIAIS - O PAPEL CONTÉM UMA MARCA DE ÁGUA VISÍVEL (FILIGRANA) - OBSERVE CONTRA A LUZ PARA VERIFICAR A SUA PRESENÇA		Confirmed
131	<b>WARNING:</b>	<b>AVISO:</b>		Confirmed
132	IT'S A FELONY TO COPY OR REPRODUCE THIS CERTIFICATE – STATE STATUTE 69.24(1)	A CÓPIA OU REPRODUÇÃO DESTA CERTIDÃO CONSTITUI UM CRIME - LEI ESTATAL 69.24(1)		Confirmed
133	<b>WARNING:</b>	<b>AVISO:</b>		Confirmed
134	IT'S A FELONY TO COPY OR REPRODUCE THIS CERTIFICATE – STATE STATUTE 69.24(1)	A CÓPIA OU REPRODUÇÃO DESTA CERTIDÃO CONSTITUI UM CRIME - LEI ESTATAL 69.24(1)		Confirmed
135	XXX CERTIFICATE OF VITAL RECORD	CERTIDÃO DE REGISTO VITAL DE XXX		Confirmed (99%)
136	<b>ORIGINAL CERTIFICATE OF LIVE BIRTH</b>	<b>CERTIDÃO DE NASCIMENTO ORIGINAL</b>		Confirmed (83%)
137	<b>STATE FILE NUMBER:</b>	<b>NÚMERO DO FICHEIRO DE ESTADO:</b>		Confirmed
138	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX		Confirmed
139	<b>LEGACY STATE FILE NUMBER:</b>	<b>ANTIGO NÚMERO DO FICHEIRO DE ESTADO:</b>		Confirmed (80%)
140	XXX-XXXXXXXXXXXX <b>FILE DATE:</b>	XXX-XXXXXXXXXXXX <b>DATA DE ARQUIVO:</b>		Confirmed
141	MARCH 03, 1976	03 de março de 1976		Confirmed (98%)
142	<b>Child's Name:</b>	<b>Nome da criança:</b>		Confirmed (95%)
143	XXX	XXX		Confirmed (65%)
144	<b>Sex:</b>	<b>Sexo:</b>		Confirmed (99%)
145	MALE	MASCULINO		Confirmed (100%)
146	<b>Birth Occurred Inside City,</b>	<b>Nascimento ocorrido na/o cidade,</b>		Confirmed

	<b>Village, Township:</b>	<b>vila, município:</b>		
147	XXX	XXX		Confirmed
148	<b>County of Birth:</b>	<b>CONDADO DE NASCIMENTO:</b>		Confirmed (95%)
149	XXX	XXX		Confirmed
150	<b>Mother's Birth Name:</b>	<b>Nome próprio da mãe:</b>		Confirmed
151	XXX	XXX		Confirmed (65%)
152	<b>Father's Birth Name:</b>	<b>Nome próprio do pai:</b>		Confirmed (80%)
153	XXX	XXX		Confirmed
154	\\[Código de barras:XXXXXX]	\\[Código de barras:XXXXXX]		Confirmed (65%)
155	I certify that this document contains a true and correct reproduction of facts on file with the XXX Vital Records Office.	Certifico que este documento contém uma reprodução verdadeira e correta dos factos em arquivo do Instituto de Registos Vitais de XXX.		Confirmed
156	\\[Assinatura]	\\[Assinatura]		Confirmed
157	XXX	XXX		Confirmed
158	STATE REGISTRAR	CONSERVADOR DO ESTADO		Confirmed (100%)
159	[1]12946181 {2}[3] Date Issued:	[1]12946181 {2}[3] Data de emissão:		Confirmed (99%)
160	APRIL 19, 2013{1}	19 de abril de 2013{1}		Confirmed (97%)
161	\\[Carimbo:	\\[Carimbo:		Confirmed
162	MINISTÉRIO DA SAÚDE XXX]	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE XXX]		Confirmed
163	\\[Carimbo:	\\[Carimbo:		Confirmed
164	ESTADO DE XXX]	ESTADO DE XXX]		Confirmed
165	THIS CERTIFICATE HAS A BLUE/PINK/BLUE BACKGROUND ON THE FACE AND TWO RAISED SEALS – THE PAPER CONTAINS A VISIBLE CHAIN LINK WATERMARK – HOLD TO LIGHT TO VERIFY PRESENCE	ESTA CERTIDÃO APRESENTA UM FUNDO AZUL/ROSA/AZUL NA FACE E DOIS CARIMBOS OFICIAIS - O PAPEL CONTÉM UMA MARCA DE ÁGUA VISÍVEL (FILIGRANA) - OBSERVE CONTRA A LUZ PARA VERIFICAR A SUA PRESENÇA		Confirmed